



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Comunicação Social

Lise Chiara

**Narrativas e disputa de sentidos na mídia televisiva contemporânea: quem
foi a Marielle Franco dos telejornais?**

Rio de Janeiro

2021

Lise Chiara

**Narrativas e disputa de sentidos na mídia televisiva contemporânea:
quem foi a Marielle Franco dos telejornais?**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Comunicação

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Kischinhevsky

Rio de Janeiro

2021

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

C532 Chiara, Lise.
Narrativas e disputa de sentidos na mídia televisiva contemporânea: quem foi a Marielle Franco dos telejornais? / Lise Chiara. – 2020.
158 f.

Orientador: Marcelo Kischinhevsky.
Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
Faculdade de Comunicação Social.

1. Telejornalismo – Aspectos sociais – Teses. 2. Jornais brasileiros – Teses.
3. Franco, Marielle, 1979-2018. – Teses. I. Marcelo Kischinhevsky. II.
Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Comunicação Social. III.
Título.

es CDU 070(81)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Lise Chiara

**Narrativas e disputa de sentidos na mídia televisiva contemporânea:
quem foi a Marielle Franco dos telejornais?**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Comunicação.

Aprovada em 01 de março de 2021.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Marcelo Kischinhevsky (Orientador)

Faculdade de Comunicação Social – UERJ

Prof.^a Dr.^a Beatriz Becker

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof.^a Dr.^a Larissa de Moraes

Universidade Federal Fluminense

Rio de Janeiro

2021

DEDICATÓRIA

À minha mãe, Professora Doutora Vera Lúcia Chiara, exemplo de luta, estudo e entrega.

AGRADECIMENTOS

A vida é dialógica por natureza. [...] a noção de que o sujeito se constitui historicamente e a partir dos outros é determinante para sua própria ação.

Mikhail Bakhtin

Por mais solitárias que pareçam a pesquisa acadêmica e a escrita da dissertação, nunca estamos realmente sozinhos. O apoio, a confiança, a troca com o outro faz parte deste processo. Inspirando-me no pensamento do filósofo da linguagem russo, reproduzido acima, deixo aqui meus sinceros agradecimentos a todos os outros que contribuíram de alguma forma para que esse estudo acontecesse.

Ao meu orientador, o jornalista e professor Marcelo Kischinhevsky, expresso imensa gratidão por se oferecer para estar ao meu lado desde o início dessa jornada, acolhendo ideias, amparando dúvidas e partilhando conhecimento. Muito obrigada pela generosidade.

Às professoras Beatriz Becker (UFRJ) e Larissa de Moraes (UFF), manifesto grande estima por aceitarem integrar a banca e contribuírem na fase de qualificação com conselhos valiosos e palavras de incentivo para eu seguir em frente. Obrigada pela gentileza.

Aos professores e funcionários do Programa de Pós-graduação em Comunicação da UERJ, o carinho pela acolhida e troca de saberes. Cito um nome representando os demais: o professor Leonardo De Marchi pelas aulas fantásticas e dicas de leitura. Obrigada pela assistência.

Aos colegas do mestrado do PPGCOM, minha ternura por compartilharem sonhos, angústias e as alegrias de cada batalha vencida em um percurso marcado por incertezas causadas pela pandemia da covid 19. Deixo aqui um agradecimento especial à Renata Fraga, companheira de aulas, trabalhos, discussões acadêmicas, caronas e viagem a congresso. Obrigada a todos pela parceria.

Aos colegas jornalistas de televisão, dedico imenso afeto por cooperarem com dados, documentos e informações. Entre os colaboradores, estão companheiros de muitas madrugadas de *hard news* na antiga equipe de trabalho em redação de TV. Agradeço principalmente aos profissionais da Rede Globo e da Record TV que atuaram nos telejornais de rede nacional e se prontificaram a participar como entrevistados dessa pesquisa. Obrigada a todos pela confiança.

À família, ofereço meu amor. Meu filho Pedro, companheiro de todas as horas. Meu marido Renato, tempo de cuidado. Minha mãe Vera Lúcia, lugar de fé e escuta. Minha tia e madrinha Sônia Elza, eterno incentivo. Meu primo Leonardo, prontidão em ajudar. Minha sogra Ana Maria, apoio constante. Meus irmãos Fábio e Débora, espaço de partilha. Obrigada a todos vocês por serem meu porto seguro.

As rosas da resistência nascem no asfalto. A gente recebe rosas. Mas, vamos estar com o punho cerrado falando de nossa existência contra os mandos e desmandos que afetam nossas vidas.

Marielle Franco
Dia Internacional da Mulher

RESUMO

CHIARA, L. Narrativas e disputa de sentidos na mídia televisiva contemporânea: quem foi a Marielle Franco dos telejornais? 158 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade de Comunicação Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

Considerando as transformações do ambiente midiático e a radicalização política de parte da sociedade brasileira na atualidade, esta dissertação se propõe a refletir sobre o lugar do telejornalismo nesse contexto, admitindo tratar-se de uma importante fonte de conhecimento do cotidiano. O assassinato da vereadora e socióloga Marielle Franco, no Rio de Janeiro, representou um marco na história política recente do Brasil e alcançou grande repercussão popular, manifestada nas ruas e nas redes sociais. Sendo assim, a pesquisa objetiva identificar as estratégias enunciativas de produção de sentidos adotadas por telejornais das duas emissoras de maior audiência no país em torno do crime e da trajetória da parlamentar. O mundo é representado na TV por meio da linguagem audiovisual que, por sua vez, alimenta o imaginário coletivo em torno de fatos, objetos e pessoas. Por isso, a metodologia adotada é composta pela Análise Televisual, que proporciona uma leitura crítica da narrativa dos produtos audiovisuais, e por entrevistas em profundidade com jornalistas envolvidos na cobertura do assassinato. O *corpus* da pesquisa está centrado no Jornal Nacional, da Rede Globo de Televisão, e no Jornal da Record, da Record TV, sendo ao todo 42 edições do mês de março de 2018 e março de 2019, somando mais de 35 horas de notícias. Torna-se necessário levar em conta as linhas editoriais orientadas por grupos com interesses políticos distintos, embora mantenedores do discurso hegemônico da elite socioeconômica. O percurso teórico desta dissertação busca abranger as noções de texto audiovisual, estrutura narrativa e construção de sentidos; discute ainda os conceitos relacionados ao telejornalismo como mediação cultural, critérios de noticiabilidade, imaginário social, representação e interação; além de explicitar a rotina na televisão para a produção da notícia. O cruzamento dos resultados da análise dos telejornais com a interpretação dos depoimentos dos jornalistas evidencia distinções nas narrativas, que traçaram diferentes perfis de Marielle Franco, atendendo a interesses políticos e econômicos. O modo como os noticiários narraram o assassinato e representaram a vítima revela uma disputa de sentidos e o posicionamento de cada emissora no cenário de polarização política da sociedade brasileira. A valorização da cobertura relacionada a uma representante de minorias sociais e a visibilidade dada ao preto e à mulher devem ser considerados, mas surgem como um discurso negociado. Cada telejornal adotou os princípios e concepções de sua respectiva audiência, garantindo os vínculos com seu público. Contudo, ambas as narrativas evitaram focar na possibilidade de mudanças na estratificação social a partir da história de vida de Marielle, mantendo assim o *status quo*.

Palavras-chave: Telejornalismo. Narrativa. Produção de Sentidos. Marielle Franco.

ABSTRACT

CHIARA, L *Narratives and dispute of meanings in contemporary television: who was Marielle Franco in newscasts?* 158 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade de Comunicação Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

Considering the transformations of the media environment and the political radicalization of Brazilian society nowadays, this dissertation proposes to reflect on the place of television news in this context, admitting that it is an important source of everyday knowledge. The murder of city councilor and sociologist Marielle Franco, in Rio de Janeiro, represented a milestone in Brazil's recent political history and achieved great popular repercussions, manifested in the streets and on social networks. Thus, the research aims to identify the enunciative strategies for the production of meanings adopted by news programs on the two broadcasters with the highest audience in the country around crime and the trajectory of the parliamentarian. The world is represented on TV through audiovisual language, which, in turn, feeds the collective imagination around facts, objects and people. For this reason, the methodology adopted is composed of Televisual Analysis, which provides a critical reading of the narrative of audiovisual products, and in-depth interviews with journalists involved in covering the murder. The research corpus is centered on *Jornal Nacional*, from Rede Globo de Televisão, and *Jornal da Record*, on Record TV, with a total of 42 editions from March 2018 to March 2019, totaling more than 35 hours of news. It is necessary to take into account the editorial lines oriented by groups with different political interests, although they maintain the hegemonic discourse of the socioeconomic elite. The theoretical course of this dissertation seeks to cover the notions of audiovisual text, narrative structure and construction of meanings; it also discusses the concepts related to television news such as cultural mediation, news criteria, social imagery, representation and interaction; in addition to explaining the routine on television for news production. The crossing of the results of the analysis of the newscasts with the interpretation of the statements of the journalists shows distinctions in the narratives, which traced different profiles of Marielle Franco, attending to political and economic interests. The way the news reports narrate the murder and represent the victim reveals a dispute of meanings and the position of each broadcaster in the scenario of political polarization of Brazilian society. The appreciation of coverage related to a representative of social minorities and the visibility given to blacks and women must be considered, but they appear as a negotiated discourse. Each news program adopted the principles and concepts of its respective audience, guaranteeing the links. However, both narratives avoid focusing on the possibility of changes in social stratification from Marielle's life story, thus maintaining the status quo.

Keywords: Telejournalism. Narrative. Production of Senses. Marielle Franco.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 – Publicação em rede social	29
Figura 02 – Espelho do Jornal Nacional.....	54
Figura 03 – Apresentação de notícia sobre Marielle e Anderson.....	93
Figura 04 – Favela da Maré.....	94
Figura 05 – Anderson e Marielle.....	96
Figura 06 – Acusados do crime	96
Figura 07 – Passagem do repórter	99
Figura 08 – Marielle Franco.	100
Figura 09 – Bandeira brasileira a meio mastro.....	102
Figura 10 – Cartaz com cobrança pela elucidação do crime	102
Figura 11 – Projéteis no asfalto	103
Figura 12 – Perseguição ao carro da vereadora.....	105
Figura 13 – Manifestantes emocionados	108
Figura 14– Clipe com poema.....	108
Figura 15 – Pai de Marielle	109
Figura 16– Passagem do repórter com faixa ao fundo	112
Figura 17 –Apresentação do JR.....	126
Figura 18 – Vinheta Marielle Presente	127
Figura 19 – Passagem da repórter no cemitério	130
Figura 20 –Reunião de mulheres negras.....	132
Figura 21 – Mulher negra em povo-fala.....	132
Figura 22 – Segunda mulher negra em povo-fala.....	133
Figura 23 – Passeata	133
Figura 24 – Casa do acusado	136
Figura 25 – Espelho do JR.....	137
Figura 26 – Manifestante chora	138
Figura 27 – Entrevista da viúva de Anderson.....	139
Figura 28 – Família de Anderson	139

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Exemplo de decupagem de reportagem JN.....	86
Quadro 02 - Incidência de temas no JN.....	89
Quadro 03 - Entrevistados do JN.....	91
Quadro 04 - Incidência de gênero e raça dos entrevistados do JN.....	92
Quadro 05 - Incidência de temas no JR.....	123
Quadro 06 - Entrevistados do JR.....	124
Quadro 07 - Incidência de gênero e raça dos entrevistados do JR.....	125
Quadro 08 - Comparação de tempo do tema Marielle Franco.....	146

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	12
1	UMA PAN (PANORÂMICA) NO TELEJORNALISMO	23
1.1	A televisão no século XXI	23
1.2	Repensando o telejornalismo	27
1.3	Noticiabilidade e interesse público	35
1.4	A interação com a audiência	39
1.5	Representação simbólica e imaginário social	45
2	TRAVELING PELA NARRATIVA DO TELEJORNAL	50
2.1	O texto audiovisual	50
2.2	Organização da linguagem audiovisual	54
2.3	Construindo a notícia	58
3	UM ASSASSINATO POLÍTICO EM PRIMEIRO PLANO	64
3.1	Negra e cria da Maré	67
3.2	Uma questão de gênero	73
3.3	Disputa argumentativa nas redes sociais	76
4	ZOOM NO JORNAL NACIONAL	79
4.1	Descrevendo o objeto: o Jornal Nacional	81
4.2	Análise Quantitativa	85
4.2.1	<u>Estrutura do texto</u>	86
4.2.2	<u>Temática</u>	87
4.2.3	<u>Enunciadores</u>	90
4.2.4	<u>Visualidade</u>	92
4.2.5	<u>Som</u>	96
4.2.6	<u>Edição</u>	97
4.3	Análise Qualitativa	106
4.3.1	<u>Fragmentação</u>	106
4.3.2	<u>Dramatização</u>	107
4.3.3	<u>Definição de Identidades e Valores</u>	110
4.4	Interpretação dos resultados do JN	112
5	ZOOM NO JORNAL DA RECORD	116
5.1	Descrição do objeto: o Jornal da Record	116
5.2	Análise Quantitativa	119

5.2.1	<u>Estrutura do texto</u>	119
5.2.2	<u>Temática</u>	120
5.2.3	<u>Enunciadores</u>	124
5.2.4	<u>Visualidade</u>	125
5.2.5	<u>Som</u>	127
5.2.6	<u>Edição</u>	128
5.3	Análise Qualitativa do JR	136
5.3.1	<u>Fragmentação</u>	136
5.3.2	<u>Dramatização</u>	138
5.3.3	<u>Definição de Identidades e Valores</u>	139
5.4	Interpretação de resultados do JR	141
	CONCLUSÃO	145
	REFERÊNCIAS	151
	ANEXO - Roteiro de perguntas para entrevista	158

INTRODUÇÃO

Quando uma mulher de luta morre, todas nós morremos um pouco com ela.

Marielle Franco

Assim como inúmeros brasileiros, não conhecia Marielle Franco até a madrugada de 15 de março de 2018. Sabia apenas que era uma mulher de ideias progressistas em um cargo legislativo. No entanto, as informações sobre a morte da quinta vereadora mais votada na cidade do Rio de Janeiro nas eleições de 2016 invadiram *sites* de notícias e redes sociais durante aquela noite. Ao chegar ao local de trabalho às 2h30min da madrugada, deparei-me com uma avalanche de informações sobre o assassinato e a parlamentar. Na época, eu exercia a função de editora-chefe de dois telejornais regionais matutinos com sinal de transmissão alcançando quase todo o estado do Rio de Janeiro. Também coordenava as edições de reportagens realizadas no estado para o telejornal de rede nacional exibido no período da manhã pela emissora de televisão. Por isso, supervisionei as edições das reportagens tanto de âmbito regional quanto nacional sobre o acontecimento da noite anterior. Os ‘espelhos’ (roteiros) dos telejornais tiveram como enfoque aquela que seria a principal notícia do dia.

Pouco depois, já no *switcher* (local com a mesa de corte de onde se dirige os telejornais em tempo real), recebi um telefonema da direção de Jornalismo no RJ com orientações quanto à abordagem que a emissora deveria adotar na cobertura do assassinato. No decorrer da semana, jornalistas em cargos estratégicos receberam por e-mail as diretrizes para o tratamento do fato e do perfil da vereadora. O e-mail avisava que a reportagem especial sobre o crime produzida para o programa veiculado aos domingos não deveria ser reprisada nos demais produtos da grade de programação por não obedecer a tais diretrizes. Naquele momento, considerei que tais filtros estavam atrelados à linha editorial da emissora. Porém, alguns profissionais envolvidos na cobertura começaram a apontar diferenças entre o posicionamento das emissoras de TV. O jornalista Paulo Henrique Amorim, então apresentador do programa Domingo Espetacular, da Record TV, criticou a Rede Globo de Televisão por prestar “homenagem a quem nunca defendeu”.

O crime ganhou repercussão mundial. Por meio das redes sociais, as pessoas se mobilizaram. As cerimônias de sepultamento foram presenciadas por uma multidão. A sociedade civil organizou manifestações nas ruas de diversas cidades brasileiras e no exterior para cobrar rigor nas investigações policiais e prestar homenagens às vítimas. Autoridades e

amigos de Marielle Franco falaram sobre o crime e a trajetória da jovem negra do complexo de favelas da Maré que se transformou em ativista dos Direitos Humanos, socióloga e parlamentar combativa na defesa de minorias sociais. As imagens da cena do crime mostravam o carro onde a vereadora e seu motorista foram mortos a tiros. Entidades ligadas aos Direitos Humanos, como a Anistia Internacional, se pronunciaram sobre o assassinato da parlamentar.

Os argumentos dos colegas de profissão sobre possíveis distinções nas abordagens dos noticiários televisivos somados ao perfil da vereadora e às manifestações da sociedade despertaram em mim certa inquietação. Afinal, mesmo com linhas editoriais distintas, como emissoras consideradas conservadoras e comprometidas com valores hegemônicos da elite socioeconômica teriam adotado tratamentos diferentes para apresentar uma representante de minorias sociais? Quais seriam os aspectos similares e distintos entre as narrativas dos telejornais para a mesma notícia do crime? De que modo os filtros impostos pela direção de cada emissora e os critérios de noticiabilidade adotados incidiram sobre a narrativa dos telejornais? A adoção de uma narrativa específica poderia distanciar ou aproximar os telejornais da audiência? Como o telejornalismo brasileiro respondeu às demandas da sociedade em torno do fato? Era um turbilhão de questionamentos na minha mente.

Em 27 anos dedicados ao exercício da profissão em redações de rádio e televisão, aprendi o ‘fazer jornalístico’. Contudo, o imediatismo que norteia a atividade, principalmente no *hardnews* (informações em tempo real sobre assuntos factuais), deixava poucos momentos para pensar o próprio jornalismo. Passei por três emissoras de TV, onde exerci as funções de estagiária, repórter de vídeo, editora de texto até chegar à editora-chefe de dois telejornais. Durante seis anos e meio trabalhando no turno da madrugada e orientando equipes à distância nas horas vagas em casa, dormia apenas quatro horas por dia. Um diagnóstico médico de estafa evidenciou a necessidade de uma alteração na rotina. Foi assim que aquela inquietação da jornalista com a cobertura do assassinato de Marielle Franco em 2018 se transformou na motivação para o despontar de uma pesquisadora em um mestrado acadêmico. Portanto, a explicitação do meu lugar de fala como jornalista de TV evidencia o trajeto percorrido pelas indagações que fomentaram o presente estudo. Em alusão a uma afirmação do antropólogo e acadêmico James Clifford (2008, p. 18) sobre etnografia, acrescento: ‘você está aqui ... porque eu estava lá’.¹

¹ O presente estudo não aplica a etnografia nem a autoetnografia, que leva em conta a subjetividade e a narrativa biográfica do pesquisador, embora sejam métodos respaldados cientificamente como descrevem Amaral (2009), Clifford (2008), Denshire (2013) e Wall (2006).

Sendo assim, interessam ao presente estudo as reflexões que envolvem o telejornalismo na atualidade, principalmente quando as redes sociais se tornaram espaço de troca de ideias, divulgação de notícias, debate político e social. Entendemos que a mídia faz parte da experiência da vida contemporânea, o que configura o ‘bios midiático’ (SODRÉ, 2014), ou seja, a midiatização da vida social. Principalmente nos centros urbanos, as pessoas não vivem nem se relacionam mais sem mídia, que está presente no lazer, no trabalho, no transporte e até nas relações afetivas. As pessoas também participam hoje de forma ativa e imediata do processo de comunicação. Ao mesmo tempo em que produz conteúdo, a mídia através das novas tecnologias permite que o público se expresse, troque ideias. Com isso, o Brasil experimentou na última década o surgimento de um novo fenômeno na Comunicação: as informações distribuídas em plataformas digitais passaram a influenciar o debate político e a maneira de pensar a Nação. Uma das mais relevantes novidades das campanhas nas eleições de 2016 e 2018 foi o uso intenso das redes sociais.

Diante de tal cenário, o tema do assassinato de Marielle Franco emergiu com rapidez nas plataformas digitais logo após o acontecimento. O uso de *hashtags* sobre a parlamentar, discursos favoráveis e contrários às frentes de luta e as minorias que ela representava rivalizaram com a disseminação de notícias falsas (*fake news*), explicitando uma divergência discursiva e estabelecendo uma disputa de sentidos em torno do fato e da vítima (CHIARA, 2019). Na medida em que a internet avança em sua penetração na sociedade, os usos e as apropriações das redes sociais transformam-nas em campo de batalha na produção de sentidos, influenciando até mesmo as demais mídias. A audiência usa as redes sociais para expressar opinião e gerar conteúdo, dando visibilidade a determinados fatos, pautando os meios de comunicação.

Apesar do crescimento contínuo do acesso à internet nas últimas duas décadas, a televisão ainda mantém posição de destaque no ambiente midiático. Diversos levantamentos evidenciam que o meio de comunicação em foco nesse estudo ainda se sobressai no Brasil. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2017/2018 (PNAD Contínua) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) aponta que há pelo menos um aparelho televisor em 96,7% dos domicílios do país.² Outro indício da importância do meio são os investimentos publicitários, que se concentram na televisão aberta. De acordo com o relatório Mídia Dados 2020, foram gastos 78,44 bilhões de reais com publicidade na TV aberta no ano de 2019, o que representou 49,1% do total de 159,77 bilhões de reais investidos em mídia no

² Disponível em <https://educa.ibge.gov.br/jovens/materias-especiais/20787-uso-de-internet-televisao-e-celular-no-brasil.html> Acesso em 18/06/2020

Brasil. Se somarmos a este valor da TV aberta aquele destinado à TV por assinatura no mesmo ano, o percentual alcança 52,1%. A publicidade em internet ficou na segunda posição, movimentando 9,7% do total, embora apresente uma indicação de crescimento acentuado.³ Orozco Gómez (2014, p. 101) decifra a relevância da TV ao afirmar que o meio possui um modo único de conectar-se com o público, convocando-o “não só intelectualmente, mas também e, principalmente, *no e a partir do* sensorial e emocional (grifo do autor). Portanto, entendemos que a televisão exerce um ‘fascínio’ sobre o público, principalmente em uma época em que a imagem predomina na maneira das pessoas se relacionarem, se comunicarem e se autodefinirem.

Compreendemos ainda que o telejornalismo funciona como um guia dos principais acontecimentos do cotidiano, uma referência (VIZEU, 2009) dentro da atual variedade de mídias e canais de informação, o que pode ser percebido pelo número de pessoas que assistem aos noticiários. Durante a atual pandemia de *covid 19* (doença respiratória causada pelo coronavírus) houve um expressivo aumento dos índices de audiência no telejornalismo brasileiro. Frente à proliferação de notícias falsas nas redes sociais, as pessoas buscam nos meios de comunicação uma fonte confiável de informações sobre a doença, o novo vírus que a transmite e as formas de prevenção. A gravidade da crise de saúde mundial reforçou a necessidade do jornalismo. O Jornal Nacional, da Rede Globo de Televisão, teve a maior média de audiência dos últimos nove anos, registrando 38,1 pontos de audiência e 50,1% de *share* (porcentagem de televisores ligados) em 17 de março de 2020⁴, período do início do isolamento social no Brasil como forma de prevenção à *covid 19*. Frisamos que o Jornal Nacional (JN) se destaca como o mais importante produto informativo de TV do país.

Especificamente na semana em que ocorreu o assassinato da vereadora Marielle Franco, entre os dias 12 e 18 de março de 2018, o Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística, o Ibope, registrou que o JN foi o segundo programa de TV mais assistido em 15 capitais brasileiras, só ficando atrás da telenovela exibida na faixa de 21h pela mesma emissora. O Jornal Nacional alcançou média de 31,4 pontos de audiência. Ainda de acordo com o Ibope, cada ponto de audiência no ano de 2018 equivalia a 248.647 domicílios e 693.786 pessoas.⁵ Ou seja, em apenas um dia, a notícia da execução da parlamentar carioca e seus desdobramentos veiculados pelo JN chegou a mais de 21 milhões de brasileiros.

³ Disponível em <https://midiadados2020.com.br/midia-dados-2020.pdf> Acesso em 05/01/2021.

⁴ Disponível em <https://noticiasdatv.uol.com.br/noticia/audiencias/com-mais-tvs-ligadas-por-coronavirus-globo-dispara-e-massacra-concorrencia-34656> Acesso em 05/01/2021.

⁵ Kantar Ibope Media – Audiência TV. Disponível em <https://www.kantaribopemedia.com/conteudo/dados-rankings/audiencia-tv-15-mercados/> Acesso em 15/10/2019.

Acrescentamos que a Rede Globo configura a maior empresa de televisão brasileira, com a programação distribuída em quase todo o território nacional através de 120 emissoras entre filiais e afiliadas (parceria com empresas repetidoras da programação).⁶ Embora tenha sofrido expressiva redução da audiência, deixando de controlar mais da metade do *share* diário a partir do ano de 2007, quando ficou com 47,6% do total, ainda mantém a liderança entre as emissoras de canal aberto. Segundo o relatório *Mídia Dados 2019*, no ano da morte de Marielle Franco, a Rede Globo alcançou a média diária de 34, 59 pontos. A segunda posição vem sendo disputada entre a Record TV e o SBT (Sistema Brasileiro de Televisão) desde 2007. No ano em que o crime ocorreu, a Record TV garantiu a vice-liderança, registrando 14,24 pontos de média.⁷ Seu principal noticiário de rede, o *Jornal da Record (JR)*, teve média de 6,1 na semana do assassinato da vereadora, alcançando mais de 4 milhões 230 mil brasileiros. A empresa totaliza 108 emissoras e afiliadas espalhadas pelos 26 estados, mais o Distrito Federal.⁸

Outro levantamento, encomendado pelo Reuters Institute e realizado entre o final de janeiro e início de fevereiro de 2020⁹, revela que a Rede Globo (incluindo o *Jornal Nacional*) mantém a dianteira dentre os veículos de comunicação mais acessados semanalmente pela população brasileira que procura por informações. A emissora de televisão registra 56% dos acessos semanais. A Record TV permanece na segunda colocação com 43%. SBT, *GloboNews* e a rádio *BandNews* aparecem na terceira, quarta e quinta posições respectivamente. Ou seja, dos cinco primeiros veículos mais acessados apenas um não é televisão.

Todos os dados expostos até aqui indicam que as pessoas ainda buscam o telejornalismo para se informar sobre os principais acontecimentos do país e do mundo, o que também demonstra que os noticiários televisivos conservam credibilidade perante a sociedade. “A credibilidade deriva da compreensão (social) de que o jornalismo é uma prática autorizada a narrar a realidade” (BENETTI, 2008, p.21). Mesmo que apresente somente uma representação da realidade, o telejornalismo constrói uma narrativa que transmite a percepção de real. Benetti (idem) ressalta que tal narrativa é resultado de escolhas subjetivas de determinadas estratégias de produção de sentidos, propondo significados aos acontecimentos.

⁶ Disponível em <https://negocios8.redeglobo.com.br/Paginas/Brasil.aspx> Acesso em 29/06/2020.

⁷ *Mídia Dados 2019* disponível em <https://www.gm.org.br/midia-dados-2019> Acesso em 15/10/2019.

⁸ Disponível em <https://recordtv.r7.com/recordtv-emissoras/fique-por-dentro-das-emissoras-da-rede-07102019> Acesso em 29/06/2020.

⁹ Disponível em https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/sites/default/files/2020-06/DNR_2020_FINAL.pdf Acesso em 27/07/2020.

Portanto, não podemos descartar o potencial do telejornalismo de dotar de sentidos o mundo e, conseqüentemente, conferir significados à morte da vereadora Marielle Franco.

Torna-se pertinente ainda considerarmos que como forma cultural (WILLIANS, 2009) a TV reflete o momento histórico, político e cultural da sociedade em que está inserida. Tal aspecto pode exercer influência sobre os critérios de tratamento da notícia na construção da narrativa dos telejornais. A parlamentar era uma representante de minorias sociais e lutava por transformação da sociedade, por igualdade entre os cidadãos, pelos Direitos Humanos. A Declaração Universal dos Direitos Humanos garante a cada ser humano liberdade, dignidade e a vida, assim como a prerrogativa de não sofrer distinção de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política, origem social ou nacional, condição de nascimento ou riqueza.¹⁰ No entanto, o jornalismo funciona como instância legitimadora do *status quo* (BERGER; LUCKMANN, 2002), contribuindo para a constituição das identidades e alimentando o imaginário social¹¹ (BECKER, 2005) a partir dos valores da classe social dominante. Apoiada no pensamento de Gramsci, Martins (2020) afirma que os meios de comunicação têm um papel ideológico, mantendo a hegemonia política, moral, cultural e ideológica da elite. Ainda que não seja seu objetivo, o jornalismo acaba reforçando a discriminação em relação a uma parcela dos seres humanos, particularmente, as camadas populares e as minorias sociais. Entretanto, cabe ressaltar que a atividade informativa trabalha essencialmente com a linguagem, seja verbal ou não verbal. Segundo Hall (2016), a linguagem é o meio pelo qual damos sentido às coisas, onde o significado é produzido e intercambiado. Toda enunciação pressupõe uma escolha e uma interpretação prévia do que se pretende enunciar, uma intenção ao enunciar e estratégias que imprimam sentidos à mensagem. Logo, não há como o jornalismo ser absolutamente isento e imparcial ao operar com a linguagem.

É nesse amplo contexto que a pesquisa se justifica. Estudar a narrativa dos telejornais significa entender o modo como produzem sentidos sobre as notícias que chegam diariamente a bilhões de brasileiros. Além disso, permite compreender como seduzem a audiência, afetam as sensibilidades e apresentam uma versão dos acontecimentos da vida cotidiana. Simultaneamente, tal estudo permite refletir sobre as transformações da sociedade no período analisado. A tarefa do pesquisador fundamenta-se aqui na explicação e compreensão de fenômenos do campo da Comunicação, revelando como ocorrem e suas implicações. Assim,

¹⁰ Declaração Universal dos Direitos Humanos disponível em <https://nacoesunidas.org/direitoshumanos/> Acesso em 11/06/2020.

¹¹ Imaginário social é entendido nessa dissertação como conjunto de imagens que conectam anseios, normas e valores fomentados por emoções a partir de processos miméticos nas relações sociais. (WULF, 2013, 2016, 2016)

consideramos relevante realizar uma leitura crítica das narrativas dos principais telejornais das emissoras de maior audiência no país para compreender os sentidos produzidos em torno da execução de uma representante de minorias sociais, defensora dos Direitos Humanos, justamente em um período em que o Brasil vive um processo de radicalização por parte de determinados setores da sociedade. Tais segmentos sociais se posicionam contrários à proteção dos indígenas, à igualdade racial e de gênero, aos direitos da classe trabalhadora e à preservação da vida diante de uma crise de saúde pública mundial como a pandemia de Covid 19.

O assassinato da vereadora e do motorista, portanto, ocorreu em época de extrema polarização política, em um ano de eleições para governadores e Presidente da República. Marielle Franco, do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), foi morta a tiros dentro do carro na Rua Joaquim Palhares, no bairro do Estácio, Região Central do Rio de Janeiro na noite de 14 de março de 2018. O inquérito da Polícia Civil revelou que os atiradores estavam em outro automóvel, seguiram a vereadora, emparelharam com o carro em que ela estava e efetuaram os disparos. No momento do crime, a parlamentar estava sentada no banco de trás do carro, ao lado da assessora Fernanda Chaves, ferida por estilhaços, mas que sobreviveu. O motorista do veículo, Anderson Pedro Gomes, também foi baleado e morreu. Os atiradores fugiram do local sem roubar nada. As investigações policiais apontaram para um crime premeditado com motivação política. Na Câmara Municipal, a vereadora esteve à frente do combate à violência policial e de milícias. Criticava também a intervenção federal na área de Segurança Pública do Estado. Assumidamente bissexual, ela trabalhou ainda contra a violência de gênero. De origem periférica, a parlamentar foi voz constante na defesa dos moradores de favelas do Rio de Janeiro. Atuante nas redes sociais, se apresentava como “mulher, negra, mãe, cria da Maré e defensora dos Direitos Humanos”. Mas, será que esse foi o perfil traçado pelos principais telejornais do país para uma representante das minorias em ano eleitoral? Quem foi a Marielle dos telejornais?

Para responder à questão central da pesquisa, traçamos como objetivo principal identificar as estratégias enunciativas de produção de sentidos adotadas pelos noticiários das duas emissoras de maior audiência no país em torno do assassinato de Marielle Franco e da própria figura da vereadora, considerando as linhas editoriais orientadas por grupos com interesses políticos distintos, embora mantenedores dos valores hegemônicos da elite socioeconômica. Desvendar as mensagens audiovisuais permite entender não somente quem foi a Marielle apresentada aos brasileiros, mas também de que modo cada telejornal estabelece os vínculos com a audiência, atua no novo ambiente midiático e na sociedade, ou

seja, como o próprio telejornalismo funciona em um período de intensas transformações culturais, sociais e políticas no Brasil.

Como objetivos específicos pretendemos realizar um levantamento dos principais aspectos identitários da vereadora e sua atuação política, identificar o contexto histórico e político na cidade do Rio de Janeiro na época do crime, comparar as estratégias enunciativas do Jornal Nacional e do Jornal da Record, levando em consideração os elementos verbais e não verbais da linguagem audiovisual, discutir os critérios de noticiabilidade predominantes no atual cenário de convergência midiática e entrevistar os jornalistas envolvidos na cobertura do crime.

A vivência profissional na redação de TV na época do assassinato contribuiu para o ponto de partida da pesquisa: o pressuposto que as narrativas dos telejornais citados apresentaram pontos de distinção quanto à motivação do crime e à atuação da parlamentar. Com isso, levantamos a principal hipótese de que as diferenças nas narrativas foram construídas a partir das estratégias enunciativas que estabeleceram perfis distintos de Marielle Franco com base nas linhas editoriais de cada emissora, atendendo aos propósitos de grupos com interesses políticos antagônicos em ano de eleições majoritárias no Brasil. Porém, ao entender a mídia como difusora de valores hegemônicos na sociedade brasileira, levantamos também a hipótese de que, apesar de tais diferenças nas narrativas, ambas as coberturas telejornalísticas analisadas convergiram para a inviabilidade em maior ou menor grau de mudanças na estratificação social a despeito da história de vida da vereadora, mantendo assim o *status quo*.

Para realizar a leitura crítica das narrativas dos telejornais recorreremos à metodologia de Análise Televisual, proposta pela professora e pesquisadora Beatriz Becker (2005, 2012, 2016), que estabelece procedimentos para observar tanto a utilização dos códigos verbais e não verbais integrantes da linguagem audiovisual quanto o modo como a combinação entre eles produz sentidos. O *corpus* da pesquisa constitui-se de 21 edições do Jornal Nacional, da Rede Globo, e do Jornal da Record, da Record TV, totalizando 42 edições com 35 horas, 51 minutos e 04 segundos de produção. A análise de ambos os noticiários televisivos compreende o período de 15 a 31 de março de 2018, logo após o crime, e a semana de 11 a 16 de março de 2019, quando dois acusados de terem efetuado os disparos contra o carro da vereadora foram presos coincidindo com a data de aniversário de morte de Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes. Em uma segunda etapa, realizamos entrevistas semiestruturadas, método descrito por Duarte (2011) e Manzini (2003), com oito jornalistas que trabalharam na cobertura do assassinato para os dois telejornais objetos desse estudo. Os

profissionais envolvidos com a construção das narrativas tornam-se fundamentais fontes de informações para o presente trabalho.

Propomos nessa dissertação, um ‘passeio de câmera’ por reflexões que contribuam para a apreciação dos resultados da aplicação da metodologia e das entrevistas. Dessa forma, o trabalho encontra-se dividido em seis capítulos cujos títulos fazem alusão aos enquadramentos e movimentos de câmera de TV. Em cada um deles, repensamos conceitos relacionados ao telejornalismo, à sua estrutura narrativa e aos aspectos identitários e políticos envolvendo a vereadora carioca que podem ter influenciado de alguma maneira a cobertura jornalística. Só então, chegamos ao nosso objeto de estudo, já municiados dos entendimentos teóricos necessários à interpretação na leitura crítica das narrativas dos telejornais.

Logo no primeiro capítulo, fazemos uma pan (panorâmica) do telejornalismo, buscando repensar conceitos chave e entender a televisão do século XXI, quando a internet assume um significativo e crescente espaço de circulação de informações. Esse capítulo apresenta cinco subdivisões. Começamos com a discussão sobre o ambiente convergente das mídias e a expansão da TV para múltiplas plataformas. Tais reflexões são alicerçadas especialmente em estudos desenvolvidos por Fachine (2013), Jenkins (2009), Kischinhevsky (2016) e Orozco Gómez (1993, 2014). Também abordamos o telejornalismo na mediação cultural, na produção de conhecimento e o espaço que ocupa na sociedade brasileira. Para isso, nos embasamos nas pesquisas de Alsina (2009), Bourdieu (1997), Coutinho (2009, 2010), Hall (2003, 2006), Martín-Barbero (2015), Barbero e Rey (2001), Medina (2008) e Meditsch (1992, 1998), Vizeu (2005, 2009, 2016) e Williams (1979, 2016). Ainda nesse primeiro capítulo, enfatizamos a noticiabilidade e o interesse público, procurando entender os critérios que norteiam a seleção, o tratamento e a hierarquização das notícias na atualidade, principalmente devido ao intenso uso das redes sociais. Os estudos de Guerra (2014), Gislene Silva (2010, 2014), Sartor (2016) e Sodré (2009) contribuíram para as ponderações acerca de tais parâmetros. Questões sobre interatividade e participação da audiência também são debatidas a partir dos pensamentos de Bruns (2011), Carpentier (2011, 2012), Primo (2000) e Thompson (2018). Na quinta e última parte desse primeiro capítulo, discutimos a relação do telejornalismo com o imaginário social e as representações simbólicas da realidade, fundamentados nas obras de Wulf (2013, 2016) e Hall (2016).

Prosseguindo pelo caminho das reflexões teóricas, fazemos *travelling* (câmera movimentando-se na horizontal como em um passeio) pela narrativa do telejornal no segundo capítulo. Explicitamos a maneira como compreendemos o texto audiovisual, composto por elementos verbais e não verbais. Revisitamos a ideia do contrato de comunicação, repensamos

a classificação de gêneros e formatos televisivos, e finalmente, abordamos as etapas da construção da notícia na televisão, discutindo a forma como ocorre a produção de sentidos e a criação do efeito de real. Os alicerces primordiais nessa parte do nosso percurso são Bakhtin (1997), Becker (2005, 2012, 2016), Benetti (2001, 2008, 2009), Charaudeau (2006), Fachine (2001, 2008, 2013), Jost (2009, 2010) e Machado (2000, 2011).

No terceiro capítulo, enquadramos o assassinato político da vereadora em primeiro plano. Nesse momento, relembramos as bandeiras de luta e os aspectos identitários de Marielle Franco. Adotamos uma perspectiva histórica para apreender o processo de constituição da discriminação das minorias sociais, como a mulher, o preto e o morador das periferias na sociedade brasileira, buscando entender suas implicações políticas e ideológicas. Recorremos às pesquisas não apenas de historiadores, como também de jornalistas, sociólogos, filósofos e antropólogos como Azevedo (1987), Bastos (2016), Batista (2003,2010), Butler (2002), Caldeira e Holston (1999), Chouliaraki (2006), Dardot e Laval (2016), Mbembe (2017), Vaz, Cardoso e Félix (2012). Além disso, utilizamos nesse terceiro capítulo o levantamento realizado pela Fundação Getúlio Vargas em 2018 no Facebook e no Twitter sobre a repercussão do homicídio de Marielle, o comportamento dos usuários das plataformas digitais diante da notícia e a disseminação de *fake news* envolvendo a vereadora carioca. A partir de tais dados, discorreremos sobre a atenção e os vínculos do telejornalismo com a sociedade.

Um *zoom* possibilita um olhar detalhista para os telejornais no quarto e no quinto capítulos, quando realizamos a leitura crítica das narrativas do Jornal Nacional (JN) e do Jornal da Record (JR) com aplicação da metodologia Análise Televisual. Para explicitar a linguagem audiovisual de ambos os noticiários, apresentamos transcrições do texto verbal associadas a *frames* de vídeos, isto é, o texto não verbal. O método prevê a descrição do objeto de estudo, com a contextualização do período histórico, político e social, etapas de análise quantitativa e qualitativa, com categorias e princípios estabelecidos, e a interpretação dos resultados. Todas as etapas desse processo de leitura crítica serão detalhadas mais adiante.

As entrevistas semiestruturadas com profissionais das duas emissoras de televisão são apresentadas também no quarto capítulo no decorrer da aplicação da Análise Televisual. Os jornalistas que atuaram na cobertura do crime para os noticiários de rede nacional examinados relataram as práticas e diretrizes adotadas, as formas de interação com as redes sociais, os interesses e intenções em jogo e a visão que possuem sobre a atividade jornalística na TV na contemporaneidade. Seguindo um roteiro flexível previamente elaborado com perguntas abertas e básicas para a investigação do tema (MANZINI, 2003), procuramos identificar

como os jornalistas foram orientados quanto ao tratamento e à hierarquização da notícia sobre o assassinato da parlamentar.

Nas conclusões do trabalho, cruzamos as interpretações dos resultados da leitura crítica das narrativas de cada telejornal, realizada através da Análise Televisual, com a interpretação dos relatos dos jornalistas nas entrevistas semiestruturadas. Nesse último momento, realizamos a comparação das narrativas. Esperamos, assim, que essa pesquisa incentive de alguma maneira a maior reflexão sobre os modos de fazer telejornalismo no momento político e social pelo qual atravessa a sociedade brasileira e sobre o futuro da atividade no cenário de mídias em que a internet se consolida.

1 UMA PAN (PANORÂMICA) NO TELEJORNALISMO

As transformações do ambiente midiático ocorridas nas últimas décadas afetaram o modo de fazer jornalismo na televisão. Sendo assim, antes de avaliarmos a cobertura realizada pelos principais noticiários de TV sobre a execução da vereadora Marielle Franco, torna-se indispensável examinar o telejornalismo na sociedade brasileira atual. Diante da interação proporcionada pelas redes sociais, das diversas formas de uso dos meios de comunicação e da vasta disseminação de informações na internet, começamos este estudo repensando o lugar do telejornalismo e da TV na contemporaneidade.

1.1 A televisão no século XXI

O avanço tecnológico provocou mudanças nas mídias, possibilitando maior acesso e aumentando a importância das informações de tal forma que as pessoas não têm como apreender a imensa quantidade de informação em circulação no mundo atual. A distribuição de conteúdo ocorre em diferentes canais e com profusão de formatos. Hoje, as notícias estão na palma da mão com o uso de dispositivos digitais móveis como *tablets* e principalmente telefones celulares que possibilitam o acesso à internet. O ritmo acelerado da aquisição e do uso dos *smartphones* facilitou a entrada da internet nas sociedades atuais, de maneira que em todo o planeta existem mais acessos pelos dispositivos móveis do que pelos computadores (BARSOTTI; AGUIAR, 2018). Como consequência desse processo, houve um crescimento significativo das redes sociais. No Brasil não é diferente. O número de pessoas com acesso à internet aumentou em 10 milhões no ano de 2019, um crescimento de 7,2% em relação ao ano anterior. Dentre os usuários de internet acima de 13 anos de idade, a penetração das mídias sociais atingiu o expressivo índice de 81%. Sobre os dispositivos tecnológicos usados, 61% dos brasileiros acessam suas contas de redes sociais por meio do telefone celular.¹² Especialmente os mais jovens passaram também a se informar por essas redes, sendo que 51% dos adolescentes de 16 e 17 anos priorizam a internet como fonte de notícias. Martins (2020, p. 173) constata uma “mudança geracional no contato com os vários veículos de comunicação”. O mais recente relatório do Reuters Institute¹³, ligado à universidade de

¹² Dados do Relatório Digital in 2019, disponíveis em <https://datareportal.com/reports/digital-2019-brazil>
Acesso em 15/06/2020.

¹³ Disponível em https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/sites/default/files/2020-06/DNR_2020_FINAL.pdf
Acesso em 27/07/2020.

Oxford, na Inglaterra, realizado em 2020, indica que a penetração da internet no Brasil alcança 71% dos 211 milhões de habitantes.

A tecnologia provocou alteração no comportamento do público e, conseqüentemente, remodelou o fluxo de mídia, estabelecendo a convergência entre as mídias (JENKINS, 2009). Os meios de comunicação e o público adotam hoje novas práticas de produção, distribuição e consumo de conteúdo, incluindo notícias. Houve uma reconfiguração dessas práticas, o que podemos considerar uma significativa transformação cultural do século XXI. Apesar do crescimento das mídias digitais apresentar-se como uma tendência contínua, Jenkins (idem) lembra que as palavras impressas não eliminaram as palavras faladas, a televisão não eliminou o rádio. Sendo assim, “[...] os velhos meios de comunicação nunca morrem – nem desaparecem, necessariamente. O que morre são apenas as ferramentas que usamos para acessar seu conteúdo” (JENKINS, 2009, p. 41). No entanto, Orozco Gómez (2014) acredita que, embora as experiências anteriores indiquem que “velhas e novas mídias” convivam e se reorganizam, os meios mais antigos vêm diminuindo suas forças ou poderes nas sociedades contemporâneas. Apontando nessa mesma direção de pensamento, Kischinhevsky (2016) alerta para o risco de os meios de comunicação tradicionais transformarem-se em meros coadjuvantes no atual cenário de mídia.

Diante desse contexto, procuramos pensar o espaço que o telejornalismo ocupa na sociedade brasileira atual, principalmente considerando que seu papel de narrar de imediato as novidades do cotidiano perdeu-se na velocidade com que as informações são veiculadas pela internet. A notícia já chega primeiro nas mídias digitais. Então, para refletir sobre o lugar do telejornalismo na atualidade, precisamos antes compreender como a própria TV vem conduzindo-se nesse ambiente midiático reorganizado.

A televisão adaptou-se ao novo cenário de mídia. Trilhou o caminho da convergência, alastrou-se para múltiplas plataformas, dispositivos móveis, computador etc. A tela na sala de estar das famílias converteu-se em muitas telas ou, melhor dizendo, passou a ser uma entre muitas (OROZCO, 2014). Essas múltiplas telas espalham-se pelos cômodos da casa, pelos bares e restaurantes, pelos locais de trabalho, pelo transporte, por elevadores. Do mesmo modo como o termo ‘rádio expandido’ (KISCHINHEVSKY, 2016) significa que o meio extrapolou as transmissões em ondas de Hertz para estar presente em novos canais, a televisão também se expandiu, transbordando para o mundo digital, para a internet, *streaming*, como por exemplo, Netflix, Amazon Prime Vídeo, Globo Play etc. Então, a noção de televisão transpôs o aparelho televisor tradicional, aquele monitor na sala de estar. Nesse processo, ocorre a hibridação dos meios e a TV renova-se, absorvendo características de outras mídias

assim como também as contágias. Becker (2016) destaca que tanto a produção de conteúdo quanto a distribuição e a linguagem da televisão sofrem alterações com esse hibridismo.

Outra mudança provocada por tal dinâmica é a maior interação do meio com a audiência, que já pode comentar, compartilhar vídeos, mensagens e até mesmo colaborar com a produção do conteúdo. Por isso, os hábitos de consumo do material televisivo transformaram-se. A audiência se dispersou entre as diversas plataformas e já pode acessar um vídeo ou um programa apenas pelo *link* disponibilizado em *sites* e redes sociais ou por canais *on demand*. Portanto, o modo de recepção tornou-se mais disperso, fragmentado, descontextualizando, assim, as notícias e os produtos da televisão. O telespectador pode selecionar o que deseja assistir, planejando sua própria grade de programação (MACHADO, 2011).

Sob tal perspectiva, a televisão contemporânea deixa de ser entendida como um fluxo contínuo, conforme definiu o pesquisador e escritor Raymond Williams (2016). Para ele, a grade de programação é formada por uma série de programas transmitidos em sequência, sendo que cada um estimula o telespectador a assistir ao próximo, em um ciclo que tende a sustentar a audiência em toda a programação. Segundo o britânico, “o que está sendo exibido não é, nos antigos termos, uma programação de unidades separadas com inserções específicas, mas um *fluxo* planejado [...]” (WILLIAMS, 2016, p. 100, grifo nosso). O pesquisador mexicano Orozco Gómez (2014) acrescenta que a TV nasceu e se desenvolveu em um ambiente muito diferente do atual, pois podia mostrar e falar o que quisesse em uma forma vertical de transmissão de conteúdo, portanto, planejando o fluxo contínuo da programação. Contudo, a expansão do meio, a distribuição de conteúdo por diversas plataformas e a dispersão da audiência permitem que os programas sejam hoje assistidos separadamente em diferentes horários, deslocados do contexto original, alterando tal fluxo contínuo. A televisão não pode mais ser vista somente como uma sequência planejada de programas, embora isso continue existindo. Becker (2016) chama atenção para o fato de que a forma tradicional de assistir aos conteúdos audiovisuais da TV permanece inalterada para uma significativa parcela da população brasileira sem acesso à internet banda larga.

Se o conceito de TV não se refere mais ao aparelho televisor tradicional nem pode ser compreendido exclusivamente como programação em fluxo contínuo, como definir a televisão hoje? Williams (2016) oferece uma importante contribuição para esse entendimento quando não restringe o meio somente aos aspectos tecnológicos, mas o conceitua também como forma cultural. Assim, compreendemos a definição de televisão na atualidade a partir da maneira específica como o meio estabelece a comunicação com a audiência, utilizando os

elementos característicos da linguagem audiovisual, como a palavra, o som e a imagem em movimento. Por consequência, o telejornalismo também configura uma atividade cultural.

Cabe esclarecer que adotamos aqui os paradigmas linguístico e antropológico para um amplo conceito de cultura. Segundo o sociólogo e teórico cultural Stuart Hall (2003), o primeiro paradigma equivale cultura à soma das definições discursivas disponíveis pelas quais as sociedades dão sentido e refletem as suas experiências comuns da vida cotidiana. Já a ótica antropológica enfatiza o aspecto da cultura em relação às práticas sociais. A cultura encontra-se perpassada por todas as práticas sociais e constitui a soma do relacionamento entre elas (HALL, 2003, p. 135-136). Portanto, a partir desses dois paradigmas, compreendemos a configuração do telejornalismo como manifestação cultural, o que decorre da própria atividade: trata-se da produção e consumo de notícias, ou seja, caracteriza uma prática social, um costume da sociedade. Além disso, trabalha com os acontecimentos por meio da linguagem, significando e dotando de sentido a experiência social, constituindo-se, então, uma definição discursiva de mundo. Considerando a explicação do conceito de cultura apresentada por Hall (*idem*), o telejornalismo comporta tanto o paradigma linguístico quanto o antropológico.

Com tal abrangência, a atividade informativa na televisão sofre influência do contexto social em que está inserida. Williams (2016) esclarece que as conjunturas sociais são mutáveis e, por isso, a cultura passa por transformações. Dessa maneira, entendemos que o telejornalismo também é afetado e adapta-se às mudanças socioculturais, como por exemplo, sua adequação às inovações tecnológicas e à demanda da audiência na atualidade. Logo, o telejornalismo produz cultura, afetando a sociedade enquanto as transformações dessa mesma sociedade acabam por influenciar as práticas sociais, como o telejornalismo. Nessa linha de pensamento, o pesquisador Stuart Hall (2003) defende a ideia de reciprocidade. O telejornal colhe relatos sobre os acontecimentos, as fontes e as imagens dentro da estrutura sociocultural da qual faz parte. Em paralelo, constrói as notícias para o consumo praticado nessa mesma estrutura social, por isso adequa-se às suas mudanças. De acordo com Hall (*idem*), a sociedade manifesta-se simultaneamente como fonte e receptor da mensagem televisiva. Dessa maneira, o telejornal torna-se reflexo do momento histórico e do contexto cultural em que está inserido. Portanto, o telejornalismo deve ser analisado a partir da “articulação de suas dimensões técnica, social e cultural” (GOMES, 2011, p. 18). Daí, a importância da percepção do contexto histórico e social na análise das narrativas dos noticiários.

1.2 Repensando o telejornalismo

As relações socioculturais do telejornalismo se manifestam fundamentalmente na sua função de mediação. O antropólogo e filósofo Jesús Martín-Barbero (2015) defende que os meios de comunicação atuam como mediadores dos aspectos da vida cultural e política da sociedade. Nessa ótica, a televisão exerce a mediação entre o mundo real e a audiência. Destacamos, contudo, que mediar não significa intermediar. O pressuposto teórico da mediação implica em um processo interrelacional onde ocorrem significações, construção de sentidos, tanto por parte da produção quanto da recepção. Sendo assim, a pesquisadora Lopes (2018) destaca que a mediação configura e reconfigura a lógica da produção e dos usos dos meios de comunicação, além de desempenhar um papel fundamental no campo da cultura. Orozco Gómez (1993) acrescenta a ideia de que ocorrem múltiplas mediações nas interações entre a televisão e a audiência. Segundo ele, essas interações envolvem um processo com diferentes espaços, tempos e negociações, em que até mesmo as vivências e emoções do telespectador exercem mediação. De acordo com o mexicano, as mediações revelam-se nas ações e na linguagem expressas em cada etapa do processo comunicacional.

Logo, a produção do telejornalismo e o consumo de notícias devem ser observados não somente a partir das características dos dispositivos tecnológicos, mas também das narrativas, dos usos do meio e da forma como imprimem sentidos à mensagem televisiva. Apesar da colaboração da audiência na produção das notícias na atualidade, o que de certo modo reconfigura o conceito de mediação dos meios de comunicação, consideramos que o telejornalismo não deixa de exercer tal função na medida em que continua a produzir notícias, explicando o mundo e produzindo sentidos.

As particularidades da atividade jornalística na televisão também contribuem para a compreensão de seu papel na sociedade brasileira. Da mesma maneira que o rádio, a TV não requer grau de escolaridade, o que pressupõe o acesso democrático ao conhecimento dos fatos. O noticiário da televisão oferece esse acesso às informações sem a necessidade da presença do telespectador no local dos acontecimentos, melhor dizendo, o telejornal é a oportunidade de qualquer pessoa ver o que está acontecendo em locais próximos e distantes. Entendemos que esse ato de ver as imagens de acontecimentos por si só já reforça a sensação de proximidade com o fato, ainda que seja um olhar mediado. Entre o acontecimento social e a audiência situam-se as tecnologias de captação, edição e transmissão, os profissionais e as rotinas produtivas. (COUTINHO, 2009, p.107).

Além disso, o modo como o telejornal apresenta as notícias ajuda o telespectador a decifrar e compreender o cotidiano, contribuindo para que se sinta integrado à sociedade. Vizeu (2009), defende que o telejornalismo assume uma função ‘pedagógica’ ao ordenar e explicar os fatos, ajudando a tornar o mundo menos complexo. Isto fica mais evidente na editoria de economia, por exemplo, pois o telejornal procura ‘traduzir’ a linguagem específica da área e simplificar a notícia para que o cidadão compreenda os eventos. Acrescentamos que tal função ‘pedagógica’ ganha até maior relevância na contemporaneidade diante da ilimitada quantidade de informações circulando nas mais diversas mídias. Essa perspectiva é compartilhada pelos próprios profissionais do telejornalismo. O editor-chefe e apresentador do Jornal Nacional, da Rede Globo de Televisão, William Bonner, destaca que uma das principais funções do telejornal na atualidade é “organizar as informações que se espalharam durante o dia para que o telespectador possa refletir sobre o encadeamento dos fatos.”¹⁴ Desse modo, o noticiário televisivo atende a uma necessidade da população e assume também uma função política de organizar os acontecimentos de acordo com o seu próprio ponto de vista, ou melhor, organizar o mundo que se encontra ‘espalhado’ por diversas mídias, inclusive nas redes sociais.

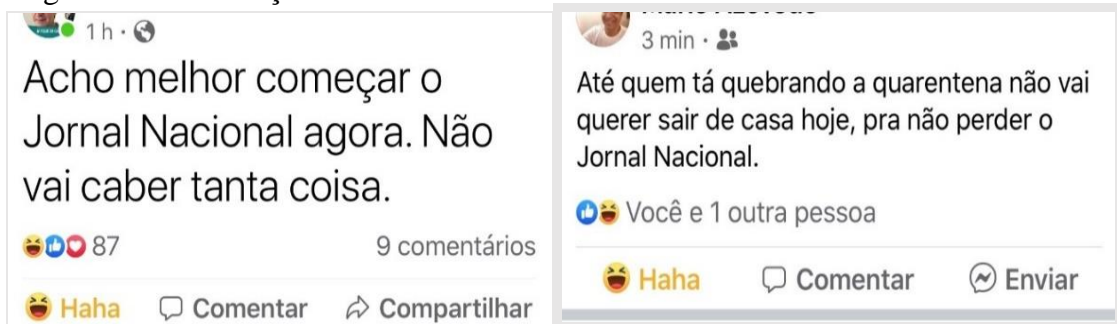
Além das funções de mediação e pedagógica, o telejornalismo ocupa ainda um ‘lugar de referência’ na sociedade. Vizeu (idem) trabalha esse conceito a partir da confiança e do conforto que as rotinas diárias proporcionam às pessoas. O telejornal, então, é um velho conhecido, que faz parte da rotina dos brasileiros, assim como as instituições da família, da escola e da igreja. Segundo o autor, a atividade jornalística, principalmente na televisão, transmite segurança por confirmar que o cotidiano com o qual as pessoas estão familiarizadas continua existindo. Acrescentamos que muitas vezes os telejornais assumem o papel de interlocutor da sociedade, expondo as deficiências do poder público e cobrando das autoridades providências para os problemas da vida cotidiana.

Por todas as razões apresentadas aqui, os telespectadores ainda se reúnem em torno da televisão para acompanhar os acontecimentos sociais, especialmente aqueles de grande repercussão, mesmo que já tenham se informado sobre tais fatos por outros meios e, fundamentalmente, pela internet. Afinal, a televisão ainda constrói a visualidade dos acontecimentos, “[...] ela pode fazer ver e fazer crer no que se faz ver” (BOURDIEU, 1997, p.28). Durante a Copa do Mundo de Futebol, por exemplo, multidões se reúnem em frente a telões instalados em espaços públicos para acompanhar a transmissão dos jogos pela

¹⁴ Entrevista concedida por William Bonner ao programa *Conversa com Bial*, na Rede Globo de Televisão, em 26/05/2020. Disponível em <https://globoplay.globo.com/v/8582140/> Acesso em 27/05/2020.

televisão. Isso ocorre em praticamente todo o planeta, não apenas no Brasil. Mas, esse comportamento da audiência não se restringe às transmissões esportivas. Quando acontecimentos de relevância na vida pública mobilizam a sociedade, os cidadãos esperam que os telejornais amplifiquem e contextualizem os fatos divulgados e comentados nas redes sociais. Isto ocorreu no dia em que o ministro da Educação do governo Bolsonaro, Abraham Weintraub, foi exonerado do cargo e o ex-policial militar Fabrício Queiroz, ex-assessor do senador Flávio Bolsonaro, filho do Presidente da República, foi preso em uma casa em Atibaia, no interior do estado de São Paulo, suspeito de comandar um esquema irregular de desvio de salários de funcionários comissionados na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. As duas informações foram disponibilizadas em *sites* de notícias na internet e compartilhadas nas redes sociais. Entretanto, observamos que usuários dessas redes manifestaram a expectativa de assistir à cobertura dos telejornais, conforme demonstram as postagens feitas em 18 de junho de 2020 na plataforma digital Facebook (Figuras 01 e 02).

Figura 01 – Publicação em rede social



Fonte: Facebook, 18/06/2020

Além do mais, o telejornalismo informa ao mesmo tempo em que entretém a audiência. A televisão converte-se em uma atração de luzes, cores, movimento e dramatização. A própria imagem já é um espetáculo (ROCHA; CASTRO, 2009), impactando a audiência. A TV digital amplia ainda mais o apelo à percepção, associando o ato de ver à sensação de prazer, consequentemente torna-se também um lazer. No telejornal, isso também ocorre. Gráficos, desenhos computadorizados, movimento, trilha sonora e outros recursos apagam as fronteiras entre realidade e ficção (BECKER, 2016). Da mesma forma, a entonação da voz do âncora e o ritmo de leitura das notícias mantêm uma certa tensão, despertando as emoções do telespectador. A dramatização acontece ainda na reportagem, em que os jornalistas elaboram um roteiro da matéria, memorizam textos e ‘encenam’ diante das câmeras, adequando a voz, a postura corporal e os gestos ao assunto tratado. Os repórteres fazem, assim, uma espécie de ‘atuação’ que nos remete ao teatro. O jornalista e professor

Alfredo Vizeu (2005) esclarece que se o telespectador não se interessar pelo noticiário deixa de assisti-lo, por isso o telejornal deve ser atrativo, precisa conquistar a audiência, criando um vínculo afetivo. Hoje, os noticiários não somente apresentam um espetáculo, como também convidam o público a interagir.

Também entendemos que ao conhecer e decifrar o mundo que o cerca, o público cria condições para refletir, agir e modificá-lo. O conhecimento consiste em um fator de transformação humana e social. Portanto, o telejornalismo pode servir de ferramenta para a mudança do cotidiano. Contudo, torna-se fundamental destacar que o telejornal apresenta suas próprias verdades, ou seja, uma visão de mundo que não é a real nem sequer uma reprodução fiel da realidade. Como vimos, toda mediação implica em produção de sentidos. Quando seleciona conteúdos e formas, interpreta os acontecimentos, recorta a realidade e adota certa narrativa, o telejornal reconstrói a realidade (ALSINA, 2009; BOURDIEU, 1997; MACHADO, 2000; VIZEU, 2005, 2009). Trata-se de uma versão condicionada por interpretações subjetivas e interesses diversos dos profissionais, das emissoras de TV e dos grupos econômicos que as mantêm. O sociólogo francês Bourdieu (1997) evidencia a força de tais grupos econômicos mantenedores da mídia quando enfatiza o caráter comercial da televisão, que persegue os índices de audiência para atrair anunciantes. Ele afirma que esse peso da economia recai também sobre as práticas jornalísticas.

Sendo assim, a notícia produzida pelo telejornal é resultado de uma conjunção de escolhas, interpretações e intenções. O pesquisador espanhol e teórico do Jornalismo, Miguel Rodrigo Alsina (2009), considera que a notícia é um produto institucional, constitui uma representação da realidade social cotidiana. Para entendermos melhor essa versão apresentada pelos noticiários televisivos, recorreremos à noção de três mundos distinguidos pelo autor e com os quais o jornalismo trabalha: o mundo real, em que os fatos ocorrem, o mundo de referência, onde se concentram as práticas produtivas que garantem a verossimilhança, e o mundo ‘possível’, em que está a notícia construída e narrada. Este último é explicado por Alsina (idem) como

O mundo narrativo construído pelo sujeito enunciador a partir dos outros mundos citados. Se no “mundo real” se produzia a verificação e no “mundo de referência” se determinava a verossimilhança, no “mundo possível” se desenvolve a veracidade. O enunciador deve fazer parecer verdade o “mundo possível” que ele mesmo constrói (ALSINA, 2009, p. 310).

Portanto, o mundo ‘possível’ é resultado da maneira como o jornalismo narra os fatos e enxerga o cotidiano. Ressaltamos também que é inviável apreender a totalidade de um acontecimento, ainda mais com o ritmo acelerado e o tempo limitado da televisão. Segundo a

socióloga Gaye Tuchman (apud SARTOR, 2016), a forma como o jornalismo produz esse ‘possível’ é consequência das práticas institucionalizadas, que atendem às necessidades de produção das próprias organizações jornalísticas. São com essas práticas diárias dentro das organizações que os profissionais preparam representações da realidade. A socióloga discute, dentre outros procedimentos, o processo de seleção das fontes de informação (entrevistados) para compor as notícias. Ela percebe que os veículos de comunicação e os jornalistas privilegiam as fontes pertencentes a outras instituições validadas pela sociedade. Dessa maneira, o jornalismo busca legitimar as notícias divulgadas e, por outro lado, acaba legitimando também tais instituições. Essas informações das fontes privilegiadas são apresentadas como fato (TUCHMAN, apud SARTOR, 2016).

O funcionamento da legitimação mútua entre as instituições pode ser compreendido quando recorremos às características apontadas por Berger e Luckmann (2002, p. 88) para o mundo institucional: é produto de processos históricos, possui caráter de controle social e “exige legitimação, isto é, modos pelos quais pode ser ‘explicado’ e justificado”. Então, a troca de validação entre o jornalismo e outras instituições representa uma das formas de garantir a sobrevivência do mundo institucional e interfere na produção das notícias. Acrescentamos que tal permuta evidencia os interesses das organizações informativas ao mesmo tempo em que inibe a diversidade de opiniões e depoimentos sobre os fatos, restringindo as múltiplas visões de mundo, reforçando os valores vigentes e a ideologia dominante na sociedade, conservando assim o *status quo*.

Sendo assim, vimos que o jornalismo televisivo apresenta potencial transformador, podendo alargar as formas de percepção de mundo, mas ao mesmo tempo, conserva e reproduz valores e ideologias. Vizeu (2016) destaca que o telejornal pode servir para o bem e para o mal, pois apresenta um aspecto hegemônico de reforço do *status quo* assim como também pode funcionar como instrumento de formação da cidadania. Desse modo, “[...] implica sempre uma construção social da realidade, capaz de exercer efeitos sociais de mobilização (ou de desmobilização)” (BOURDIEU, 1997, p. 28).

Cabe ressaltar que não devemos creditar aos telejornais total controle sobre a produção de sentidos dos acontecimentos do cotidiano, principalmente na atualidade com a convergência midiática. Sem contar que a distribuição e a circulação do conteúdo informativo da televisão em diversas plataformas provocam ainda a ressignificação das notícias, que ganham outro contexto de recepção. A audiência apropria-se das notícias, atribuindo-lhes novos formatos e novos sentidos.

Soma-se ao amplo panorama até aqui exposto, o espaço que o jornalismo ainda ocupa na produção de saberes, representando expressiva fonte de conhecimento dos acontecimentos sociais no Brasil (BECKER, 2016), apesar do contínuo avanço da internet e, essencialmente, das redes sociais na divulgação de informações. Segundo o anuário Mídia Dados 2019¹⁵, que traça um panorama dos meios de comunicação no país, a televisão alcançava no ano anterior (2018) 88% da população em um período de trinta dias, enquanto a penetração das mídias digitais chegava a 83% por cento no mesmo intervalo de tempo. Percebemos que os números somam mais de 100% porque as pessoas podem acessar mais de uma mídia em igual período.

Com isso, entendemos que o telejornalismo representa importante fonte de informações no Brasil e, portanto, fonte de saberes também. No entanto, o reconhecimento de que o telejornalismo produz um tipo de conhecimento partiu de um longo processo que envolveu diversas abordagens sobre a própria atividade jornalística e seus modos de produção da notícia. Não temos a pretensão aqui nesse estudo de abarcar todos os aspectos que envolvem a questão, mas apontamos um breve histórico dos pressupostos teóricos que ajudam a compreender o tipo de saber produzido pelo telejornalismo.

O principal desafio para perceber esse papel do telejornalismo é o paradigma positivista que surgiu no século XIX e ainda hoje exerce influência sobre os princípios da atividade informativa. A essência da abordagem defendida pelo filósofo Auguste Comte constitui-se na busca da verdade e trata a realidade como algo objetivo que pode ser explicado através dos procedimentos do método científico (MEDINA, 2008). Portanto, somente os cientistas poderiam revelar a realidade de forma precisa, qualquer outra produção de conhecimento seria desqualificada, pois não seria a verdade. Medina (idem) identifica a interferência dos preceitos positivistas em fundamentos que regem a atividade jornalística como, por exemplo, a busca da objetividade e a precisão da linguagem.

Entretanto, o jornalista e sociólogo Robert Park contesta essa lógica positivista, embasado no pragmatismo filosófico de William James. Nos anos 1940, Park desenvolveu a ideia de que existem diferentes saberes com os quais as pessoas entram em contato ao longo da vida (MEDITSCH, 1992, 1998). Segundo tal perspectiva, as formas de conhecimento podem ser distinguidas entre: o ‘conhecimento de’, aquele que adquirimos e utilizamos no dia a dia, e o ‘conhecimento sobre’, que é formal, racional e sistemático, como os saberes científicos (MEDITSCH, idem).

¹⁵ Disponível em <https://www.gm.org.br/midia-dados-2019> Acesso em 15/10/2019

Apesar dessa mudança de paradigma sobre quais seriam as fontes de conhecimento, a produção jornalística permaneceu sendo julgada como algo de menor valor comparada ao trabalho da ciência. Sartor (2016) atribui essa desvalorização aos vestígios do pensamento positivista que restringe a atividade jornalística apenas ao relato de fatos selecionados. O jornalismo é visto pelos positivistas como um reflexo da realidade. Até hoje essa concepção repercute na sociedade, inclusive entre os próprios profissionais da área. Em seu livro ‘Primeira Página: 95 anos de história nas capas mais importantes da Folha’, Otavio Frias Filho, ex-diretor de redação da Folha de São Paulo, afirma que as primeiras páginas representam “espelhos do mundo”, onde o leitor seria informado sobre a “realidade objetiva” (AGUIAR e BARSOTTI, 2017).

Contudo, outras correntes teóricas emergiram ao longo do século XX e defendem a ideia de que o jornalismo não reflete a realidade, mas a interpreta e a reconstrói em sua narrativa, tendo, assim, um modo próprio de gerar conhecimento. Entre essas teorias, encontra-se a perspectiva construtivista, cujos preceitos foram organizados pelos sociólogos Berger e Luckmann (2002) em um prestigiado estudo sobre a Sociedade do Conhecimento. De acordo com tal concepção, a vida cotidiana prevalece sobre as demais esferas da existência humana porque é nela que o homem está inserido. Segundo esse pensamento, o homem utiliza a linguagem tanto para as interações na vida cotidiana quanto para dar sentidos ao que assimila sobre o mundo material e subjetivo. Somente por meio da linguagem o conhecimento que o homem adquire ganha sentido, “por meio da linguagem um mundo inteiro pode ser atualizado a qualquer momento” (BERGMAN e LUCKMANN, 2002, p. 60). Na lógica construtivista, a realidade é aquilo do qual o homem toma consciência, ou seja, aquilo que ele conhece, reproduz e reconstrói. Sendo assim, o conhecimento e a linguagem produzem a realidade. Os autores elaboram também o conceito de instituição, que consiste no conjunto de hábitos correspondentes a certos papéis sociais. Logo, o mundo institucionalizado é a concretização da atividade do homem em sociedade. Com base em tais preceitos, o jornalismo é uma instituição porque representa o hábito de produzir notícias realizado por pessoas que exercem um determinado papel social, no caso, os jornalistas. Como instituição, o jornalismo é uma construção da sociedade ao mesmo tempo em que participa da construção da realidade.

Com a consolidação dessas teorias, a busca de uma verdade única procedente da ciência foi aos poucos abandonada e substituída pela valorização de todas as formas culturais de conhecimento que, por sua vez, produzem verdades igualmente válidas. O professor e jornalista Eduardo Meditsch (1998) destaca que o desenvolvimento da compreensão das linguagens como produtos históricos e culturais contribuiu para a ideia do jornalismo como

fonte de conhecimento, pois trata-se de uma prática essencialmente discursiva. O professor e pesquisador Luiz Gonzaga Motta (2013) explica que houve no século XX um ‘giro’ linguístico na própria ciência, como ocorreu na filosofia, na antropologia e na sociologia. A ciência passou a buscar na linguagem as explicações para as atividades humanas, até mesmo para o raciocínio. Portanto, a linguagem começou a ser considerada intrínseca ao próprio pensamento e essencial para a apreensão da experiência social. “Pensar, compreender, comunicar passou a ser quase sinônimo de abstrair e categorizar linguisticamente [...]” (MOTTA, 2013, p. 63).

Outro dado substancial apontado por Meditsch (1998) é que o jornalismo trabalha no âmbito do senso comum, ou seja, as notícias dizem respeito à vida cotidiana que, como vimos na teoria construtivista, é o espaço em que o homem se estabelece, por isso o considera um ambiente ‘natural’. Esta consiste em uma das razões para que as informações sobre a vida cotidiana divulgadas pelo jornalismo não sofram contestação, a audiência critica a maneira como um determinado noticiário relata um acontecimento, chamando-a de tendenciosa, mas não questiona a existência do próprio fato apresentado. Vizeu (2009) ressalta que o tipo de saber produzido pelo telejornal é justamente o conhecimento do cotidiano, pois o telejornalismo produz notícias que se referem aos acontecimentos do mundo em que vivemos.

Contudo, o telejornalismo seleciona os acontecimentos do cotidiano a serem exibidos. Bourdieu (1997) critica a escassez de conteúdos transformadores e a ausência de tratamentos mais aprofundados. O sociólogo acredita que os assuntos selecionados pelos telejornais são de caráter universal, ou seja, interessam a todos, de maneira que alcancem consenso, sem provocar disputas ou gerar rupturas sociais. Sob essa ótica, o noticiário procura amenizar as diferenças sociais, econômicas e culturais. Segundo o autor, “[...] o tempo é algo extremamente raro na televisão. E se minutos tão preciosos são empregados para dizer coisas tão fúteis, é que essas coisas tão fúteis são de fato muito importantes na medida em que ocultam coisas preciosas” (BOURDIEU, 1997, p. 23). Até mesmo quando trata de acontecimentos mais controversos, o noticiário televisivo organiza um modo de narrar e de mostrar que clareia determinados ângulos do fato enquanto deixa outros ângulos na sombra, como em um jogo de luzes. A televisão tem a capacidade de ocultar mostrando, “[...] mostrando o que é preciso mostrar, mas de tal maneira que não é mostrado ou se torna insignificante, ou construindo-o de tal maneira que adquire um sentido que não corresponde absolutamente à realidade” (BOURDIEU, 1997, p.24).

1.3 Noticiabilidade e interesse público

O jogo de luzes e sombras assim como a própria seleção do conteúdo criticada pelo sociólogo francês não ocorre de forma aleatória ou ao bel-prazer das organizações jornalísticas. A linha editorial de cada emissora e de cada produto informativo direciona o conteúdo na TV. Antes de abordarmos o processo de seleção, tratamento e hierarquização nos noticiários de televisão, buscamos entender o próprio conceito de notícia a partir do pensamento de Sodré (2009), que estabelece limites entre o fato, o acontecimento e a notícia. Para o jornalista e sociólogo brasileiro, fato é o objeto cuja realidade pode ser provada e o acontecimento é que dá sentido às coisas, é o desdobramento do fato, que submetido a normas e convenções, terá enredo e enquadramento. O acontecimento garante noticiabilidade para alguns fatos. Já o conceito de notícia é definido pelo autor como um ‘microrrelato’. “Parte-se do ‘fato bruto’ [...] para transformá-lo em ‘acontecimento’ por meio da interpretação em que implica a notícia, esse microrrelato que, desdobrado ou ampliado, nos dará possibilidade de acesso argumentativo ao ‘fato social’” (SODRÉ, 2009, p. 71).

Sendo assim, entendemos que o telejornalismo recebe uma expressiva quantidade de denúncias e apura inúmeros fatos diariamente. No entanto, nem todos se tornam acontecimentos sociais e muito menos cabem no tempo limitado dos telejornais. Os profissionais nas redações de televisão precisam realizar uma seleção daqueles que devem ser narrados, ou seja, transformados em microrrelatos, em notícias. Para isso, avaliam o grau de importância dos acontecimentos, utilizando critérios de noticiabilidade, que podem variar de acordo com a emissora, com o programa, com as condições de captação de imagens e de realização de entrevistas etc. Gislene Silva (2014) salienta que seria reducionista compreender a noticiabilidade de um acontecimento como um conjunto de princípios com os quais uma organização informativa controla a quantidade de notícias a ser produzida ou como conjunto de elementos potenciais do próprio fato. A autora define noticiabilidade como

[...] todo e qualquer fator potencialmente capaz de agir no processo da produção da notícia, desde características do fato, julgamentos pessoais do jornalista, cultura profissional da categoria, condições favorecedoras ou limitantes da empresa de mídia, qualidade do material (imagem e texto), relação com as fontes e com o público, fatores éticos e ainda circunstâncias históricas, políticas, econômicas e sociais (SILVA et al, 2014, p.52).

Dessa forma, noticiabilidade consiste em uma enorme gama de princípios que influenciam diretamente o julgamento sobre determinado fato. O teórico do jornalismo Nelson Traquina (2005) conceitua noticiabilidade como o conjunto de critérios que

estabelecem valor de notícia a certo acontecimento, ou seja, os valores-notícia que transformam o acontecimento em matéria, em reportagem. Os valores-notícia seriam atributos do fato, as características que ajudam os jornalistas a realizarem a seleção. Isso não quer dizer que sejam ‘naturais’, pois Traquina (idem) explica que esses valores são relativos aos aspectos culturais da produção jornalística, são como um código ideológico que envolve interpretação e representação. Eles também são empregados em todo o processo de construção da notícia, incluindo o tratamento e a hierarquização. Os profissionais em uma redação de TV não somente selecionam os acontecimentos a serem noticiados como ainda escolhem o modo como serão abordados e quais deles se tornarão chamada dos telejornais, ocuparão a escalada e terão mais tempo dentro do noticiário.

Diante desse extenso processo, Silva (2014) divide os critérios de noticiabilidade em três instâncias: aqueles aplicados à origem dos fatos seriam os valores-notícia utilizados para a seleção; os critérios para o tratamento dos acontecimentos incluem os valores-notícia e outros fatores relacionados às práticas produtivas; e por fim, aqueles critérios que interferem na visão dos acontecimentos, compreendidos como os fundamentos éticos, filosóficos e epistemológicos da atividade informativa: a verdade, a objetividade, a imparcialidade, o interesse público etc (SILVA et al, 2014, p. 52-53). No entanto, a autora destaca que os valores-notícia não são universais, podem apresentar diferenças de uma organização informativa para outra ou até mesmo de um profissional para outro. Cada qual pode compreender de forma distinta o que são tais valores.

Desse modo, os teóricos da Comunicação abordam uma diversidade de valores-notícia. Frente à grande variedade e ao caráter mutável desses parâmetros, recorreremos ao pensamento de Marcos Paulo da Silva (2014) para determinar um tipo de padrão. Consideramos, então, a concepção de ‘desvio’ como princípio fundamental da noticiabilidade. Os valores-notícia “estabelecem-se atrelados a um padrão clássico de ruptura a uma ordem social anteriormente estabelecida” (SILVA et al, 2014, p. 31). Nesse sentido, a jornalista e pesquisadora Vera França (2012, p.13) complementa que o acontecimento “não é independente, nem autoexplicativo”, mas responsável por uma diferença, uma ruptura, uma interrupção da normalidade. Logo, quanto maior o desvio mais relevância o fato adquire no jornalismo tanto para ser noticiado quanto na forma como será tratado e hierarquizado.

Entendemos que os valores-notícias mais comumente abordados nos estudos do jornalismo e compilados por Gislene Silva (2014) em uma extensa lista apresentam, em sua maioria, tendência desviante, ou seja, fogem da normalidade. Entre eles, encontram-se o conflito (guerra, briga, greve, rivalidade), a tragédia ou o drama (acidente, catástrofe, doença,

violência, morte), a raridade (incomum, original, inusitado), a surpresa (inesperado), a polêmica (escândalo), a curiosidade e o conhecimento (descobertas, invenções, pesquisas).

Sendo assim, compreendemos o assassinato da vereadora Marielle Franco como um desvio da ordem social, um acontecimento desviante e, portanto, merecedor de virar notícia. A morte por si só já significa uma ruptura. Portanto, o crime apresenta valor como notícia ao expressar tragédia (morte), raridade e surpresa por se tratar de uma parlamentar executada na região central da segunda maior metrópole do país. O fato ainda se enquadra no valor-notícia da polêmica por suscitar debates em torno do homicídio e da trajetória da vítima, conforme veremos adiante.

Entretanto, o atual ambiente de convergência midiática que possibilita maior interação com o público transforma a maneira como os jornalistas e as organizações informativas avaliam os fatos, pois os profissionais passam a ter mais acesso às opiniões e aos interesses da audiência. Por isso, critérios de noticiabilidade que indicam a construção da notícia dentro de uma dinâmica de diálogo com o público e com as mídias digitais passaram a ser discutidos no século XXI. O pesquisador Josenildo Guerra (2014) sustenta que a ‘expectativa da audiência’ deve ser considerada um valor-notícia utilizado no julgamento e hierarquização dos fatos. De acordo com o autor, na atualidade esse parâmetro converte-se no ponto de partida do trabalho jornalístico, pois os profissionais da notícia e as organizações informativas “não podem ignorar a expectativa e a competência de recepção daqueles para os quais direcionam suas mensagens” (GUERRA, 2014, p. 40). Citando o sociólogo Jean Chalaby, Guerra (idem) afirma que a ‘expectativa da audiência’ é uma descoberta essencial para o jornalismo moderno. O julgamento dos acontecimentos sociais a partir de sua importância intrínseca torna-se gradualmente menos relevante para a seleção e a construção da notícia. Produtores e repórteres passam a realizar as avaliações levando em consideração mais o presumido interesse do público em relação ao conteúdo do que as próprias características dos fatos em si. A adequação estabelece um vínculo entre produtores e receptores. Se a oferta de conteúdo jornalístico não corresponder ao que o público espera, esse vínculo não se sustentará. O autor acrescenta que a mediação exercida pelo jornalismo se realiza efetivamente através dos vínculos afetivos entre profissionais e audiência e entre organizações e consumidores. Segundo ele, a discussão sobre a questão da qualidade no jornalismo deve abordar aspectos relativos à própria produção da notícia e não o interesse da audiência. Guerra (ibidem) observa, inclusive, que o distanciamento do que é considerado popular para o produto de qualidade vem deixando de representar a questão central na avaliação dos acontecimentos sociais.

Dentro desse contexto, o valor-notícia proposto funciona, no primeiro momento, a partir da idealização do telespectador, em que o jornalista e a emissora de TV supõem quem seria esse receptor das notícias e quais seriam suas expectativas em relação aos fatos do dia. Guerra (2014) associa tal situação ao interlocutor imaginário definido pelo teórico britânico Denis McQuail, destacando a necessidade que o jornalista tem de presumir o perfil da audiência para estabelecer de forma eficiente a comunicação. Ressaltamos que a convergência entre o telejornalismo e as redes sociais é capaz de aperfeiçoar essa suposição dos interesses do telespectador, uma vez que a audiência se manifesta nas plataformas digitais com reações e comentários. Sendo assim, o comportamento e o engajamento do público nas redes sociais permitem aos jornalistas acompanhar e monitorar os temas de interesse da sociedade e, conseqüentemente, adequar a oferta de conteúdo informativo à ‘expectativa da audiência’.

Estabelecemos aqui distinção entre o valor-notícia ‘expectativa da audiência’ e o conceito de interesse público. Embora ambos possam desenvolver uma aproximação e integrem a noção de noticiabilidade, compreendemos que nem todos os anseios da audiência se referem a um conteúdo de interesse público. É o caso, por exemplo, das notícias sobre celebridades, que são do gosto da audiência, mas não representam um tema para o bem comum. No entanto, quando se trata dos parâmetros que influenciam profissionais e organizações, Basílio Alberto Sartor (2016, p. 18) elenca o interesse público, pois os próprios “jornalistas atribuem a ideia de princípio normativo e critério de noticiabilidade à noção de interesse público”. A imprensa consolidou-se como instituição que permite o amplo acesso às informações de interesse geral, isto é, a ideia de interesse público acabou incorporada ao jornalismo. Sartor (idem, p. 25) afirma que a defesa de tal interesse tornou-se “fundamento ético-epistêmico da profissão [...] e incidiu na produção jornalística como um dos mais importantes critérios para seleção, hierarquização e construção da notícia”. Apesar do caráter comercial das organizações informativas, a concepção idealista, romântica e tradicional do jornalismo associa-se às ideias de verdade, democracia, transparência e objetividade. Segundo Sartor (ibidem, p. 218), o interesse público constitui um ‘valor de resistência’ da identidade profissional.

Para entender o conceito de interesse público recorreremos à ideia do bem comum. O escritor e jornalista Carlos Chaparro (2016) afirma que o interesse público está implícito no princípio platônico do Ser e do Conhecimento. Para o filósofo da Grécia antiga Platão, a esfera do público mostra-se relativa à ordem social, à cidade devidamente ordenada. “Nesse princípio de ordem e razão, em função da cidade justa e verdadeira, legou-nos o platonismo uma noção do que poderia ser chamado de interesse público.” Dessa forma, tal conceito não

se concentra em um acontecimento isolado, mas nos fatos da cidade, ou seja, relacionados à coletividade. Interesse público remete à ideia de valores coletivos ou ordem social estabelecida para o bem da coletividade. Porém, entendemos que um fato isolado pode também corresponder a interesse público na medida em que expressar ruptura de um princípio ou um valor considerado um bem comum da sociedade.

Ainda explicando o conceito, Sartor (2016, p. 154) advoga que um acontecimento de interesse público funciona como um elemento simbólico agregador, pois a “comunicação estrutura-se no interior dos públicos à volta de um certo interesse comum partilhado.” Sendo assim, as opiniões sobre determinado fato podem divergir, mas ainda assim ele será em si mesmo objeto de visibilidade e discussão na esfera pública a partir do momento em que representa um interesse público. Sob essa perspectiva, o interesse público consiste em um critério de noticiabilidade, pois

[...] dentre os variados e virtualmente inesgotáveis acontecimentos do mundo, devem ter prioridade no relato noticioso aqueles que dizem respeito ou afetam diretamente o público, em detrimento daqueles que dizem respeito exclusivamente ao privado ou exercem menor influência no público” (SARTOR, 2016, p.123).

Portanto, os produtores de notícia na televisão, assim como nos demais veículos de comunicação, devem priorizar os fatos que carregam competência intrínseca para ganhar visibilidade e que afetam de alguma forma a ordem estabelecida ou os valores da coletividade.

1.4 A interação com a audiência

O grande desafio do telejornalismo na atualidade consiste em instituir maior interatividade com o público, adequando-se aos níveis de diálogo proporcionados pelas mídias sociais. Na internet “as audiências assumem todas as funções de um processo de comunicação, não apenas as de receptores” (OROZCO GÓMEZ, 2014, p. 107). Embora a televisão já possibilite maior participação do telespectador quando expande seus conteúdos para outras plataformas, consideramos que as mudanças visando maior interatividade ainda se mostram gradativas diante da velocidade dos avanços tecnológicos. De acordo com Fachine (2013), a interatividade a valer na TV digital brasileira não chegou a ser implementada devido a conflitos de interesses diversos, como a questão da propriedade intelectual, os entraves das especificações técnicas e a concorrência com grandes operadoras de telecomunicações. A autora explica que a interatividade na prática implicaria em mudanças ainda mais profundas no modo de se consumir produtos televisivos e, portanto, acarretaria riscos para os negócios.

Contudo, o progressivo avanço das redes sociais pode atrair cada vez mais a publicidade e acabar por acarretar riscos também para a televisão brasileira. Nesse cenário, a interação com a audiência torna-se uma necessidade de sobrevivência.

Ao analisar as ações e interações que os diferentes meios de comunicação permitem, o sociólogo inglês John B. Thompson (2018) classifica como ‘quase mediada’ a interação proporcionada pelas mídias como a TV, pois o fluxo comunicacional segue em apenas uma direção, do emissor para diversos receptores potenciais dispersos no espaço. Nesse caso, os receptores reagem à mensagem, mas não conseguem responder imediatamente ao emissor.¹⁶ A nomenclatura é questionada pelo pesquisador brasileiro Alex Primo (2014) que considera uma contradição chamá-la de ‘quase’ por ainda assim tratar-se de uma interação.

Houve algum progresso com a implantação da TV digital, que já permite outros níveis de interatividade. Embasando-se na obra do cineasta e pesquisador Newton Canitto, Becker (2016) elenca como possibilidades de interação a oportunidade de a audiência escolher o programa, conversar com outro telespectador, votar ou enviar mensagens, mudar o desenrolar do programa e até mesmo recriar a obra. Porém, essa participação do público ainda é acanhada. Primo (2014) considera que não há completa interatividade na televisão. Segundo ele, a comunicação consiste na troca de mensagens, no diálogo, na discussão de ideias. Até mesmo as enquetes, chamadas por muitas emissoras de interatividade, apresentam limitações no fluxo comunicacional, pois condicionam as respostas do público às opções pré-determinadas pela TV. Para o autor, a interatividade deve ser compreendida como uma relação com três elementos inter-relacionados: os participantes, a própria relação em si e o contexto. A predominância de um desses elementos prejudica o entendimento do processo de comunicação como um todo e impede a criação de um ambiente realmente interativo (PRIMO, *idem*).

A partir de tal visão da comunicação, o pesquisador propõe a compreensão da interatividade a partir da identificação de dois níveis de interação. Ele estabelece, então, distinção entre a interação mútua, onde há possibilidade de resposta não condicionada e imediata, e a interação reativa, em que ocorre interpretação por parte do público, mas sem liberdade de escolha e sem condições de dar resposta em tempo real. O primeiro nível ocorre através da negociação, com interpretações a partir do confronto de ideias. A interação mútua opera na virtualidade, que possibilita atualizações constantes (PRIMO, 2000, 2014). Já o

¹⁶ Thompson (2018) define como interação mediada *on line* aquelas em que as relações sociais ocorrem na extensão do espaço e do tempo dirigida a múltiplos destinatários com poder de resposta direta e rápida, formando uma rede de relacionamentos, como ocorre nas redes sociais.

segundo nível corresponde às relações unilaterais que se estabelecem a partir de estímulo-resposta, em que a alteração de um elemento não afeta o todo. Assim, ambos os níveis de interatividade coexistem no novo ambiente midiático, mas a televisão na maioria de seus formatos ainda se limita a oferecer a interação reativa, pois não há equivalência entre os integrantes do processo de comunicação, nem troca de mensagens em tempo real.

Entretanto, o amplo engajamento das pessoas nas redes sociais desafia o telejornalismo. A professora e pesquisadora Iluska Coutinho (2009) constata que a queda nos índices de audiência¹⁷ dos telejornais das grandes redes de televisão levou os profissionais a refletir sobre a importância do público, quer como destinatário da produção midiática, quer como essência do papel social do jornalismo. Os estudos culturais, que começaram a ser desenvolvidos desde os anos 1970 na Inglaterra, já apresentavam um novo olhar para a audiência, concebida como um espaço de resistência e até mesmo de luta cultural. Tal perspectiva teve influência do pensamento do filósofo Antônio Gramsci (2000), para quem os meios de comunicação são aparelhos de hegemonia cultural, disseminando os valores dos grupos sociais dominantes. Até então, as explicações de causa e efeito da televisão nas questões sociais e culturais consideravam os telespectadores meros depositários de conteúdo ou consumidores. No entanto, os Estudos Culturais deslocaram a centralidade do emissor para o receptor (HALL, 2003; MARTIN-BARBERO, 2015). Contestou-se a ideia de que a televisão detém controle absoluto sobre as interpretações da audiência com relação ao conteúdo recebido.

O modelo codificação-decodificação, proposto por Hall (2003), pressupõe que a comunicação configura um processo de dotação de sentidos sustentado na articulação de momentos distintos como produção, circulação, distribuição/consumo e reprodução. Segundo o sociólogo, a mensagem produzida e distribuída precisa ser decodificada, traduzida e transformada de novo em prática social para que o circuito da comunicação se complete. Sendo assim, tal processo prevê a produção de sentidos em todas as etapas e não somente na produção da mensagem. As diferenças entre as pessoas e grupos, assim como os contextos socioeconômicos e culturais, interferem na interpretação que o receptor dá às mensagens veiculadas pela TV. Portanto, como sujeito do processo comunicacional, o público reage e apropria-se da mensagem televisiva na medida em que imprime significados a partir de suas memórias e vivências. O aprofundamento dessa abordagem teórica avançou para uma noção

¹⁷ A queda de audiência citada pela autora refere-se às primeiras décadas do século XXI, porém houve registro de crescimento da audiência em março de 2020 durante a pandemia da doença covid 19. Informações disponíveis em <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2020/03/audiencia-de-telejornalismo-explode-durante-crise-do-novo-coronavirus.shtml> Acesso em 10/06/2020.

de leitura negociada dos textos televisivos. Os professores e pesquisadores David Morley e Charlotte Brunson (apud BECKER, 2016) acreditam que a classe trabalhadora, como receptora da mensagem, pode contestar, aceitar ou negociar os valores dos grupos sociais dominantes que são transmitidos pela televisão.

Reconhecemos aqui que a maneira da televisão lidar com o público já não pode ser a mesma diante do atual cenário de mídia, pois a audiência tornou-se mais ativa no processo de circulação e consumo de conteúdo informativo, chegando até mesmo a conferir valor de notícia a determinados fatos. Nas redes sociais, ela encontra maior facilidade de estabelecer discussões distintas daquelas adotadas pelo telejornalismo. Soma-se a isso, as circunstâncias em que um determinado discurso se alastra na internet, ficando difícil para o jornalismo controlar a produção de sentido em torno do assunto (NORA; D'ABREU, 2014). Acrescentamos que, apesar dos telejornais organizarem o mundo quando adotam determinado encadeamento dos fatos, os telespectadores não recebem a mensagem da menos maneira, pois a audiência não é uma massa uniforme. Na atualidade, isso tornou-se mais evidente com a divergência de opiniões nas redes sociais. A relação entre jornalistas e audiência passou a representar uma via de mão dupla, pois tanto o trabalho produzido pelos profissionais da informação agenda as discussões da sociedade nas redes sociais quanto os debates travados pelo público nessas mídias são capazes de pautar as matérias jornalísticas. Um exemplo recente foi o julgamento em novembro de 2020 de um acusado de violência sexual contra uma jovem promotora de eventos no estado de Santa Catarina. O caso divulgado por um *site* de notícias mobilizou a sociedade, causou polêmica, viralizou nas redes sociais e acabou pautando toda a imprensa.

No entanto, tal movimento não chega a configurar a participação efetiva da audiência nas tomadas de decisão quanto ao conteúdo jornalístico e na produção de notícias. Carpentier (2011, 2012) estabelece a diferenciação ao apontar o componente definidor do ato de participar: o poder. A interatividade desenvolveu-se no novo ambiente midiático, como expressão de acesso ou diálogo. Não há participação quando “um processo em que duas ou mais partes influenciam uns aos outros na tomada de decisões, mas o poder final de decisão cabe a apenas uma das partes.” (PATEMAN, apud CARPENTIER, 2012). Embora o público influa e até forneça material para os telejornais, as decisões sobre as notícias exibidas permanecem unilaterais, cabendo somente às emissoras de TV. Por isso, adotamos aqui nessa pesquisa o termo ‘colaboração’ e não ‘participação’.

Ainda assim, o relacionamento entre telejornalismo e audiência tornou-se mais colaborativo. O pesquisador australiano Axel Bruns (2011) sugere que o jornalismo procure nas redes sociais subsídios para a produção de notícias.

[...] os espaços da mídia social podem ser utilizados como uma maneira pronta, sempre ligada, de utilizar fontes múltiplas de informações: de avaliar as reações instantâneas às matérias emergentes, de achar fontes de materiais adicionais ao utilizar as práticas colaborativas da *curation* das notícias ocorrendo lá, e até de identificar vozes relevantes de comentários inteligentes referentes a temas específicos (BRUNS, 2011, p. 135).

Com a explosão de informações na contemporaneidade, o autor também propõe um novo papel para o jornalismo: oferecer dados complementares sobre as informações já veiculadas nas redes sociais, ou seja, oferecendo informações sobre informações. Dessa forma, o jornalismo passaria a concentrar-se ainda mais na investigação aprofundada dos fatos. Cabe ao profissional da notícia, de acordo com o pesquisador australiano, adotar uma postura de orientador, apontando os assuntos que devem ser debatidos com maior profundidade pela sociedade e conduzindo tais debates. O jornalista abandonaria o papel de ‘cão de guarda’ da notícia para transformar-se no ‘cão guia’, termo utilizado pelos pesquisadores Jo Bardoel e Mark Deuze (apud Bruns, 2011, p. 123). Para alicerçar tal posicionamento, o pesquisador expõe dois argumentos sobre a impossibilidade de competição com as informações distribuídas nas redes sociais. A mídia *online* permite à audiência passar por cima das organizações jornalísticas e entrar em contato direto com autoridades, instituições e celebridades. Nesse caso, lembramos que nos Estados Unidos e no Brasil, por exemplo, políticos utilizam as redes sociais para dialogar com seus eleitores. O segundo argumento do autor diz respeito à rapidez e à abrangência disponibilizadas no meio digital. Bruns (*idem*) ressalta o maior imediatismo das redes sociais em relação às empresas jornalísticas, lembrando que o fluxo regular de informações e atualizações em tempo real nas mídias digitais atinge uma velocidade que mesmo as emissoras de televisão voltadas à divulgação de notícias durante 24 horas são forçadas a fazer referências às informações colhidas em plataformas como Twitter ou Facebook. Além disso, a produção de conteúdo nesses canais possui amplitude geográfica na medida em que as contribuições vêm de usuários do mundo inteiro.

Também chamamos a atenção para outro desafio do jornalismo frente à distribuição de conteúdo nas redes sociais. A velocidade da circulação e do compartilhamento de conteúdo na internet abriu espaço para o fenômeno da disseminação de informações falsas, chamadas de *fake news*. Reconhecemos que informações falsas e boatos sempre existiram, contudo, as redes sociais serviram para potencializar sua reprodução. “A rápida difusão, o volume de

conteúdo, a automatização de processos e a falta de transparência são alguns dos elementos que caracterizam a desinformação associada à digitalização” (MARTINS, 2020, p. 212). Não é intenção do presente trabalho se debruçar sobre as especificidades do tema, porém realizamos aqui uma reflexão para entender de que maneira a proliferação dessa desinformação afeta o telejornalismo.

A expressão de língua inglesa *fake news* vem sendo empregada em diferentes situações, como por exemplo informações manipuladas, informações com algum erro ou mal apuradas. Derakhshan e Wardle (2017) atentam para o perigo da expressão ‘notícia falsa’ ser usada para despertar dúvidas sobre a credibilidade da imprensa. Por isso, os autores defendem distinção conceitual entre desinformação (criada para prejudicar uma pessoa, organização ou país), informação incorreta (sem intenção de causar dano) e má informação (baseada na realidade e usada para infligir dano). Optamos aqui pelas definições que tratam *fake news* como informações comprovadamente falsas com o objetivo de favorecer seus produtores ou causar dano a outro, o que demonstra serem ferramentas de manipulação. Abarcam, então, desinformação e má informação. Os professores de Ciências Políticas e Comunicação Guess, Nyhan e Reifler (2018) defendem que *fake news* consistem em um tipo de desinformação com finalidade lucrativa, não necessariamente lucro financeiro.

Um aspecto relevante desse fenômeno na atualidade é a intrínseca relação com as plataformas digitais. Segundo Delmazo e Valente (2018), o relatório Digital News Report, do Reuters Institute analisou a opinião de usuários de redes sociais de 36 países, constatando que os entrevistados sentem que a combinação da ausência de regras nessas mídias com a atuação dos algoritmos serve como encorajamento à propagação de conteúdos de baixa qualidade e *fake news*. Nesse sentido, o ex-diretor de redação do jornal Folha de São Paulo, Frias Filho (2018) critica a aceitação pública de que as próprias plataformas como Google e Facebook sejam responsáveis por controlar a disseminação de informações falsas, selecionando e censurando publicações, sem que haja qualquer outro controle externo.

Apesar de ser produzida com intuítos específicos, essa desinformação acaba sendo compartilhada por uma variedade de razões. Na maioria das vezes, os usuários das redes sociais transmitem esse conteúdo sem se darem conta de que é incorreto, inexato ou falso. Outras vezes, o espalhamento é motivado por sentimentos de medo ou ódio. Nesse contexto, destacamos o estudo que analisou os recursos psicológicos das notícias mais compartilhadas na internet a partir das publicações do jornal norte-americano New York Times, realizado pelos pesquisadores Berger e Milkman (apud KALSNES e LARSSON, 2017). O resultado da pesquisa revelou que as histórias com maior capacidade de gerar emoções fortes no público alcançaram mais compartilhamentos do que aquelas menos emocionais. *Fake news* que

despertam emoções como medo e ódio atingem os imaginários coletivos e são rapidamente propagadas.

Cabe ressaltar uma marcante característica das informações falsas: a estética e a narrativa utilizadas reproduzem o estilo jornalístico. Desse modo, buscam transmitir veracidade. Os vídeos com *fake news* na maioria das vezes mostram depoimentos de falsas autoridades ou especialistas, que imitam as fontes tradicionalmente ouvidas pelos telejornais. Os pesquisadores brasileiros Roxo e Melo (2018) argumentam que o fenômeno surge a partir da influência cultural do campo jornalístico sobre outras produções culturais. O texto das informações falsas imita o jornalístico, se apropriando do código social que legitima o trabalho da imprensa. Sendo assim, as pessoas acreditam nas informações repassadas por integrantes de suas redes de relacionamento, pessoas com as quais se identificam. As organizações jornalísticas esboçam uma reação, reafirmando o conceito de verdade e a credibilidade da atividade profissional.

Portanto, entendemos que, a partir das mudanças geradas pela consolidação da internet como espaço de produção e troca de informações, o telejornalismo precisa atentar para as reações e os comentários do público, que se encontra presente simultaneamente em diferentes mídias e ressignifica os acontecimentos do cotidiano. A partir dos novos desafios na contemporaneidade, os telejornais reafirmam seus critérios rigorosos de apuração de informações para veiculação de notícias como contraponto às *fake news*, buscando assim resgatar a credibilidade da própria atividade jornalística junto à sociedade. Estratégia que entendemos ser bem sucedida, conforme indica o crescimento dos índices de audiência dos noticiários televisivos durante a pandemia de covid 19, como detalhamos anteriormente nesse estudo. Dessa forma, o telejornalismo investe na reafirmação do seu lugar na sociedade brasileira atual. Outra peculiaridade aponta para a importância da linguagem dos telejornais, pois “a maior parte dos relatos jornalísticos disponibilizada na televisão e na internet ainda mantém a estrutura narrativa dos noticiários” (BECKER, 2014, p. 02).

1.5 Representação simbólica e imaginário social

Assim como o expressivo uso das redes sociais, as formas de representação na televisão desafiam a função de mediação, pois não envolvem apenas a visão de mundo de jornalistas ou organizações informativas, mas também as formulações da própria sociedade em que o telejornal se encontra inserido. Isto porque os símbolos e significados precisam ser reconhecidos pela sociedade. Tratamos aqui do conceito de representação, demasiadamente complexo e discutido por inúmeros autores. A palavra de origem latina significa “tornar

presente”, sugerindo simultaneamente a ausência do objeto retratado. Compreendemos, então, como ausência do real. A representação não é a realidade. Para Hall (2016), ela é parte essencial do processo em que os significados são produzidos e compartilhados entre pessoas de uma mesma cultura, é a prática de atribuir sentido às coisas, conectando conceito, signo e objeto.

Em parte, damos sentido às coisas pelo modo como as utilizamos ou as integramos em nossas práticas cotidianas. [...] Em outra parte ainda, nós damos sentido às coisas pela maneira como as representamos – as palavras que usamos para nos referir a elas, as histórias que narramos a seu respeito, as imagens que dela criamos, as emoções que associamos a elas, as maneiras como as classificamos e conceituamos, enfim, os valores que nela embutimos (HALL, 2016, p.21 – grifo do autor).

A partir da definição do sociólogo e teórico da cultura, compreendemos que a televisão é um sistema de representação simbólica da realidade que usa palavras, sons e imagens para transmitir sentidos a respeito de acontecimentos ou pessoas. O telejornal narra histórias sobre fatos ou pessoas, associando-os simultaneamente a palavras e imagens, buscando despertar emoções a respeito do que está narrando para criar vínculo com a audiência. Quando o telespectador se identifica com tais sentidos, concebe uma imagem de si e do outro, estabelecendo a alteridade. Da mesma maneira, a sensação de pertencimento a uma comunidade ocorre a partir da partilha de significados ou representações.

Acrescentamos que os meios de comunicação, não exclusivamente a TV, ajudaram a criar no século XX a imagem do que é ser brasileiro, o que não necessariamente corresponde à realidade. Sob tal perspectiva, o telejornalismo destaca-se na ocupação de mais um espaço na sociedade: participação na construção identitária e nos processos de produção de memória (HALL, 2003, 2016). No Brasil, o telejornalismo contribuiu, principalmente nos anos 1980, para a consolidação desse sentimento de pertencimento e identidade nacional (COUTINHO, 2010). Nas décadas anteriores, essa tarefa foi realizada pelas telenovelas e, mais distante, pelo rádio.

O ponto de vista de Stuart Hall (2006) esclarece o modo como os meios de comunicação atuam nesse processo, pois o autor vislumbra as identidades nacionais como formações imaginárias que se desenvolvem a partir da enaltação do passado e de uma perspectiva de unidade no futuro. Segundo ele, a mídia, a literatura e a cultura contribuem para a sustentação desse imaginário. Logo, os noticiários televisivos participaram da formação e manutenção tanto das identidades nacionais quanto regionais.

Embora a globalização tenha desfeito fronteiras, interferindo na identificação das pessoas com os espaços geográficos, Morin (apud COUTINHO, 2010) acredita que na contemporaneidade o telejornal se transformou no próprio elo da sociedade com a sensação de pertencimento, de identidade nacional, e com a concepção de uma determinada cultura. No

mundo globalizado, em que os vínculos deixam de ocorrer pela proximidade territorial, as pessoas passam a mantê-los através dos telejornais, enxergando-se inseridas naquela sociedade exibida pela televisão (COUTINHO, *idem*). Então, inferimos que o telejornalismo atua tanto sobre a imagem que o indivíduo forja de si mesmo quanto sobre a imagem da sociedade. Nesse sentido, Martin-Barbero e Rey (2001) elaboram uma crítica à televisão por transformar as sensibilidades, equalizando as diferenças culturais. “Essas novas sensibilidades se conectam com os movimentos da globalização tecnológica, que estão diminuindo a importância do territorial e dos referenciais tradicionais da identidade” (MARTIN-BARBERO; REY, 2001, p.43).

Essa capacidade da televisão de trabalhar com representações simbólicas também já foi usada por governos para controle político e ideológico, como lembra Vizeu (2005) ao citar que durante os 21 anos da ditadura militar no Brasil, entre 1964 e 1985, os meios de comunicação serviram de suporte estatal, principalmente devido ao financiamento recebido dos bancos que tinham vínculos com o governo. Também não podemos esquecer que o telejornalismo já contribuiu para eleger e derrubar presidentes da República. O caso mais recente foi o impeachment de Dilma Rousseff em 2016. Segundo Martins (2020), a mídia hegemônica teve papel decisivo no afastamento da presidenta, embora tenham existido múltiplos fatores.

Além disso, Hall (2016) problematiza a forma estereotipada e reducionista com que a mídia representou as minorias sociais ao longo da História, reproduzindo uma estratégia que ele classifica como ‘regime de representação’. O sociólogo define tal regime como o repertório de imagens e efeitos visuais por meio dos quais o ‘outro’ é representado em determinado momento histórico. Em sua obra, deteve-se principalmente na observação das representações raciais. O negro foi continuamente simbolizado como primitivo, selvagem, preguiçoso e malandro. Ao examinarmos as representações na TV, percebemos que nas telenovelas brasileiras, por exemplo, personagens pretos reforçaram estereótipos como o sambista, o morador da favela, o criminoso, o porteiro, o motorista ou a empregada doméstica. Estereótipos que alimentaram o preconceito racial. De modo semelhante, as representações da mulher na televisão remetiam à hiper sexualização e à submissão. Paradigmas criados nas telenovelas reproduziram o conservadorismo e reduziram a mulher às figuras de “mocinhas” (boas mães, esposas, com bons sentimentos e dispostas a corrigir os próprios erros) ou “vilãs” (mulheres de má índole, ardilosas, loucas e vingativas).

Portanto, ao demonstrar excepcional capacidade de construir representações simbólicas, a TV fomenta o imaginário. De modo genérico, o imaginário pode ser explicado como conjunto de imagens mentais que as pessoas concebem sobre o mundo, sobre os outros

e sobre si mesmas. “Em todas as culturas e tempos históricos o ser humano gera imagens de si. Eles precisam de tais imagens para se investigarem e para se compreenderem” (WULF, 2015). No entanto, acrescentamos que vai muito além das imagens, pois abrange sensações, impressões, emoções partilhadas coletivamente. Ultrapassa a esfera do individual e alcança o âmbito social (SILVA, 2010). Para entender melhor esse conceito recorreremos às explicações do antropólogo Christoph Wulf (2013, 2015, 2016). Segundo o pesquisador, tal conjunto de imagens mentais começa a se formar no aprendizado de normas, atitudes e valores por meio de processos miméticos nas interações sociais, ou seja, as pessoas tendem a reproduzir o que vivenciam. Essa experiência social estimula as emoções, que por sua vez, contribuem para as pessoas formarem memórias coletivas, criando laços em torno das mesmas ideias e valores. Desse modo, o imaginário constitui algo muito mais amplo do que somente imagens, pois relaciona-se com o sensível.

Nesse pensamento, consideramos importante compreender que a linguagem é a primeira forma de organização social das emoções (Williams, 1979). Contudo, aprendê-las não se restringe a nomeá-las; mas também saber como e com qual intensidade expressá-las assim como ser capaz de identificá-las no outro. Essa perspectiva da linguagem reforça o entendimento de que os discursos que circulam em diferentes sociedades afetam as pessoas, induzindo certas emoções, reprimindo outras. A psicóloga e neurocientista canadense Lisa Barrett (2017) traz importante contribuição a esta linha de raciocínio, pois concluiu em suas pesquisas que as emoções são um aprendizado, são assimiladas nas interações sociais. Porém, ressalta que é preciso distinguir tais sensações mais complexas incorporadas ao repertório das pessoas através da linguagem em suas experiências sociais daquelas reações para a preservação da vida, chamadas de instinto. O indivíduo já nasce com instintos e adquire as emoções na convivência em comunidade. As emoções podem variar de acordo com o contexto político, histórico e cultural. São essas sensações mais complexas que fomentam o imaginário social.

A cultura interfere na composição do imaginário social, indicando às pessoas como simbolizar e interpretar as abstrações e as sensações (BENETTI, 2009, p. 287). Mencionando as contribuições do professor e pesquisador francês Gilbert Durant para discutir tal concepção, Benetti (idem) explica que o imaginário se constitui de elementos biológicos, psíquicos e inconscientes assim como de elementos moldados pela cultura em representações simbólicas, rituais e narrativas. Estes últimos são criados e transmitidos por instituições sociais como a família, a escola, a religião e, como vimos, a mídia.

Diante desse amplo contexto, encontramos no pensamento da jornalista e pesquisadora Gislene Silva (2010) uma explicação para a retórica da imprensa que vai além da questão dos

interesses hegemônicos de difusão dos valores da classe dominante na perpetuação das discriminações relacionadas às minorias sociais que sofrem opressão ao longo da história. A autora argumenta que ao integrar a cultura de determinada sociedade, o jornalismo corresponde a um espaço de expressão do imaginário coletivo dessa mesma sociedade, assumindo o papel de reproduzidor.

Importante considerar o relato jornalístico (de qualquer matéria jornalística: *hardnews*, *softnews* opinativa, sensacionalista etc.) como lugar de expressão (clara ou obscura, latente ou facilmente visível) do imaginário social compartilhado por todos os sujeitos envolvidos no universo das notícias, sejam repórteres, leitores/receptores, fontes, publicitários, proprietários de veículos noticiosos, editores, anunciantes. Insisto que ambos, produtores e receptores de notícias, compartilham imaginários, e por isso é que podemos estudar esse mundo imaginal tanto no texto, na observação e coleta junto aos jornalistas, como também na recepção, junto a leitores, ouvintes, telespectadores e navegadores virtuais (SILVA, 2010, p. 249).

Dessa forma, a narrativa jornalística sobre os acontecimentos sociais estrutura-se não somente pelos critérios profissionais e pelas estratégias características de cada noticiário, mas também pelas ideias e valores que o jornalista deixa aflorar uma vez que ele também está inserido na sociedade. Vale salientar que o jornalismo opera com o imaginário social, mesmo que não seja seu objetivo. “Ao narrar fatos, ao ouvir especialistas que oferecem explicações, ao exibir imagens de todo o tipo, o jornalismo ordena parte do caos da vida e trata do imaginário – ainda que não o pretendesse [...]” (BENETTI, 2009, p. 287). Então, a reprodução dos valores e imagens através da atividade informativa ocorre a partir da inserção desta em certa cultura. As notícias costumam apresentar, por exemplo, personagens identificados como heróis, mártires, ídolos etc. De acordo com Silva (2010), nesse processo de reprodução através da narrativa da mídia o imaginário social torna-se naturalizado.

Acolhemos, portanto, tal vertente de pensamento nessa pesquisa. Embora receba pressões econômicas (BOURDIEU, 1997) e políticas (VIZEU, 2005), o telejornalismo consiste em uma forma cultural e, como tal, se insere na perspectiva de reciprocidade defendida por Stuart Hall (2003) e explicitada na segunda parte deste capítulo. O telejornalismo sofre influência da sociedade em que está incorporado ao criar representações simbólicas que reproduzem os valores e reforçam o imaginário já existentes nessa mesma sociedade. Logo, os fatores que interferem na atividade são de natureza extremamente complexa.

2 *TRAVELING* PELA NARRATIVA DO TELEJORNAL

Quando constrói as notícias, o telejornal dispõe dos recursos audiovisuais, montando uma narrativa. Cabe explicar que fazemos aqui um contraponto à definição de narrativa literária relacionada apenas às enunciações verbais arranjadas em sequência (MOTTA, 2013). Com alicerce no pensamento do jornalista e sociólogo Muniz Sodré (2009), compreendemos que, apesar do ato de narrar remeter à ideia de contar histórias, o jornalismo afasta-se da literatura quando busca dados dos acontecimentos, informações do mundo real para compor as notícias a partir da verossimilhança, com efeito de realidade. Sendo assim, procuramos neste capítulo discutir de que forma a narrativa do telejornal se constitui e como a linguagem audiovisual produz sentidos.

2.1 O texto audiovisual

No caso do telejornal, entendemos que a narrativa se equivale a um grande texto audiovisual, formado não somente por palavras, mas também por imagens e sons concebidos como componentes da mensagem. Na mesma linha de pensamento, a pesquisadora Yvana Fachine (2008) explica o telejornal como um enunciado englobante, ou seja, o noticiário deve ser visto como um todo que abrange as diversas notícias. Logo, deve ser ‘lido’ com suas enunciações verbais, não verbais e as combinações entre elas. Becker (2012) ressalta ainda que uma leitura crítica da complexidade do texto audiovisual abrange o contexto em que ele é produzido. Todo discurso remete ao momento histórico e social em que emissor e receptor estão inseridos (BAKHTIN, 1997). Portanto, a tipologia textual predominante nos noticiários televisivos é a narrativa.

Embora seja herdeira do rádio, conforme lembra o pesquisador Arlindo Machado (2000), a televisão não se limita à oralidade, assim como também não sobrepõe a linguagem verbal a não verbal ou vice-versa. No telejornal, a imagem é a prova de que o acontecimento ocorreu, enquanto a palavra qualifica os personagens e o fato. A articulação dos elementos audiovisuais na narrativa obedece a uma certa organização. Ao serem combinados na mesma temporalidade, palavras, imagens e sons se complementam para formar sentido e transmitir um efeito de realidade, na tentativa de seduzir o telespectador. O grande texto do telejornal se forma, assim, a partir de seleções e combinações de tais elementos audiovisuais.

Cabe esclarecer, no entanto, que conforme argumenta Becker (2012), as imagens que compõem a narrativa do noticiário televisivo são mais do que aquelas captadas por

cinematografistas durante gravações externas. As imagens são “constituídas como os comportamentos, as atitudes, e os gestos de certa fluidez, formas, cores e enquadramentos, o que as torna difíceis de descrever e interpretar” (BECKER, 2012, p. 239). Dessa maneira, entendemos que até mesmo quando o âncora do telejornal apresenta uma notícia ou faz a leitura de uma ‘nota seca’ (texto verbal sem imagens), ocorre impressão de sentidos através de suas expressões faciais. Bourdieu (1997, p. 44) chama a atenção para o “implícito não verbal da comunicação verbal: dizemos tanto pelos olhares, pelos silêncios, pelos gestos, pelas mímicas, pelos movimentos dos olhos etc. quanto pela própria palavra”.

Com a participação maior de telespectadores a partir do uso de dispositivos digitais, Gomes (2011) aponta ainda para a utilização de imagens feitas por cinematografistas amadores, muitas vezes até mesmo com telefones celulares, sem critérios profissionais de controle e captação. Contudo, tais imagens atendem ao objetivo de ampliar a autenticidade da narrativa do noticiário televisivo e de valorizar a colaboração da audiência. Tais imagens muitas vezes aparecem tremidas, desfocadas e mal enquadradas. Não raro assistimos a vídeos amadores tão escuros gravados durante tiroteios que mal conseguimos ver o ambiente. Mas, o som dos tiros causa impacto na audiência. Segundo a pesquisadora, esse tipo de vídeo exibido em uma cobertura telejornalística corrobora a percepção de real. Gomes (idem) enfatiza ainda que o conjunto total de imagens do telejornal reforça não somente a veracidade como também a objetividade e a imparcialidade, princípios que regulam a atividade jornalística e são expectativas da audiência. No entanto, ressaltamos que tais princípios encobrem a mediação exercida pelo telejornal e a construção de sentidos na narrativa.

Outra mudança na narrativa provocada pela convergência com a internet consiste no prolongamento de notícias no *site* em que os telejornais estão encubados. Nesses casos, o âncora anuncia o endereço eletrônico onde o telespectador pode encontrar o complemento de informações sobre determinado assunto. Enquanto isso, o endereço do *site* aparece em caracteres na parte de baixo da tela.

Torna-se essencial enfatizar que a narrativa do telejornal apresenta como característica a tentativa de conferir verdade ao conteúdo, ou seja, às notícias. A construção do grande texto audiovisual visa a provocar uma impressão de o que está sendo dito e mostrado na tela é verdade. Simultaneamente, procura assegurar a credibilidade do próprio noticiário, que passa a ter certa respeitabilidade. Essas são as intenções primordiais que norteiam as estratégias enunciativas no telejornalismo para que o público confie no que está sendo dito e exibido. A ‘crença’ da audiência naquilo que lhe é apresentado representa uma espécie de pacto ou ‘contrato’ no qual o telespectador prontifica-se a confiar no que diz o telejornal. A ideia de tal

acordo tácito é elaborada pelo linguista francês Patrick Charaudeau (2006) para quem os sujeitos envolvidos no ato de comunicação reconhecem o direito recíproco de falar e construir sentido. O telejornal, portanto, está autorizado pela sociedade a exercer a função de informar. As jornalistas e pesquisadoras Benetti e Jacks (2001) acrescentam que esse ‘contrato’ se torna exequível a partir da credibilidade que os veículos de jornalismo adquirem historicamente e de sua capacidade para mantê-la. Como isso pode mudar com o tempo, “a instância midiática acha-se, então, ‘condenada’ a procurar emocionar seu público, a mobilizar sua afetividade, a fim de desencadear o interesse e a paixão pela informação que lhe é transmitida” (CHARAUDEAU, 2006, p. 92). Nessa lógica, consideramos que a imagem em movimento na TV constitui-se em um grande aliado do telejornalismo, pois faz um apelo à atenção, ao sensorial, sendo uma forma de sedução. Para o linguista francês, o poder da mídia encontra-se em fazer saber, fazer pensar e fazer sentir.

Sob tal perspectiva, o grande texto telejornalístico busca eliminar as marcas de subjetividade e provocar o efeito de realidade. Becker (2005) esclarece que tal efeito é alcançado com personagens reais, depoimentos de testemunhas, acontecimentos da vida cotidiana e um sistema imagético que expresse veracidade. Sendo assim, o telespectador reconhece seu mundo na narrativa, pois representa a realidade vivida por ele no cotidiano. Pesquisadores como Paulo Vaz, Janine Cardoso e Carla Félix (2012), que desenvolvem estudos sobre a retórica da mídia, acrescentam que esse reconhecimento acontece também pela humanização dos personagens como elemento narrativo estratégico que envolve a audiência. O telespectador sente-se como o personagem mostrado pela TV, identifica-se com sua rotina, seu sofrimento, seu modo de viver. É o que Becker (2005, p. 91) chama de personalização da notícia em uma abordagem humanística dos fatos, esvaziando as tensões em torno das questões sociais e valorizando a ação individual. Essa estratégia gera comoção, identificação, proximidade e ajuda a manter a ordem social.

Outro aspecto que reforça a credibilidade do noticiário consiste no espaço/tempo das enunciações. As gravações externas conectam as audiências por meio dos dispositivos tecnológicos ao local dos acontecimentos, ao local da ação e, portanto, imprimem veracidade. Nas notícias em formato de reportagem, o jornalista aparece na tela no momento da passagem, normalmente gravada na cena dos acontecimentos. Assim, ele demonstra ser uma espécie de testemunha do fato. Com relação ao tempo, essa passagem do repórter apresenta traços do discurso do ao vivo, mesmo que seja uma gravação. Já com relação à apresentação do noticiário, os cenários internos dos estúdios colocam os âncoras em uma localização centralizada, alguns em um platô, sentados em uma bancada, em posição de quem tem

autoridade sobre a informação (DUARTE e CURVELLO, 2009). Acrescentamos, no entanto, que a partir do advento das redes sociais, as emissoras buscam maior informalidade e proximidade com o telespectador, por isso muitos âncoras já ficam de pé e caminham pelo cenário. Para isso, os estúdios passaram por remodelagem e oferecem mais espaço para a movimentação de âncoras e comentaristas. A bancada ainda não foi abandonada, mas nos telejornais locais (regionais) ficou menor. Quanto ao tempo, os noticiários são apresentados na hora da transmissão, em tempo real. Porém, a maioria das notícias em formato de reportagem é gravada com antecedência. Tal confluência de tempos muitas vezes confunde o telespectador. As entradas ao vivo de repórteres, que em alguns casos aparecem em enormes telões de plasma instalados no estúdio, garantem ainda mais sensação de atualidade do telejornal e têm sido cada vez mais empregadas. Uma estratégia que amplifica a impressão de que a narrativa se refere sempre ao tempo presente. Segundo Jost (2010), a televisão foi construída a partir da convicção da transmissão direta, o que confere a impressão de autenticidade e atualidade.

Além disso, os formatos que as notícias ganham no telejornal indicam a relevância dada a cada acontecimento na narrativa. As notas ‘secas’ (notícias relatadas ao vivo pelo âncora sem imagens) e as notas ‘cobertas’ (relatos com voz do âncora em off e associação de imagens) são usadas para fatos de menor importância ou que não dispõem de imagem. Já as reportagens são configurações destinadas a temas mais complexos em que o fato precisa ser contado por diversas vozes, pelo repórter, pelas testemunhas, por variadas fontes (entrevistados). Uma notícia em formato de reportagem tem uma composição característica. Na maioria dos casos, na estrutura clássica da reportagem predomina ‘cabeça’ do locutor (texto lido pelo âncora para chamar a matéria), texto gravado em *off* pelo repórter, passagem do repórter, sonoras (trechos de entrevistas) e nota pé. Na atualidade, os telejornais apresentam também testemunhos em vídeos gravados por celular e exibidos separadamente das reportagens, como ocorre no Jornal Nacional com os profissionais de saúde durante a pandemia da covid 19 ou com telespectadores dos produtos jornalísticos matutinos mandando recado aos âncoras, confirmando estarem ‘ligados’ no noticiário.

Outro ponto que revela a importância dos fatos é a distribuição das notícias dentro do telejornal. O ordenamento na maioria das vezes é orientado pela temática e hierarquizado de acordo com parâmetros de interesse público, gravidade e imprevisibilidade do acontecimento. Porém, suposições dos jornalistas sobre os interesses da audiência também interferem na ‘paginação’ (ordem) do noticiário. Para compreender melhor essa organização podemos

observar a distribuição das notícias no ‘espelho’ do telejornal, que corresponde a um roteiro de cada edição, planejado pelo editor-chefe (Figura 02).

Figura 02 – Espelho do Jornal Nacional

PG	TIPO	Ger	RETRANÇA	Rep	LOC	Cab	VT	Mat	FITA	MODI	APV	TEMPO	OK
			JN SEGUNDA 18/05/2009			0:00	0:00	0:00		jr		00:00:00	OK
00	20:15		***** ESCALADA *****		FAT	0:45	0:15	1:00		baiano		0:00	OK
02	VT	BHE	JALECO	RS	F/B	0:27	1:31	1:58	7802	angela		00:01:00	OK
02A	NOTA PÉ		CHAMA SITE		FAT	0:10	0:00	0:10		jr	bonn	00:02:58	OK
02B	NOTA	RJO	FIOCRUZ MAPEIA		BON	0:30		0:30		mattos		3:08	OK
03	DISPLAY		NYC/GRIPE SUÍNA		FAT	0:21		0:21		eric		3:38	OK
04	VT	SPO	DOR CRESCIMENTO	AG	BON	0:00	2:32	2:32	7809	avilaf		3:59	OK
06	VT	FLA	EXPLORAÇÃO INFANTIL	AT	FAT	0:14	0:45	0:59	7855	bonne		6:31	OK
06A	VIVO	FLA	CONVERSA ALESSANDR	AT	BON	0:13	3:00	3:13		angela		7:30	OK
08	VT	CTA	DEPUTADO BÉBADO		FAT	0:28	0:00	0:28	7857	bonne	bonn	10:43	OK
20			****PASSAGEM UM ****		BON	0:08	0:08	0:16	7810	jr		11:11	OK
20A	1:46		**** INTERVALO UM *****			0:00	0:00	0:00		jr		11:27	OK
21	VT	BSA	JUSTIÇA 1	CS	BON	0:23	4:27	4:50	7808	viniciu		11:27	OK
21A	NOTA PÉ		AMANHÃ		BON	0:20	0:08	0:28		jr		16:17	OK
23	VT	RJO	SONORA MANTEGA		FAT	0:18	0:30	0:48	7861	jr		16:45	OK
24	DISPLAY	BSA	ARRECADAÇÃO		BON	0:25		0:25		viniciu		17:33	OK
25	DISPLAY	BSA	CAGED POSITIVO		FAT	0:25	0:00	0:25		jr		17:58	OK
26	DISPLAY	AGE	MERCADOS		BON	0:29	0:00	0:29		jr		18:23	OK
					FAT	0:35	0:00	0:35	7804	jr		18:52	OK

Fonte: BONNER, 2009, p. 86

A escalada, logo na abertura do telejornal, já evidencia os principais acontecimentos do dia no ponto de vista dos jornalistas. Apresentados de forma rápida, os assuntos são resumidos em textos verbais curtos como manchetes, cortes rápidos de imagens (quando usadas) e entonação vibrante. A escalada possui ainda a trilha sonora (música-tema) de cada noticiário. Na sequência, as notícias são distribuídas em blocos, sendo o primeiro de maior impacto, apresentando os factuais, ou seja, as reportagens mais relevantes, os demais blocos buscam prender as audiências e o último traz temas leves, muitas vezes, matérias ‘frias’ que não se referem a assuntos do dia, mas amenizam o impacto causado pelas notícias de maior gravidade dos blocos anteriores. Embora este seja um ordenamento padrão, o editor-chefe costuma movimentar a paginação do ‘espelho’ de acordo com os índices de audiência. Atualmente, o acompanhamento dos números ocorre em tempo real durante a exibição do telejornal.

2.2 Organização da linguagem audiovisual

O modo como o telejornal estrutura a narrativa para apresentar as notícias possui características próprias, que o distinguem de outros produtos da televisão. Esse modo de organização da linguagem audiovisual é classificado por Machado (2000) como gênero televisual, embasado no conceito de gênero do discurso elaborado pelo filósofo russo Mikhail

Bakhtin. Trata-se de um conjunto de elementos de determinada linguagem que organizam e normatizam os enunciados em cada esfera da comunicação. Segundo Bakhtin (1997), a riqueza e a diversidade de gêneros são ilimitadas porque existe uma infinidade de situações comunicativas na atividade humana. Com base na teoria do filósofo russo, Machado (2000) explica gênero como

[...] uma força aglutinadora e estabilizadora dentro de uma determinada linguagem, um certo modo de organizar ideias, meios e recursos expressivos, suficientemente estratificado numa cultura, de modo a garantir a comunicabilidade dos produtos e a continuidade dessa forma junto às comunidades futuras. Num certo sentido, é o gênero que orienta todo o uso da linguagem no âmbito de um determinado meio, pois é nele que se manifestam as tendências expressivas mais estáveis e mais organizadas da evolução de um meio, acumuladas ao longo de várias gerações de enunciadorees (MACHADO, 2000, p.68).

Portanto, entendemos gênero como categoria discursiva e cultural. Uma de suas características consiste na perspectiva dialética, pois abrange “certos hábitos produtivos e receptivos” (FECHINE, 2001, p. 34). Os códigos audiovisuais utilizados nos enunciados de cada gênero são relativamente estáveis e decodificados na interlocução entre produtores e telespectadores (MACHADO, 2000). Por isso, a audiência é capaz de identificar cada ‘tipo’ de programa. Sem a decodificação por parte do telespectador, a comunicação sequer ocorreria. Salientamos, porém, que toda atividade discursiva pressupõe a existência de dialogismo, pois a comunicação só se realiza entre emissor e receptor, ambos com o poder de conferir significado aos enunciados (BAKHTIN, 1997). O dialogismo encontra-se, assim, inserido na própria concepção de linguagem. Logo, a televisão se institui em diferentes modos de enunciação que apresentam um vínculo de familiaridade com a audiência. Gênero configura, assim, uma forma de comunicação.

Ainda segundo a teoria de Bakhtin (1997), os gêneros não podem ser percebidos como categorias fixas e estagnadas, pois sofrem modificações, se renovam e se adaptam às transformações culturais e ao momento histórico em que estão inseridos. Sob tal perspectiva, a pesquisadora Itania Gomes (2011) complementa que a adoção de tal conceito na televisão permite reconhecer a existência de relações sociais e históricas entre os programas e as sociedades, entre os programas e os períodos históricos em que são produzidos.

Cabe distinguir também os gêneros primário e secundário a partir das circunstâncias em que ocorre a interlocução (BAKHTIN, 1997). Enquanto o primeiro abrange o discurso simples do cotidiano, o segundo se refere ao discurso mais elaborado, de uma comunicação cultural. Desta forma, entendemos que o jornalismo corresponde ao gênero secundário, em que a comunicação é institucionalizada e construída em um momento histórico, cultural e

social, pois os sujeitos do discurso “existem em um determinado tempo e lugar” (BENETTI, 2008, p. 16).

Entretanto, identificar o gênero de um determinado produto de TV nem sempre se mostra uma tarefa simples. Isto porque os próprios programas organizam-se em torno de mais de um gênero. É o caso, por exemplo, de humorísticos que incorporam o modo de enunciação dos telejornais. Outro problema consiste na relação equivocada entre conteúdo e gênero, quando este último corresponde à forma, à estética discursiva. Porém, as emissoras de TV utilizam o termo para categorizar os programas. Para escapar dessa armadilha, Fechine (2001) propõe a adoção de outro conceito mais amplo para analisar os programas de televisão: o formato. Segundo a autora, o formato funciona como uma matriz, um ‘gênero de base’ que abrange mais de um gênero televisual.

No caso específico da televisão, a noção de *formato* incorpora toda dinâmica de produção e recepção da televisão a partir daquilo que lhe parece mais característico como princípio de organização: uma fragmentação que remete tanto às formas quanto ao nosso modo de consumi-las (FECHINE, 2001, p. 19 – grifo do autor).

De acordo com tal proposta, o ‘formato fundado no jornalismo’ ampara-se na divulgação, repercussão e debate dos acontecimentos sociais, englobando tanto os telejornais como programas de grandes reportagens ou temáticos (viagens, ecologia, ciências). O tipo textual dos programas neste formato é a narrativa. A proposição visa a clarificar a complexa classificação dos produtos televisivos e representa um avanço na direção de estabelecer distinção entre a organização estética-cultural dos programas e a categorização institucional da grade de programação das emissoras. Contudo, consideramos que a formulação dos formatos ainda carece de uma discussão mais aprofundada para não gerar também distorções. Por exemplo, a flexibilidade adotada atualmente permite que os telejornais abram espaço para transmissões ao vivo inesperadas e que estendem seu tempo de produção, alterando até mesmo a grade de programação da emissora. Isso acaba por confundir esse formato fundado no jornalismo com outro proposto pela pesquisadora, o ‘formato fundado na transmissão direta’, cuja premissa é a simultaneidade entre a realização do acontecimento e sua transmissão pela TV. Porém, não temos a pretensão de esgotar o tema no momento nem no espaço dessa dissertação. Esclarecemos ainda que a adoção da ideia dos formatos não significa uma reformulação do conceito de gênero televisual. O ‘formato fundado no jornalismo’ abarca, portanto, o gênero telejornal.

Sendo assim, no âmbito dos programas da TV, Machado (2000) considera que o telejornal representa o gênero mais rigidamente codificado, apresentando semelhanças

estruturais em emissoras de diferentes países. O autor ressalta que, a despeito de prováveis distinções provocadas por questões culturais, linguísticas, políticas e econômicas entre as regiões ou entre as emissoras, o telejornal expõe similaridade na estrutura narrativa, no repertório de imagens e na forma de endereçamento ao interlocutor em qualquer país do mundo (MACHADO, 2000, p. 104). Diferentes noticiários refletem maneira semelhante de organizar os elementos audiovisuais. Portanto, as audiências identificam o que é um telejornal a partir de sua estrutura e de sua forma de construção dos enunciados, semelhantes em todas as emissoras. Tal estrutura se resume em escalada e vinheta; divisão em blocos separados por intervalos comerciais; diferentes formatos de notícias que são apresentadas dentro dos blocos, como reportagens, notas cobertas (voz em *off* com imagens), notas secas (sem imagem) e vivos; mediação de apresentadores, repórteres e comentaristas; diversas temáticas também chamadas de editorias (política, economia, polícia, educação, saúde, cultura, esportes, clima etc.); espaços e temporalidades variados, como transmissão do estúdio, entradas ao vivo e gravações externas. Contudo, a característica principal do telejornal é a função de informar. Becker (2005) salienta também que nem todos os noticiários são iguais, apesar das semelhanças estruturais.

Reconhecer regularidades enunciativas nos telejornais não significa dizer que todos os noticiários são iguais. Há diferenças no espaço que cada um dos noticiários ocupa na grade da programação da emissora, no tipo de público que pretende atingir e principalmente no modo de transformar o acontecimento em notícia e, conseqüentemente, representar a realidade (BECKER, 2005, p. 53).

Além disso, o semiólogo francês François Jost (2009) defende que as estruturas enunciativas podem ser interpretadas em função de três mundos: o real, o fictício e o lúdico. Sob essa perspectiva, o telejornal refere-se ao mundo real, aos acontecimentos da vida cotidiana. Desta forma, o semiólogo afirma que [...] se assisto às informações, é porque eu acredito, ou porque eu tenho esperança de que se fala do mundo real, ou se você preferir, para evitar este termo, do mundo no qual eu vivo, que não é aquele do sonho” (JOST, 2009, p. 17). A partir dos critérios defendidos por Jost para classificar os tipos de enunciados na televisão, Fachine (2013) acrescenta que o telejornal possui um modo específico de enunciação ‘autenticante’, aquele cujo objeto representado pode ser verificado no mundo real, ou seja, o telejornal apresenta um discurso de verossimilhança. Assim, a narrativa do telejornal constrói-se tendo como referência o mundo real, embora como já vimos, não reflita a realidade como se fosse um espelho.

Outro aspecto relevante do modo de organização da linguagem audiovisual do telejornal consiste na polifonia de vozes, em que o apresentador chama o repórter, que por sua

vez aciona o entrevistado e assim uma voz vai seguindo a outra. O telejornal é “*o lugar onde se dão atos de enunciação a respeito dos eventos*. Sujeitos falantes diversos se sucedem, se revezam, se contrapõem [...]” (MACHADO, 2000, p. 104 – grifos do autor). Entretanto, ressaltamos que tal polifonia de vozes não garante a diversidade dos atores sociais no noticiário televisivo. Como adverte Machado (idem), essa composição polifônica pode indiciar uma falsa pluralidade e acabar por esconder que toda produção de enunciados é carregada de intenções, pois vem de alguém, de uma empresa ou de um grupo. Segundo Benetti (2008), a enunciação no jornalismo é construída a partir da percepção da realidade, da interpretação dos acontecimentos, das intenções ao enunciar e de estratégias que indicam significados. Podemos observar, desse modo, algumas diferenças entre relatos sobre o mesmo fato em telejornais distintos, pois cada um tem sua interpretação, suas intenções e condições específicas para o tratamento das informações. Sendo assim, compreendemos que o telejornal possui uma organização textual específica, um modo próprio de construir os enunciados, de narrar as notícias.

2.3 Construindo a notícia

Para realizar uma análise de como as estratégias enunciativas dos noticiários produzem sentidos e recriam a realidade, consideramos necessário conhecer como ocorre a construção da notícia. A narrativa do telejornal começa a ser alinhavada desde a seleção dos fatos, passando pelas reuniões de pauta, pelas discussões dos temas da atualidade e percorrendo todo o processo de preparação das diversas notícias que vão compor o telejornal. Nesse intrincado percurso, os sentidos já vão sendo produzidos a partir de determinações da direção da emissora ou do jornalismo e de uma série de escolhas subjetivas dos próprios jornalistas e repórteres cinematográficos.

Permitam-me abrir aqui um parêntese. Durante duas décadas de atuação em emissoras de televisão em diferentes funções, constatei que diretores e chefes transmitem as orientações diretamente aos profissionais que trabalham internamente na redação. Mas, na maioria das vezes, repórteres e cinegrafistas recebem tais orientações de forma indireta, através dos editores de conteúdo (também chamados de editores de texto). Por isso, os jornalistas que vão para externa vivenciam de maneira diferente as pressões originadas de interesses políticos e econômicos do veículo de comunicação. Isto interfere nas decisões individuais ou de equipe tomadas durante o processo de construção das notícias, embora todos os profissionais sejam conhecedores da linha editorial, das diretrizes e normas da emissora em que atuam.

A notícia percorre diferentes etapas até chegar à tela da TV. As informações sobre os acontecimentos do dia, chamados de factuais, ou sobre eventos previamente programados chegam à redação por telefone, e-mail, aplicativos de mensagens de celular ou pelas redes sociais. Também é comum os veículos de imprensa monitorarem uns aos outros. Logo que as informações chegam, os jornalistas começam a apuração para confirmarem os fatos e colherem maiores detalhes. Nesse momento, ocorre a primeira decisão dos profissionais: escolher os fatos que vão virar notícia no telejornal. Portanto, essa é uma etapa que já implica em produção de sentidos, pois pressupõe um julgamento. A possibilidade de captação de boas imagens e de gravação de entrevistas com personagens ou testemunhas interfere nessa decisão, pois se trata de jornalismo audiovisual. Desse modo, a primeira avaliação realizada pelos jornalistas de televisão está condicionada também às exigências das práticas produtivas. A internet, contudo, tem contribuído para a coleta de imagens disponibilizadas em *sites* e redes sociais ou enviadas por aplicativos de celular. Da mesma forma, é possível gravar entrevistas e receber testemunhos em vídeo por celular ou computador. Em telejornais locais, o repórter também pode gravar vídeos pelo celular, estratégia que confere à notícia a sensação do flagrante, de estar em cima do fato, no tempo presente.

Após aprovação, o próximo passo é transformar o acontecimento em notícia. A equipe normalmente formada pelo repórter, pelo cinegrafista e pelo operador de áudio e vídeo realiza as gravações. Tais profissionais observam o local do acontecimento, colhem informações, realizam entrevistas e captam imagens em diferentes ângulos e enquadramentos de câmera. Todas essas tarefas implicam em tomada de decisões, pontos de vista e, conseqüentemente, em produção de sentidos. Além disso, o repórter escolhe o cenário onde vai gravar a ‘passagem’ ou encerramento da matéria (momento em que aparece no vídeo) de modo que o ambiente também tenha significação. De acordo com sua visão de mundo, o repórter também incorpora à notícia a percepção que tem do material coletado e dos relatos das fontes. Sendo assim, interpreta e recria a realidade. Entretanto, o texto verbal não manifesta abertamente os pontos de vista dos jornalistas nem qualquer opinião visando a transmitir objetividade e imparcialidade mesmo quando os repórteres narram os acontecimentos buscando despertar as emoções do público.

Enquanto trabalha na gravação externa, o repórter troca ideias com o editor de texto sobre o encaminhamento e a estrutura da matéria. Nas redações atuais, as tarefas de cada função estão mais entrelaçadas. Ainda assim, a etapa de edição é uma das mais relevantes para dotar de significados a notícia. O editor decupa o material ‘bruto’, ou seja, tudo o que foi gravado, revisa o texto gravado pelo repórter em *off* e monta o ‘esqueleto’ da reportagem, que

consiste na estrutura da reportagem. Em seguida, edita o material, selecionando as imagens e sons que vão se associar às frases do *off*. É nesse momento de montagem das matérias em que os elementos audiovisuais são combinados para transmitir a mensagem. O editor também escolhe os trechos das entrevistas que serão inseridos na reportagem, chamados de ‘sonoras’. Assim é feita uma costura das frases com as sonoras e os sons. Também são acrescentados recursos audiovisuais como mapas, gráficos, simulações computadorizadas etc. Depois de montadas, algumas reportagens ainda passam por sonorização e pela pós-produção, onde ganham efeitos especiais no tratamento das imagens. O editor também é responsável por redigir a frase que resume a notícia na tarja de caracteres que aparece na parte inferior da tela na hora da transmissão. Portanto, a etapa de edição é encarregada da sequência lógica da história e imprime à notícia uma versão daquele acontecimento.

Mas, como ocorrem todas essas escolhas das combinações dos elementos audiovisuais e das sonoras? Dependendo do assunto, os profissionais recebem instruções antes mesmo da gravação e da edição. Tais orientações partem normalmente do editor-chefe do telejornal ou do chefe de redação. Quando a notícia não trata de temas de interesse da emissora ou capazes de causar polêmica, repórteres e editores têm mais liberdade para tomar as decisões. No caso específico da cobertura do assassinato de Marielle Franco, as instruções na emissora em que atuei como editora-chefe foram passadas pela direção geral de jornalismo, interferindo na construção da notícia e na produção de sentidos, o que demonstra o quão sensível era o assunto. Sob tal perspectiva, compreendemos que cada telejornal apresenta uma versão do mundo.

Até mesmo os fatos apresentados ao vivo durante a exibição do noticiário televisivo sofrem seleção e interpretação. A equipe de reportagem escolhe os ângulos de posicionamento da câmera e do repórter para captação das imagens e a transmissão. Embora não passe pelo processo de edição, as imagens também recebem cortes e enquadramentos orientados pelo diretor de vídeo e pelo editor-chefe, que comandam a transmissão ao vivo direto do *switcher*, local de onde se coordena o telejornal quando está no ar. Além disso, sempre que possível, o texto elaborado pelo repórter é revisado pelo editor antes da entrada ao vivo.

No momento da exibição do telejornal, os âncoras apresentam as notícias, diferenciando a entonação de voz e a expressão facial de acordo com o assunto. Os textos são lidos como se fossem parte de uma conversa com o telespectador. Apesar de serem muitos, os telespectadores normalmente são tratados pelo pronome ‘você’, o que proporciona maior proximidade e cumplicidade. Com a valorização das interações na atualidade, as emissoras de

televisão já permitem improvisos dos âncoras para imprimir mais informalidade, estreitando os laços com o público.

Acrescentamos que o monitoramento da audiência em tempo real no *switcher* durante a exibição do telejornal interfere na hierarquização dos sentidos, pois a ‘paginação’ (ordenamento das editorias) pode sofrer alteração com o objetivo de alcançar melhores índices de audiência e superar a concorrência. O planejamento da narrativa para o encadeamento dos fatos às vezes se perde. O editor-chefe precisa, então, reorganizar o ‘espelho’.

Com o apanhado das práticas e técnicas de construção da notícia no telejornalismo aqui explicitado, percebemos uma série de escolhas, interpretações e pontos de vista em todo o percurso, desde a seleção dos fatos a serem noticiados até a exibição. Embora as emissoras de TV tenham uma linha editorial que conduz todo esse processo, as escolhas e o modo como as notícias são narradas revelam muito da visão de mundo dos jornalistas. Na intenção de facilitar esse entendimento, abrimos novo parêntese para relatar um caso específico. Em uma das emissoras em que trabalhei, as notícias que tratavam de temas como feminicídio e violência contra a mulher eram construídas de acordo com as decisões tomadas pelos jornalistas. Porém, a substituição em um cargo estratégico na redação provocou mudanças na narrativa dos telejornais sobre tais crimes. Os jornalistas foram orientados a deixar claro que as vítimas não eram culpadas pela violência que sofriam. Mesmo mantendo a linha editorial e os valores da emissora, o novo chefe conferiu sentidos diferentes às reportagens a partir do seu ponto de vista. Portanto, a construção da notícia encontra-se impregnada de subjetividade. O próprio ato de narrar uma história já representa uma mediação, função que imprime sentidos.

Entretanto, as intencionalidades dos jornalistas e das emissoras de TV permanecem veladas no telejornal. Dessa forma, a narrativa tenta envolver e persuadir o telespectador, fazendo crer que mostra a realidade. Becker (2012) ressalta que até mesmo quando a audiência critica as intenções de um noticiário televisivo, não se dá conta de que a própria função de mediação pressupõe subjetividade e intenções diversas. Logo, entendemos que a ‘leitura’ do grande texto audiovisual do noticiário não consiste somente em conhecer o conteúdo, mas reconhecer o modo como as histórias são narradas e suas estratégias para convencer a audiência de uma determinada verdade.

Vale lembrar que toda produção de texto busca persuadir o público. Por isso, o linguista e educador Adilson Citelli (2002, p. 06) afirma que o elemento persuasivo está ‘colado ao discurso como a pele ao corpo’. O autor lembra que desde a Grécia antiga, os

pensadores defendiam o domínio de técnicas e normas da boa argumentação. Para o filósofo Aristóteles, a retórica é a arte de harmonizar os discursos de forma a estabelecer os mecanismos capazes de fazer algo ganhar a dimensão de verdade (CITELLI, *idem*). Transpondo tal perspectiva para o contexto do telejornalismo, compreendemos que essa persuasão ocorre por meio da aparente objetividade e imparcialidade. A narrativa do telejornal apresenta-se como neutra, como se apenas reproduzisse fielmente as imagens dos acontecimentos, os depoimentos das testemunhas, a fala das autoridades, dos especialistas e o pronunciamento das instituições autorizadas pela sociedade. Becker (2005, p. 44) afirma que a neutralidade do jornalismo consiste em uma sensação construída ‘com a finalidade de reforçar o lugar privilegiado desses discursos’, ou seja, o lugar de expor as próprias verdades do mundo, influenciando a experiência coletiva.

Apesar disso, ressaltamos que os efeitos pretendidos pelo telejornal dependem da forma como a audiência reage e ressignifica a mensagem transmitida sobre os acontecimentos do cotidiano. Para o escritor e semiólogo Roland Barthes (1987), todo texto está aberto, permitindo ao leitor diversas interpretações. Por isso, um único texto pode ser compreendido de maneira distinta por diferentes leitores. Sendo assim, o texto do noticiário televisivo também é ‘lido’, interpretado pela audiência, que imprime sentidos às notícias a partir da própria vivência, das próprias experiências. Dentro dessa lógica, Vizeu (2005, p. 44) pressupõe que o jornalista ao construir as notícias na televisão “não controla a heterogeneidade de sentidos que essas transmissões e esses saberes adquirem por parte de seus interlocutores”. Complementando, Machado (2000) atenta para o engano de se acreditar que o telejornal possui força absoluta de manipulação.

O equívoco principal desse tipo de abordagem está em pressupor que os telespectadores são ingênuos a ponto de repetir de forma acrítica a “intenção”, o *parti pris* da empresa ou da equipe que faz o telejornal. [...] um mesmo telejornal pode ser “lido” diferentemente por diversas comunidades de telespectadores, em função de seus valores, ideologias e estratégias perceptivas ou cognitivas (MACHADO, 2000, p. 100),

Portanto, entendemos que são inúmeros os fatores de interferência nas estratégias narrativas de um telejornal: a convergência midiática, os interesses de grupos políticos e econômicos, as intenções da emissora, as interpretações dos jornalistas que participam da produção da notícia, as próprias práticas produtivas, o tempo disponível para a construção e edição das reportagens etc. Enfatizamos, contudo, que o telejornalismo visa primordialmente a manutenção e ao fortalecimento do vínculo que estabelece com a audiência (LEAL, 2009). Afinal, o noticiário da TV fala para esse público, sem o qual perderia a razão de existir.

A mudança de comportamento da audiência diante das novas tecnologias de mídia, principalmente com o engajamento nas redes sociais, já interfere nos processos produtivos, nas escolhas, nos recortes e nas estratégias narrativas dos jornalistas de televisão, que adotam novos posicionamentos para a relação do noticiário com os telespectadores. Com uma linguagem mais informal e com os apresentadores retratados como indivíduos, o telejornal procura maior proximidade no modo como se comunica com a audiência. Comprendemos, assim, que o processo de narrar um acontecimento envolve o propósito de conquistar e estabelecer vínculo com o telespectador. Qualquer outra intenção por trás de determinada narrativa seria ineficaz sem audiência.

3 UM ASSASSINATO POLÍTICO EM PRIMEIRO PLANO

O corpo negro é elemento central na reprodução de desigualdades. Está nos cárceres repletos, nas favelas e periferias designadas como moradias.

Marielle Franco

A frase acima, publicada na coluna Opinião do jornal O Globo, retrata a perpetuação de uma história de domínio e de desigualdades na sociedade brasileira. Defensora dos Direitos Humanos, a vereadora Marielle Franco representava uma série de minorias sociais. Sua identidade era a própria conjunção de grupos historicamente discriminados: mulher, negra, vinda da periferia e homossexual. Apesar disso, saiu da favela, estudou, empoderou-se, ocupou um lugar público de poder e travou embates por causas sociais. Não cabe nos limites desse texto a biografia da parlamentar e tudo que significou, porém enfocamos alguns aspectos de sua identidade e de sua atuação política que servem de parâmetros para discutir nesse capítulo a repercussão do assassinato e os critérios que nortearam a cobertura jornalística do crime.

A trajetória de Marielle Francisco da Silva é perpassada por ocorrências tantas vezes repetidas nas vidas de jovens negras da periferia em diferentes regiões do Brasil: trabalho infantil, gravidez na adolescência, evasão escolar, morte prematura de uma pessoa próxima causada pela violência. Uma história contada por ela mesma em depoimentos gravados em vídeos, em entrevistas a jornais comunitários e no site oficial da parlamentar.¹⁸

Marielle Franco nasceu em 27 de julho de 1979 no Complexo da Maré, localizado na zona norte da cidade do Rio de Janeiro. O conjunto de 16 favelas é um dos maiores da cidade, estende-se por 800 mil metros. O último levantamento realizado pelo Censo Maré em 2013 contabilizou 139.073 moradores, distribuídos em 47.758 domicílios.¹⁹ Marielle cresceu na favela e começou a trabalhar aos 11 anos de idade para ajudar no sustento da família. Foi vendedora ambulante, babá, empregada doméstica, dançarina e educadora infantil. Por causa do trabalho durante o dia, foi obrigada a estudar no período noturno. Concluiu o ensino médio em uma escola pública estadual. Porém, aos 18 anos engravidou, casou e interrompeu os estudos para cuidar da filha. A jovem da Maré, no entanto, não seguiu o destino reservado à maioria das mulheres negras no Brasil: prestar serviços domésticos nos lares de famílias

¹⁸ Site oficial <https://www.mariellefranco.com.br/> Acesso em 10/05/2020

¹⁹ Informações disponíveis em <http://www.redesdamare.org.br/br/info/12/censo-mare> Acesso em 10/05/2020.

brancas. Já separada do marido, ela retomou os estudos no cursinho pré-vestibular comunitário da Maré e em 2002 ingressou no ensino superior. Formou-se em Ciências Sociais na PUC - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - com bolsa integral pelo PROUNI – Programa Universidade para Todos - do governo federal. Depois da graduação, cursou o mestrado em Administração Pública na UFF – Universidade Federal Fluminense – defendendo a dissertação “UPP – a redução da favela a três letras: uma análise da política de segurança pública do estado do Rio de Janeiro”, na qual critica o projeto das Unidades de Polícia Pacificadora nas favelas do estado.

A morte de uma amiga em 2005, atingida por tiro em um confronto entre policiais e traficantes de drogas no complexo de favelas onde morava, aproximou Marielle Franco do tema dos Direitos Humanos e das denúncias que marcaram seu ativismo: “alguns corpos da cidade são mais desrespeitados. Portanto, o debate da sensibilidade não existe porque esses corpos não são vistos como pessoas passíveis de respeitabilidade”²⁰ A socióloga assumiu a homossexualidade e casou-se com a arquiteta Mônica Benício.

Em 2016, foi a quinta vereadora mais votada nas eleições municipais do Rio de Janeiro, com 46.502 votos em sua primeira disputa eleitoral. Resultado significativo em uma sociedade em que as mulheres estão distantes da política e o voto feminino foi conquistado em 1932, quarenta e três anos após a Proclamação da República (HIDALGO,2020). Acrescenta-se que dos 811 vereadores eleitos em capitais brasileiras, Marielle estava entre 32 mulheres pretas, ou seja, apenas 3,9% dos parlamentares. Além do mais, foi a única vereadora eleita na cidade do Rio de Janeiro a se autodeclarar oficialmente com a cor de pele preta.

Destacamos que os negros compõem a maior parte da população brasileira, representando 56,10%, segundo dados do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.²¹ Dos 209,2 milhões de habitantes do país, 19,2 milhões assumem-se como pretos e 89,7 milhões declaram-se pardos. Além disso, três em cada dez brasileiros são mulheres negras. Apesar de expressiva, essa parcela de cidadãos não tem reconhecimento na política nem mesmo representantes que lutem por seus interesses. Atualmente, os negros são minoria no Poder Legislativo, configuram 24,4% dos deputados federais e 28,9% dos deputados estaduais eleitos em 2018 em todo o país. Já nas eleições municipais de 2016, 42,1% dos vereadores eleitos declaram ser negros. Tais percentuais demonstram a relevância e a

²⁰ O IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - utiliza a classificação "preta" para definir a cor da pele e não "negra".

²¹ Dados disponíveis em <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6403> Acesso em 10/05/2020.

singularidade da presença de uma mulher negra na Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro, a segunda maior metrópole do Brasil.

A atuação de Marielle Franco como parlamentar foi marcada pela defesa de projetos para compilar dados sobre violência de gênero, para proteger os direitos reprodutivos das mulheres e para denunciar ações violentas de policiais contra os moradores das favelas. O primeiro discurso em plenário em 07 de janeiro de 2017 indicou sua luta pelas minorias sociais: "A gente tem lado, tem classe e tem identificação de gênero".²² Em 15 meses de mandato, a vereadora apresentou 16 projetos de lei. Entre os aprovados em plenário estão a criação de casas de parto para reduzir a sobrecarga das maternidades públicas, a abertura de creches no período noturno para atender crianças cujos pais e mães trabalham à noite, a elaboração de uma campanha educativa permanente intitulada "Assédio não é passageiro" em defesa da segurança das mulheres no transporte público, a instituição do Dia da Mulher Negra em 25 de julho como data comemorativa do calendário oficial da cidade e a regulamentação da profissão de mototaxista, uma atividade que se tornou essencial nas favelas como meio de transporte. Entretanto, nenhum projeto de lei relacionado à homofobia ou de apoio à causa LGBTQ+ foi aprovado pelos vereadores.

Marielle Franco também foi presidente da Comissão de Defesa da Mulher e ocupou o cargo de relatora da comissão parlamentar constituída para monitorar a atuação das Forças Armadas durante a intervenção federal no estado. Em 16 de fevereiro de 2018, o então presidente da República, Michel Temer, publicou um decreto de intervenção militar na área de segurança pública do Rio de Janeiro. O interventor, o general de Exército Braga Netto, assumiu o comando da polícia militar, da polícia civil e do corpo de bombeiros. As Forças Armadas ocuparam favelas e realizaram operações nas rodovias de acesso ao estado do Rio de Janeiro. O Atlas da Violência do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) de 2019 explica que a intervenção federal envolveu um amplo conjunto de ações em que as forças de segurança do estado do RJ atuaram junto com as forças militares em operações de 'garantia da lei e da ordem'. A vereadora posicionou-se claramente contra a ação dos militares nas favelas durante entrevista ao Correio da Cidadania em 24 de fevereiro de 2018: "A população da Maré mais uma vez se vê sob o jugo de muitos fuzis, seja das Forças Armadas, da PM ou do crime. É um elemento que vulnerabiliza quem mora lá e ao invés de pensar numa perspectiva

²² Discurso disponível em <https://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/discvot.nsf/5d50d39bd976391b83256536006a2502/318eaadc976a217d832580ca004d21b3?OpenDocument> Acesso em 08/08/2020.

inclusiva, cidadã, com alternativas ao varejo da droga, infelizmente chega com a mão forte do general.”²³

Por seus posicionamentos e por sua própria formação identitária, a parlamentar simbolizava o enfrentamento da ordem social, da hegemonia cultural e dos grupos dominantes, marcadamente masculinos, heterossexuais, de pele branca e pertencentes às classes mais abastadas financeiramente. De acordo com a professora e pesquisadora Kathryn Woodward (2000), em sua obra sobre Estudos Culturais, a identidade é relacional. Então, entendemos que as pessoas se definem a partir da comparação com o outro. Marielle Franco era o outro, o diferente na política e na sociedade, pois rompeu estereótipos, converteu os imaginários da mulher, do negro e do morador da favela. Ela serviu de modelo a ser seguido para os grupos discriminados socialmente e foi uma oponente para os grupos hegemônicos. Em entrevista publicada somente após o assassinato, a vereadora revela dois sonhos: ver 50% do cenário político brasileiro ocupado por mulheres e a redução das desigualdades. “É ter mais representatividade e um processo econômico em que se possa falar de (produzir) menos pobreza.”²⁴

Soma-se a toda sua trajetória, o fato de a parlamentar exteriorizar com frequência suas opiniões e críticas em discursos no plenário da Câmara Municipal, em eventos políticos e sociais, como também em praça pública e em publicações nas redes sociais. No entanto, Marielle Franco não conseguiu durante os 38 anos de vida espaço nos meios de comunicação tradicionais e nos telejornais do Rio de Janeiro ou de rede nacional para que sua voz fosse ouvida, a voz da vereadora progressista e combativa, mas também a voz de uma maioria silenciada, a voz da mulher negra da favela.

3.1 Negra e cria da Maré

A manutenção do poder por parte de uma classe social não depende sempre do uso da força sobre as demais camadas da sociedade, mas também da legitimação dessa dominação. É dessa forma que o filósofo italiano Antônio Gramsci (2000) concebe o amplo conceito de hegemonia, abrangendo dominação política, econômica e cultural. Para ele, a imprensa e os meios de comunicação, assim como a igreja e a escola, são exemplos de aparelhos de hegemonia cultural utilizados por grupos sociais dominantes para difundir suas ideias e

²³ Entrevista disponível em <https://racismoambiental.net.br/2018/02/24/intervencao-federal-no-rio-reflexo-do-leilao-do-estado-e-ausencia-de-investimento-nos-profissionais-da-seguranca-publica/> Acesso em 10/05/2020.

²⁴ Entrevista disponível em <https://revistamarielclair.globo.com/Mulheres-do-Mundo/noticia/2018/06/entrevista-inedita-marielle-franco-queria-50-de-mulheres-na-politica.html> Acesso em 10/05/2020.

valores. Funcionam como meios de convencimento da validação do poder. No Brasil, o sistema de radiodifusão é composto em sua maioria por empresas privadas, que possuem interesses comerciais e políticos. Sendo assim, entendemos que o telejornalismo difunde em sua narrativa valores e ideologias hegemônicas. Williams (1979) argumenta que as formas de dominação não são passivas, por isso, precisam ser renovadas e recriadas constantemente. Contudo, vimos nos capítulos anteriores, que múltiplos fatores incidem sobre o processo de produção de sentidos no telejornalismo. Além disso, a audiência apropria-se do conteúdo da mídia de maneiras variadas, de acordo com sua vivência e interpretação.

Partindo do pressuposto da reciprocidade acolhido nessa dissertação, consideramos que telejornalismo e telespectadores, inseridos na mesma cultura, influenciam um ao outro, renovando ou reproduzindo o imaginário coletivo desenvolvido no decorrer da formação da sociedade brasileira. Adotamos, portanto, uma perspectiva histórica e cultural para compreender a discriminação de determinados grupos sociais relacionados a raça, gênero e classe socioeconômica, relativos aos aspectos identitários da vereadora Marielle Franco: preta, mulher homossexual e favelada.

De acordo com o filósofo e historiador camaronês, Achille Mbembe (2017), o termo ‘negro’ foi criado para significar exclusão e jamais foi dissociado da ideia de escravidão. Para Mbembe (idem), as duas concepções - negro e escravo - foram fundidas no decorrer da história. A percepção do que é ser ‘negro’ foi configurada no sistema escravista do começo do colonialismo. Dessa forma, o autor acredita que para forjar a identidade negra na contemporaneidade seria necessário superar o ideário escravista. Essa concepção aponta para os componentes históricos e culturais do imaginário social do preto nas sociedades ocidentais como a brasileira.

Do mesmo modo, as sociólogas Vera Malaguti Batista (2003, 2010) e Célia Maria Marinho de Azevedo (1987) empregam uma abordagem histórica para demonstrar que o imaginário social do preto no Brasil foi alicerçado em um racismo secular, acentuado a partir da abolição dos escravos no século XIX. A medicina, exercida pela elite branca, contribuiu com esse processo de discriminação e instituição do preconceito racial ao associar o negro à falta de higiene e à transmissão de doenças (BATISTA, 2010). Além disso, os antigos escravos não foram absorvidos como mão-de-obra livre no país que tentava, na época da abolição, transitar de uma economia extrativista e agrícola para a era industrial. Proprietários de terra e comerciantes, seduzidos pelo desenvolvimento europeu, consideravam que os pretos não se adaptavam às novas relações de trabalho capitalistas e eram incapazes de dominar as técnicas inovadoras que surgiram com a indústria (AZEVEDO, 1987). Os trabalhadores

pretos só serviriam para serviços braçais. Uma ideia profundamente associada às atividades exercidas pelos negros durante a escravidão. A consequência desse pensamento racista foi o surgimento de uma grande massa de miseráveis sem trabalho. Para ambas as autoras, a importação de mão-de-obra branca da Europa ao invés da emancipação dos pretos livres nada mais foi do que uma evidência do racismo das elites.

Os antigos escravos miseráveis passaram a despertar a emoção do medo, representando ao mesmo tempo risco de contaminação de doenças, de revoltas e até de pilhagem de bens privados. Como relatamos anteriormente, as emoções estão profundamente relacionadas à constituição da memória coletiva. Segundo ambas as sociólogas, as histórias do negro preguiçoso, negligente, selvagem e insalubre, reproduzidas na oralidade e nos jornais impressos da época, perpetuaram no imaginário dos brasileiros e fortaleceram a discriminação racial que perdura até hoje.

Somaram-se aos pretos pós-abolição, os homens livres sem terras, que viviam da agricultura de subsistência ou da prestação de pequenos serviços nas cidades. Formaram-se assim as camadas populares do Brasil do século XIX. Batista (2003) cita que na configuração das cidades, mais especificamente no Rio de Janeiro, a moradia dessas camadas populares passou a receber um olhar de ilegalidade e a pobreza foi associada mais uma vez à emoção do medo. Desta vez, o medo da desordem e do caos. Ainda de acordo com a socióloga, os inúmeros projetos de urbanização implementados segregaram os descendentes de escravos e os trabalhadores mais pobres em espaços delimitados. Para a autora, a emoção do medo ainda hoje cria 'fronteiras' simbólicas nas cidades.

Acrescentamos que se olharmos para o Rio de Janeiro atual, perceberemos a interferência do medo na mobilidade dos cidadãos, tanto nas favelas quanto nos condomínios fechados da elite e da classe média. Azevedo (1987) ratifica que o imaginário social do morador de favela no Brasil foi consolidado a partir da emoção do medo sentido pela elite e pelos profissionais liberais em relação a uma camada popular formada por trabalhadores, em sua maioria pretos, índios e caboclos. Sendo assim, entendemos que o imaginário social relacionado ao morador das periferias foi atrelado até certo ponto ao dos antigos escravos.

Segundo Batista (2010), o discurso que evoca o medo foi usado para eleger políticos, justificar medidas autoritárias de Estado e validar o uso da força no transcorrer dos séculos. Uma estratégia de controle social que se perpetua. Enquanto a elite branca mostra-se com medo dos pretos, dos favelados e dos trabalhadores em geral, estes por sua vez, se apavoram com a repressão do Estado que, através das forças militares e policiais, produz "espetáculos de terror e truculência pelas ruas, infundindo o medo no coração das massas populares"

(BATISTA, 2010, pág. 121). Contudo, Ahmed (2004) destaca uma contradição dentro desse contexto: os mais protegidos pelas forças policiais (brancos de classe média e da elite) são os que mais sentem medo. Portanto, tanto o racismo secular quanto o imaginário constituído em relação ao morador da periferia e consolidado através de décadas de marginalização dos trabalhadores explicam a tolerância da sociedade brasileira com as mortes nas favelas e nos bairros de operários, provocadas por supostos enfrentamentos entre policiais e criminosos.

A escritora Susan Sontag (2004), ao avaliar a tortura de prisioneiros das Forças Armadas norte-americanas durante a guerra do Iraque, destaca que a repulsa de autoridades e de cidadãos foi motivada muito mais pela publicação das fotografias na imprensa e nas redes sociais do que pelos próprios abusos em si. Ficou difícil para a sociedade dos Estados Unidos continuar ignorando a existência da tortura praticada por seus militares. Da mesma forma, a indignação da sociedade brasileira frente à brutalidade e aos excessos cometidos pelas forças do Estado somente ocorre quando as cenas de agressão são divulgadas pelos meios de comunicação após flagrantes feitos com câmeras de aparelhos de celular. Ou seja, as agressões às minorias sociais são toleradas e apenas se tornam visíveis através de suas representações.

Ao revisitarmos esse panorama histórico, compreendemos que a disseminação do medo funcionou como ‘gatilho’ para a formação do imaginário social e, conseqüentemente, para a discriminação de negros e periféricos. Batista (2010) acredita que o embate entre as camadas sociais pela hegemonia do imaginário se dá na esfera das comunicações e que a mídia, antes cronista parcial, tornou-se protagonista (BATISTA, 2010, pág. 125). Da mesma forma, Vaz, Cardoso e Félix (2012) atribuem à mídia a manutenção desse imaginário social em torno do ‘outro’, do ‘diferente’, que é apontado como um agente genérico do medo e deslocado de seu contexto histórico e social. O ‘outro’ é o preto, o periférico, o morador de favela. Segundo os autores, a narrativa construída pelos meios de comunicação nas sociedades contemporâneas continua a formar uma imagem do agressor baseada apenas em seus atos, como um ser sem passado, sem história, enquanto a vítima desse agressor é apresentada como o único sofredor. Indicando uma linha de pensamento nesse sentido, Vaz, Cardoso e Félix (idem) afirmam que particularmente no jornalismo predomina uma ‘narrativa do medo’ como estratégia para sensibilizar a audiência e para controle social, pois expõe o risco a que todos estão submetidos. Aplicada a uma variedade de notícias de diferentes temas como política, saúde, economia e violência urbana, tal narrativa afeta as pessoas que, reagem com medo. Os autores explicam que essa emoção é provocada pela identificação do público com a vítima do acontecimento narrado pelo jornalismo. Conforme o texto apresentado no capítulo anterior,

essa identificação ocorre na medida em que o jornalismo conta histórias de personagens reais. Assim, a audiência sente-se como uma possível vítima, alguém que poderia ter passado pelo mesmo drama do personagem real retratado na narrativa, independentemente do drama apresentado, seja um problema de saúde, desemprego, a perda de um parente, um assalto etc. Entendemos, então, que essa identificação se torna um elemento essencial para que tal ‘narrativa do medo’ surta efeito. Afinal, a audiência como ‘vítima virtual’ passa a temer se tornar a próxima vítima real.

As narrativas de medo são, tipicamente, construídas a partir da exposição do sofrimento de estranhos no espaço público. E essas narrativas têm a peculiaridade de promover a identificação, por aproximar da audiência a possibilidade de acontecer com ela o que aconteceu com o sofredor (VAZ, CARDOSO e FÉLIX, 2012, p.27).

Sob tal perspectiva, reconhecemos que o estímulo ao medo vem sendo usado como tática de controle social das camadas populares no decorrer da história por diferentes instituições, incluindo o jornalismo. Sendo assim, a imprensa desperta a memória do medo, reforçando o imaginário em que as camadas populares são uma ameaça à propriedade privada, à estrutura social, à saúde e à própria vida. Cabe esclarecer, entretanto, que o jornalismo como mediador cultural não gera o medo, mas pode acionar uma memória desse sentimento, já formada pelas pessoas de uma certa coletividade (MATHEUS, 2008).

Em artigo escrito para o *Jornal do Brasil* e publicado após sua morte, em 16 de março de 2018, a socióloga Marielle Franco denunciou essa narrativa do medo que transforma as camadas populares em ameaça: “o apontamento das favelas como lugar do perigo, do medo que se espalha para a cidade, desperta o mito das classes perigosas [...] colocando a favela como objeto principal e inimiga pública”.²⁵

Soma-se a essa visão, o papel de interlocutor que o jornalismo assume entre a sociedade e o poder público. A imprensa adota uma postura de cobrança por medidas rigorosas contra a insegurança, mesmo que tais medidas acabem por significar a discriminação de uma parcela da população. A filósofa Lilie Chouliaraki (2006) que desenvolveu trabalho sobre a narrativa da BBC News durante a guerra do Iraque ressalta que a cobertura jornalística televisiva especificamente, ao funcionar como um mecanismo de representação, envolve a tomada de lados na forma de narrar, no modo de “produzir discursos sobre como estamos conectados ao mundo, o que importa para nós, o que nos une e como devemos responder às necessidades do sofrimento” (CHOULIARAKI, 2006, p. 264 –

²⁵ Íntegra do artigo disponível em <https://noticias.r7.com/prisma/r7-planalto/leia-as-ultimas-palavras-da-vereadora-marielle-franco-26042019> Acesso em 12/07/2020.

tradução livre). Sendo assim, o modo de narrar do telejornalismo indica à audiência com qual sofrimento deve se solidarizar.

Os antropólogos Caldeira e Holston (1999) corroboram essa percepção em seu estudo sobre democracia e violência. De acordo com os autores, a resposta da elite branca a quaisquer intempéries socioeconômicas é criminalizar as camadas populares e os negros, ainda que para tal precise apoiar o desrespeito aos Direitos Humanos, aceitar as narrativas dramatizadas da mídia e subverter a justiça, tornando-a ‘privada’, ou seja, uma justiça com tratamento diferenciado de acordo com as classes sociais e a cor da pele. Caldeira e Holston (idem) salientam que as garantias fundamentais de todo ser humano não são violadas apenas em ditaduras, mas também nas democracias com imprensa livre e voto popular. Nesse sentido, os antropólogos defendem que a criminalização dos pretos e das camadas populares contribui significativamente para a propagação da violência nas sociedades ocidentais e alertam para as consequências desse processo que são: o abuso de autoridade, o senso de impunidade e o despertar de outro sentimento além do medo, o ódio. Tal análise nos remete aos questionamentos feitos por uma parcela da população brasileira quanto à validade dos Direitos Humanos para todos, como se somente determinados seres humanos pudessem reivindicar tais direitos.

Os psicólogos Robert Sternberg e Karin Sternberg (2008) desenvolveram estudo sobre a definição que filósofos e pensadores de diferentes áreas dão ao sentimento de ódio. Os autores perceberam nessa compilação de definições que o ódio está comumente relacionado ao medo. Se o ‘outro’, o ‘diferente’, representa um risco e, portanto, desperta medo, o sentimento de ódio surge em seguida como resposta para impulsionar a luta contra a ameaça (STERNBERG; STERNBERG, idem). Sendo assim, o imaginário social alimentado por uma narrativa do medo colabora para o estímulo ao ódio entre as classes socioeconômicas e entre as etnias. A elite e classe média são capazes de sentir ódio pelas camadas populares que no imaginário coletivo estão relacionadas ao risco, à ameaça. Por sua vez, trabalhadores pobres e pretos podem nutrir ódio à elite branca por discriminá-los e por conceder o aval para a repressão do Estado contra eles.

Além do panorama traçado aqui, os sociólogos franceses Pierre Dardot e Christian Laval (2016) atribuem ao discurso do mérito pessoal o efeito de individualismo e desinteresse pelo ‘outro’ nas sociedades capitalistas neoliberais da atualidade. Ou seja, o discurso da economia também reforça a imagem de preguiçoso e indulgente do morador da periferia. Os pesquisadores descrevem o Estado austero do neoliberalismo como sendo mínimo na economia, mas forte e regulador das garantias da individualidade em uma sociedade competitiva. Dessa forma, o Estado deixa de investir no bem estar social comum a todos os

cidadãos para tornar-se mantenedor da liberdade de escolha, do livre arbítrio, das individualidades. Assim, o cidadão tem garantida a liberdade de assumir os próprios riscos, com sucesso ou fracasso, o que os autores chamam de ‘governo de si’. Segundo os sociólogos, na ótica neoliberal “a proteção social destrói valores sem os quais o capitalismo não poderia funcionar” (DARDOT e LAVAL, 2016, p.211). Portanto, ascender socialmente não estaria, nesse modo de ver, apenas relacionado às condições históricas, políticas e econômicas de uma sociedade, mas seria também uma questão de ‘governo de si’, de saber administrar a própria vida, um mérito de cada pessoa. Tal abordagem reafirma a ideia de inferioridade das camadas populares que não teriam assim a capacidade, o mérito de progredir socialmente.

Acrescentamos a esse amplo cenário, a relevância da visualidade na contemporaneidade. As sociedades imprimem valor aos fatos e às pessoas que são capazes de serem vistos e se destacarem nas mídias, principalmente nas redes sociais e na televisão, que trabalham com imagens. Como já tratamos nesse estudo, o jornalismo enquanto instituição privilegia os entrevistados pertencentes a outras instituições também validadas pela sociedade e, conseqüentemente, pela elite branca que controla o mundo institucional. Os pretos e os moradores das favelas historicamente não constituem as fontes do jornalismo. Então, eles não aparecem nos meios de comunicação e tornam-se socialmente invisíveis. Marielle Franco ficou invisível para a televisão até a noite de sua morte.

3.2 Uma questão de gênero

Com relação à questão de gênero, o enfoque não se diferencia muito do que apresentamos até aqui sobre o preto e o morador da favela. A mulher é silenciada, sofre opressão, objetificação e outras formas de violência. As sociedades baseadas no patriarcado, como a brasileira, favorecem o homem, conferindo-lhe ‘direitos’ e poder sobre a mulher, o que justifica maus-tratos, abusos, exclusão e dominação. Segundo o Monitor de Violência Doméstica, divulgado pelo Instituto de Segurança Pública do estado do Rio de Janeiro, os crimes dentro das residências aumentaram no período de 13 de março a 30 de abril de 2020, durante o isolamento social devido à pandemia da *covid* 19. O registro de agressão física cresceu 10% em comparação ao mesmo período do ano anterior. O índice de violência sexual subiu 17% em relação a 2019.²⁶ Swain (apud BASTOS, 2016) acredita que no imaginário das sociedades ocidentais essa predominância da dominação masculina mostra-se forjada como algo natural.

²⁶ Dados disponíveis em <https://agenciabrasil.ebc.com.br> Acesso em 25/06/2020.

No Brasil, essa dominação pode ser constatada pelo crescente índice de assassinatos de mulheres, retratado no Atlas da Violência 2019²⁷ publicado pelo IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública. O levantamento aponta crescimento expressivo de 30,7% no número de homicídios de mulheres no país durante os anos de 2007 a 2017, assim como um aumento de 6,3% no último ano da década examinada pelo relatório. Se considerarmos cada grupo de 100 mil mulheres brasileiras, a violência atinge 20,7%. Ainda de acordo com o Atlas da Violência, foram registrados 4.936 assassinatos de mulheres em 2017, uma média de 13 por dia, o maior número em uma década. O levantamento apresenta maior gravidade quando os dados se referem à raça, ou seja, quando soma a discriminação do preto com a inferioridade e subjugação da mulher. Dos homicídios de mulheres em 2017 no Brasil, três quartos das vítimas eram pretas. Tal estudo chama atenção ainda para a subnotificação em função da não imputação por parte das forças policiais do agravante de feminicídio aos crimes de homicídio.

Essa violência, característica de diversas sociedades ocidentais, reflete um processo histórico ainda mais longo e duradouro que aquele ocorrido com os pretos. No caso do imaginário feminino, a formação remete aos discursos clericais do período medieval (BASTOS, 2016). Portanto, o aviltamento da mulher ocorre nos discursos e representações simbólicas durante muitos séculos. Os homens apropriaram-se dos princípios éticos e religiosos, controlando os registros históricos e as narrativas institucionais. Dessa forma, as imagens em torno do feminino na Idade Média constituíram-se com base em estereótipos. Segundo Bastos (idem), as narrativas que circularam nesse período medieval associavam a mulher à carne e aos sentidos, tornando-a uma pecadora como a personagem bíblica de Eva. As mulheres passaram a sofrer depreciação e serem associadas à sexualidade, imoralidade e irracionalidade, ligadas aos sentidos, à intuição e ao corpo. Eram as ‘bruxas’ da Idade Média. Por outro lado, a salvação e a redenção de tais pecados poderiam ser alcançadas se a mulher buscasse espelhar-se na mãe de Jesus. Maria servia de referencial para todas as mulheres.

Soma-se a tal pensamento medieval, a narrativa da medicina no século XIX, que contribuiu para a imagem de inferioridade da mulher através de explicações biológicas sobre a fragilidade feminina, transformando o recato, a afetividade, a subordinação e a vocação maternal em características tipicamente da mulher (SOHIET, 2009). As representações simbólicas desse ideário feminino nas sociedades patriarcais ocidentais perduraram nas artes, nos meios de informação e comunicação. Freire Filho e Leal (2015) destacam a imagem entusiasta transmitida pela mídia já no século XX de uma mulher que é feliz como dona de

²⁷ Atlas da Violência 2019 disponível em https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190605_atlas_da_violencia_2019.pdf Acesso em 16/06/2020.

casa. A televisão e as revistas exibiam o modelo feminino perfeito. Na década de 1950, por exemplo, “experimentar a felicidade em meio às atribuições domésticas [...] constituía no dever da boa esposa” (FREIRE FILHO; LEAL, 2015, p. 02). Os autores salientam que muitas mulheres escondiam sua infelicidade para não serem vistas como descuidadas com o lar, com o marido e com os filhos. Logo, a realização da mulher no lugar de esposa e dona de casa era considerada natural, biológica e não uma questão cultural.

Em contrapartida, a filósofa estadunidense Judith Butler (2002) alerta que gênero vai além dos limites do corpo, sendo uma construção social. A pesquisadora afirma que a relação de poder na sociedade constrói o binário ‘homem/mulher’, onde ‘mulher’ representa o lado mais fraco. Para Butler (idem), as escolhas de gênero estão sujeitas a uma negociação com as normas sociais. Essas regras determinam a maneira como as pessoas devem se comportar, o que devem vestir e a quem devem desejar. A filósofa critica o movimento feminista que trata a oposição ‘homem/mulher’ como naturalizada, como algo que precisa ser combatido. Segundo Butler (ibidem), a pluralidade das opções sexuais LGBTQIA (lésbica, gay, bissexual, transexual, *queer*, intersexual e assexual) também está sujeita aos gestos e comportamentos padronizados no binário ‘homem/mulher’, ao qual chama de comportamento performático. De acordo com a autora norte-americana, as estruturas institucionais e jurídicas (entre elas, o jornalismo) engessam os aspectos de identidade, atendendo à relação de poder binária entre homem e mulher.

Sob tal perspectiva, a mulher encontra dificuldade de assumir posições de liderança, ocupar cargos políticos e até mesmo de ter liberdade para tomar decisões. A organização social brasileira é caracterizada não apenas pela autoridade doméstica do pai, mas também pela superioridade política masculina, o que acaba excluindo a mulher da vida pública (BASTOS, 2016). Portanto, a presença de mulheres em cargos eletivos no Brasil ainda é considerada exceção. Marielle Franco não correspondia aos modelos de comportamento que a sociedade brasileira espera da mulher e ainda assumiu publicamente a homossexualidade, lutando pelo fim da violência de gênero.

Sendo assim, o jornalismo como instituição contribuiu para a conservação dos valores hegemônicos como o sistema patriarcal. Allan (2014) afirma que as imposições de gênero são reproduzidas de forma sutil na narrativa jornalística, que trata a sociedade como dividida entre homens e mulheres. Em muitas construções de notícias de violência contra a mulher, o jornalismo esmiúça em sua narrativa as atitudes e o passado da vítima, quando deveria fazê-lo com relação ao agressor. Allan (idem) aponta ainda a existência de uma ‘cultura machista’ nas práticas diárias dentro das redações. Segundo o autor, o cotidiano de grande parte das organizações informativas no mundo ocidental é conduzido por normas predominantemente

masculinas e, embora tenha havido considerável crescimento do número de mulheres na atividade de produção de notícias, os homens brancos da classe média continuam ocupando as posições de poder no setor inteiro. Corroborando com essa visão, a professora universitária e jornalista Maria de Fátima Costa (2016) – Fafate Costa - em sua pesquisa acadêmica sobre as notícias do assassinato da modelo Eliza Samúdio, cujo acusado foi o ex-goleiro do time de futebol carioca Flamengo, Bruno Fernandes das Dores de Souza, identificou nas reportagens de jornais impressos brasileiros discursos que desqualificavam a vítima e tentavam perdoar o acusado.

Frente às discussões teóricas aqui abordadas, entendemos que minorias sociais estabelecidas ao longo da história permanecem representadas no simbolismo de um imaginário constituído a partir de relações binárias antagônicas de dominação e inferioridade: o branco e o preto; o rico e o pobre; o homem e a mulher. A invisibilidade dessas minorias encontra-se, assim, no âmago do racismo, do sistema patriarcal misógino e no preconceito latente nas sociedades ocidentais contemporâneas. Sendo assim, entendemos a dificuldade enfrentada pela vereadora Marielle Franco em conseguir espaço nos meios de comunicação tradicionais, não apenas por se tratar de uma mulher negra vinda da favela como também por defender as camadas populares, desafiando a elite. Martins (2020) lembra que a primeira novela da Rede Globo de Televisão com uma mulher negra como protagonista chamava-se sugestivamente ‘Da cor do pecado’, exibida já no século XXI, em 2004. No telejornalismo, a primeira vez que uma mulher preta ocupou a bancada do principal noticiário brasileiro foi há bem pouco tempo, com a jornalista Maria Júlia Coutinho apresentando o Jornal Nacional em 16 de fevereiro de 2019.²⁸

Por isso, Martins (2020, p. 40) destaca “o quão importante é disputar o imaginário na atualidade”. Da mesma forma, percebemos a necessidade de o jornalismo escapar dessas dicotomias históricas das relações sociais, o que já vem se revelando gradativamente nos últimos anos.

3.3 Disputa argumentativa nas redes sociais

As mudanças com relação às minorias sociais não ocorrem isoladamente na mídia, mas concomitantemente em toda a sociedade brasileira. A rapidez com que o assassinato da vereadora Marielle Franco despontou nas redes sociais, a amplitude das reações às postagens

²⁸ Antes de Maju Coutinho apresentar o JN, as jornalistas Glória Maria e Zileide Silva, também negras, haviam sido escaladas para a apresentação do programa Fantástico e do telejornal Jornal Hoje, respectivamente. Ambos em rede nacional.

sobre o assunto e o uso intenso de *hashtags* relacionadas ao crime expressaram o interesse dos brasileiros pelo fato. Os homicídios da parlamentar e do seu motorista mobilizaram mais de 1,16 milhão de menções na plataforma digital Twitter entre às 22 horas de 14 de março de 2018, data do crime, e às 16 horas de 16 de março de 2018. Cabe frisar que às 23 horas e 50 minutos de 14 de março de 2018, pouco mais de duas horas após o homicídio, a rede social já registrava cerca de 590 mensagens por minuto sobre o assunto. Às 11 horas da manhã do dia seguinte, a *hashtag* #mariellepresente alcançou os *trending topics* (listagem dos temas mais comentados do momento) no Brasil. O nome da vereadora foi mencionado na maioria das publicações: 952 mil, o que representou 82% do total de postagens sobre o crime. Os dados são de um levantamento realizado pela Diretoria de Análise de Políticas Públicas da Fundação Getúlio Vargas (FGV Dapp).²⁹

Tal pesquisa também abrangeu a rede social Facebook, onde foram analisadas 1288 páginas públicas no mesmo período da observação do Twitter. A sondagem da Fundação Getúlio Vargas contabilizou 427,1 mil reações a 816 postagens feitas por veículos de imprensa, perfis institucionais e figuras públicas que mencionaram o assassinato da vereadora carioca. Além disso, o mesmo levantamento da FGV indicou que 75.49% das reações dos usuários do Facebook foram de tristeza, 9.74% de raiva, 9.46% de amor, 2.67% de risadas e 2.64% de espanto. Ou seja, a maioria dos usuários da plataforma lamentou a morte de Marielle Franco.

O crime motivou uma disputa de opiniões nas redes sociais. De um lado, aqueles que enxergaram no acontecimento mais um caso de violência no Rio de Janeiro, comparando-o com outros casos. De outro lado, os usuários que defenderam o argumento de que o homicídio se tratou de um atentado político contra uma representante de minorias sociais. Segundo o levantamento da Fundação Getúlio Vargas, entre as palavras mais usadas nesse debate que se estabeleceu no ambiente das mídias sociais estavam aquelas que simbolizam minorias sociais como “mulher” e “negra”, com 116,1 mil menções ou 10% do total de comentários no Twitter, seguidas daquelas que se referiam ao tipo de crime como “execução” e “assassinada”, com 92,9 mil ou 8% cada; e “executada” com 81,3 mil menções ou 7%. Todos esses termos são dotados de sentido uma vez que denotam a motivação política na morte da vereadora, ou seja, a execução de uma mulher negra representante de minorias sociais. A disputa argumentativa também ficou evidenciada no uso das *hashtags* #mariellefrancopresente e #justiçaparamarielle, que simbolizavam a cobrança ao poder público para o esclarecimento do crime. Já a *hashtag* #nãofoiassalto destacava a motivação política do assassinato. Os

²⁹ Disponível em <http://dapp.fgv.br/morte-de-marielle-franco-mobiliza-mais-de-116-milhao-de-mencoes-no-twitter-aponta-levantamento-da-fgv-dapp/> Acesso em 09 de junho de 2019.

comentários críticos à parlamentar e ao fato alcançaram apenas 7% do total. No entanto, imprimiram discurso divergente, comparando o acontecimento com as mortes de policiais no Rio de Janeiro. Além disso, a disseminação de notícias falsas que difamaram a vereadora reforçou a disputa de sentido em torno do assassinato.

O partido ao qual a parlamentar era filiada, PSOL, recebeu onze mil denúncias de *fake news* em 2018. As notícias falsas relacionaram a vereadora ao tráfico de drogas e ao consumo de entorpecentes. Como contraponto, ativistas criaram o *site* ‘Marielle Franco: a verdade’ para alertar sobre *fake news* e enumerar as mais disseminadas: “Marielle era ex-mulher do traficante Marcinho VP”, “Marielle foi eleita pelo Comando Vermelho”, “Marielle era usuária de maconha”, “Marielle engravidou aos 16 anos” e “Marielle defendia bandidos”.

É interessante frisar que algumas dessas inverdades sobre a vereadora assassinada foram publicadas ou compartilhadas nas redes sociais por autoridades, representantes do poder público como o então deputado Alberto Fraga, do Partido Democratas (DEM), e a desembargadora Marília Castro Neves, do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, apontando para uma “conexão da prática da desinformação com as institucionalidades constituídas” (MARTINS, 2020, p. 212).

Apesar do debate argumentativo ter apresentado posicionamentos opostos da sociedade frente ao fato, a incidência maior foi em defesa da parlamentar e condenando a violência. Entendemos que os usuários dessas redes sociais se apropriaram do acontecimento de tal maneira que evidenciaram uma disputa na produção de sentido em torno da imagem de Marielle Franco e da memória coletiva do crime. Tal apropriação indica que o acontecimento configurou interesse público. Vale destacar que o telejornalismo também exerce um papel relevante na definição dos fatos que são ou não de interesse público, pois consegue dar visibilidade aos acontecimentos que, por sua vez, passam a circular na esfera pública. Sartor (2016) lembra o linguista Patrick Charaudeau quando afirma que o jornalismo tem este poder de dar visibilidade por se notabilizar pelo “efeito de verdade”.

4 ZOOM NO JORNAL NACIONAL

A metodologia adotada na presente pesquisa para uma leitura crítica do grande texto dos principais telejornais de rede nacional das duas maiores emissoras de TV aberta do Brasil, observando suas enunciações e a construção de sentidos em torno da execução da vereadora Marielle Franco, consiste na Análise Televisual (AT), proposta pela professora e jornalista Beatriz Becker (2005, 2012, 2016). A escolha embasou-se na noção de que a AT serve como instrumento para ler a linguagem audiovisual na televisão e na internet. Tal método pressupõe a observação sistemática do modo de dizer dos produtos a partir da combinação dos recursos audiovisuais e das estratégias empregadas nas narrativas para estabelecer o diálogo entre produtores e receptores. O percurso da pesquisa abrange três etapas e procedimentos que devem ser seguidos para levantar dados e desvelar significados. Tais etapas correspondem à descrição do objeto de estudo, contextualizando a produção dos telejornais no período histórico e cultural, a análise televisual propriamente dita e a interpretação dos resultados.

A fase de análise dos telejornais engloba pesquisa quantitativa com seis categorias básicas e qualitativa com três princípios de enunciação. As seis categorias da análise quantitativa são: estrutura do texto, temática, enunciadores, visualidade, som e edição. Na primeira categoria, examinamos a estrutura do texto, ou seja, o modo como os telejornais se apresentam, os formatos das notícias, a organização dos conteúdos, a divisão em blocos e a duração, levando em consideração o tema da morte de Marielle Franco. A segunda refere-se à temática, aos conteúdos privilegiados, identificando as editorias que mais se destacaram nos produtos informativos no período estabelecido para o estudo. Como nosso interesse é o tratamento da notícia sobre a execução da vereadora, destacamos estrategicamente este tema, listando-o separadamente. Enunciadores configura uma categoria que permite a identificação das vozes presentes e ausentes na narrativa. Consideramos os entrevistados como também a forma com que os apresentadores e repórteres expuseram o texto. A visualidade consiste na maneira como cenários e recursos visuais foram construídos, assim como as imagens usadas para contar a história da parlamentar. A categoria som relaciona os elementos sonoros que participaram da construção de sentidos do grande texto audiovisual, incluindo sons ambiente, palavras, ruídos, trilha sonora e até o silêncio. A última categoria, a edição, compreende como as combinações entre o texto verbal e a imagem produzem sentidos.

Já a análise qualitativa equivale a três princípios de enunciação. O primeiro é a fragmentação que possibilita a observação da sequência das notícias nos ‘espelhos’ (roteiro) dos telejornais, verificando de que forma a distribuição dos conteúdos interfere no entendimento da complexidade dos acontecimentos sociais. O princípio da dramatização

aponta os aspectos melodramáticos que aproximam a narrativa ao texto dos noticiários à ficção, estimulando emoções. O terceiro e último princípio é a definição de identidades e valores, ou seja, indica as marcas enunciativas que expressam as ideias, os valores atribuídos aos fatos noticiados e revela o modo como os conflitos são avaliados.

Cabe esclarecer que consideramos aqui o aspecto conceitual de narrativa relativo à ideia de sucessão, de sequência. Para Motta (2013, p. 71) o ato de narrar significa relatar eventos “enunciados em um suceder temporal encaminhado a um desfecho”. O autor pondera que a palavra-chave para entender o conceito de narrativa é sucessão. Sendo assim, aplicamos o método Análise Televisual em uma sequência de edições dos telejornais selecionados como objeto desse estudo, compreendendo os 15 dias consecutivos ao homicídio da vereadora Marielle Franco, em março de 2018, e os 6 dias da semana em que o crime completou um ano, em março de 2019, coincidindo com as prisões dos acusados de terem efetuado os disparos contra o carro da parlamentar. Tal fato seria assim um desfecho parcial da história, pois a investigação policial até a presente data não revelou o possível mandante ou mandantes do assassinato. Portanto, o tempo total analisado foi de 35 horas, 51 minutos e 04 segundos de produção de notícias em 42 edições dos dois telejornais.

Conjugamos ao método de Análise Televisual o procedimento de entrevistar profissionais envolvidos na cobertura jornalística do assassinato de Marielle para o Jornal Nacional e para o Jornal da Record. Por tratar-se de uma etapa de pesquisa qualitativa, adotamos como metodologia a entrevista em profundidade, que nos permite entender como a narrativa de ambos os noticiários foi percebida pelos jornalistas e como as notícias foram produzidas.

Os profissionais da informação, como vimos nos capítulos anteriores, são os sujeitos da produção do conhecimento do cotidiano. Selecionam os fatos, constroem as notícias e interpretam os acontecimentos de acordo com sua visão de mundo, formação acadêmica e experiência no mercado de trabalho. Ressaltamos ainda que os jornalistas tentam se adaptar às novas práticas impostas pelas transformações tecnológicas à atividade informativa no atual ambiente de convergência midiática. Sob tal perspectiva, torna-se imprescindível ouvir o que esses profissionais têm a dizer sobre os processos produtivos, os critérios de noticiabilidade, as normas de cada emissora para a cobertura da morte de Marielle Franco e suas estratégias enunciativas.

Frisamos ainda que os relatos colhidos se referem às visões dos entrevistados, mas também refletem os valores e as práticas partilhadas no ambiente de trabalho nas redações. Dentre a variedade de tipos de entrevistas em profundidade, utilizamos a semiaberta ou semiestruturada. Preparamos antecipadamente um roteiro, o que diferencia essa técnica de

outros tipos como a entrevista aberta que tem somente uma questão central a ser trabalhada e a entrevista fechada, cujas perguntas constam de um questionário com opções de respostas pré-elaboradas. Além disso, o método dispensa grande número de entrevistados já que não visa representatividade estatística. Nesse sentido, Duarte (2011, p. 68) esclarece que no caso da realização de entrevistas em profundidade é preferível poucas fontes de qualidade, capazes de responder ao problema proposto pelo pesquisador. O autor preconiza de quatro a sete entrevistados. Por isso, o segundo procedimento no planejamento constituiu-se na escolha das fontes. Privilegiamos repórteres e editores de cada telejornal, sendo quatro jornalistas de cada emissora. Os contatos iniciais com os profissionais foram feitos via e-mail ou redes sociais. Já as entrevistas foram realizadas por telefone. Todos aceitaram conversar com a condição de não serem identificados. Conforme resolução federal de número 510, publicada em 07 de abril 2016 e considerada norma aplicável pela Comissão de Ética em Pesquisa da Pró-Reitoria de Pós-graduação e Pesquisa da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, a privacidade e a proteção da identidade dos participantes são garantidas no artigo terceiro como princípio ético da pesquisa acadêmica na área de Ciências Humanas e Sociais.³⁰ Logo, mantemos os nomes dos entrevistados em sigilo assim como qualquer informação dada durante as entrevistas que possa vir a identificá-los. Todos são citados nessa dissertação pela função que exercem e pelas letras iniciais do alfabeto. Os áudios das conversas foram gravados com consentimento das fontes. A duração variou de 28 minutos e 58 segundos (entrevista mais curta) a 01 hora 30 minutos e 26 segundos (entrevista mais longa), sendo que a média ficou em cerca de 45 minutos.

Com isso, iniciamos a análise dos telejornais com o principal produto informativo do país: o Jornal Nacional. Depois, examinamos o Jornal da Record para, em seguida, realizar uma comparação entre as narrativas.

4.1 Descrevendo o objeto: o Jornal Nacional

O Jornal Nacional, da Rede Globo de Televisão, é o noticiário mais antigo e o mais assistido no Brasil, conforme dados demonstrados anteriormente na introdução desse estudo. Atualmente, o telejornal de alcance nacional é gerado da cidade do Rio de Janeiro e exibido no horário compreendido entre 20h 30min. e 21h 15min. de segunda-feira a sábado tanto na TV aberta quanto disponibilizado na íntegra na plataforma de *streaming* Globo Play³¹.

³⁰ Resolução disponível em <http://www.sr2.uerj.br/sr2/coep/index.php?mod=regulamenta.htm> Acesso em 18/01/2020.

³¹ Disponível em <https://globoplay.globo.com/jornal-nacional/t/MyCrVrr6gW/> Acesso em 22/11/2019.

Expandindo-se para as redes sociais, o telejornal tem páginas no Facebook e no Twitter, onde a emissora faz diariamente postagens de vídeo com chamadas das principais reportagens da edição que vai ao ar à noite. As notícias exibidas na televisão também estão disponíveis em vídeo no *site* G1³², incluindo complementos de reportagens. Portanto, o telejornal insere-se no contexto digital da atualidade, onde busca atrair e estreitar os laços com a audiência. O JN conta com apresentadores fixos, só variando aos sábados, feriados ou quando estes saem de férias. No momento presente, os âncoras são os jornalistas William Bonner, que também ocupa o cargo de editor-chefe, e Renata Vasconcellos, editora-executiva. A trilha sonora ou música tema da vinheta do telejornal, *The Fuzz*, de Frank Devol, já ganhou diferentes arranjos.

A estreia do Jornal Nacional é datada de 01 de setembro de 1969, quase quatro anos após a criação da emissora em 26 de abril de 1965. Foi o primeiro noticiário a ser transmitido para todo o país. O JN surgiu para competir com o *Repórter Esso*, que começou na TV Tupi e depois passou para a TV Record. O telejornal foi apresentado por Heron Domingues e Léo Batista. Representou o ponto de partida de um projeto que pretendia transformar a Globo na primeira rede de televisão do Brasil. Apoiador do regime de ditadura militar, o JN apresentou como principal assunto em sua estreia a notícia de que o país seria entregue a uma junta militar por causa de um problema de saúde do então presidente da república Costa e Silva. O anúncio foi feito pelo ministro Delfim Neto e exibido, em filme, durante 46 segundos. Segundo Martins (2020), o apoio ao golpe militar de 1964 representou para o Grupo Globo um projeto amplo de consolidação da indústria cultural no Brasil com a organização da rede de televisão e a ampliação do espaço de publicidade. A integração territorial, proporcionada pela Rede Globo, atendia simultaneamente aos interesses das indústrias no mercado interno e do Estado em controlar as ideologias. Dessa forma, a maior empresa de televisão “atuaria na produção e homogeneização de um padrão cultural consumista e conservador, em consonância com o projeto defendido e imposto pela ditadura civil-militar” (MARTINS, 2020, p. 78).

Somente 44 anos depois, em agosto de 2013, o JN apresentou o reconhecimento do Grupo Globo de que o apoio editorial dos seus veículos de comunicação ao golpe de 1964 foi um equívoco. O anúncio foi publicado primeiro no *Jornal O Globo*.³³ A admissão do ‘erro’ resultou de pressões sociais. A sociedade demonstrou descontentamento com o telejornalismo da emissora em diferentes momentos, como durante os protestos populares de junho de 2013.

³² Disponível em <https://g1.globo.com/jornal-nacional/> Acesso em 22/11/2019.

³³ Disponível em <https://oglobo.globo.com/brasil/apoio-editorial-ao-golpe-de-64-foi-um-erro-9771604> Acesso em 26/06/2020.

No entanto, o noticiário televisivo mais popular do Brasil permaneceu mantendo relação de proximidade com praticamente todos os governos que vieram na sequência e interferindo nos destinos políticos do país, como no impeachment de Dilma Rousseff em 2016. De acordo com Itania Gomes (2005), as notícias ancoradas em aspectos legais e vozes oficiais também imprimem um caráter fortemente conservador ao JN.

Constantemente atualizando a tecnologia de captação e transmissão, o Jornal Nacional foi o primeiro a mostrar uma repórter ao vivo em 1977 através da utilização de equipamentos portáteis de geração de imagens. No ano seguinte, a edição em VT permitiu maior agilidade ao telejornalismo, que trabalhava com a revelação de filmes. O JN foi pioneiro também em enviar correspondentes para outros países, com o intuito de cobrir fatos internacionais. No ano 2000, o telejornal passou a ser apresentado de um estúdio montado em um platô dentro da redação. Assim, o telespectador pode ver a equipe envolvida na realização do noticiário tanto na abertura quanto no início e fim de cada bloco quando a câmera ‘passeia’ pelo espaço da redação. Em 2017, mais uma inovação. A programação da Rede Globo transitou para o sinal digital, o que conferiu maior nitidez e qualidade às imagens. No âmbito da televisão, a emissora representa um “exemplo de sofisticação e atualização tecnológica a serviço do jornalismo e o Jornal Nacional, como seu principal produto, ocupa posição de destaque em relação à utilização de toda a variedade de recursos e inovações técnicas” (GOMES, 2005, p. 8).

Portanto, o Jornal Nacional passou por muitas transformações ao longo dos anos, modernizou-se, mantém-se no ar de forma ininterrupta e ainda hoje consiste em uma referência para todo o telejornalismo brasileiro. A descrição do noticiário no site Memória Globo³⁴, é a seguinte: “O Jornal Nacional é o principal telejornal em rede da Globo. Tem cerca de 45 minutos de duração e faz a cobertura completa das principais notícias no Brasil e no mundo. Pautado pela credibilidade, isenção e ética, [...] é líder de audiência no horário nobre.” Observamos que a descrição revela três compromissos subjetivos do produto informativo: credibilidade, isenção e ética. Itania Gomes (idem) acrescenta que uma das formas mais visíveis da construção da credibilidade no JN é a elaboração de uma narrativa que ouve os dois lados da notícia. “A notícia “imparcial” e *in loco* é a marca privilegiada do JN” (GOMES, 2005, p. 7). Atualmente, observamos que o telejornal enfatiza essa retórica, exibindo em grandes caracteres na tela a expressão “o que dizem os citados” durante a leitura de notas pé, demonstrando que ouve todos os lados da notícia, ainda que não haja simetria do tempo e do formato destinados às partes envolvidas nos acontecimentos.

³⁴ Disponível em <http://memoriaglobo.globo.com/programas/jornalismo/telejornais/jornal-nacional.htm> Acesso em 22/11/2019.

A página sobre os princípios editoriais do jornalismo do Grupo Globo³⁵, acrescenta que “[...] defenderá intransigentemente o respeito a valores sem os quais uma sociedade não pode se desenvolver plenamente: a democracia, as liberdades individuais, a livre iniciativa, os direitos humanos, a República, o avanço da ciência e a preservação da natureza.”

Quanto ao contexto histórico e político da cobertura jornalística do crime em questão destacamos a intervenção federal na área de segurança pública do Rio de Janeiro. Um levantamento realizado pelo Instituto Datafolha em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública entre os dias 20 e 22 de março de 2018 na cidade do Rio de Janeiro, uma semana após o assassinato da vereadora, indicou que 76% da população apoiavam a intervenção³⁶, determinada no dia 16 de fevereiro daquele ano, conforme exposto no capítulo anterior. O estado e a cidade do Rio de Janeiro, onde se concentram os principais investimentos do Grupo Globo, destacam-se em visibilidade se comparados a outras localidades do território nacional. Tal privilégio explica a opção pelo Rio de Janeiro para a intervenção das Forças Armadas em ano eleitoral, quando foram escolhidos novos deputados estaduais, federais, senadores e Presidente da República. Pedidos de reforço militar foram feitos por outros estados em anos anteriores, mas não se concretizaram.

Tornar-se essencial conhecer tal panorama porque o Grupo Globo concentra não apenas a sede de suas empresas de comunicação no Rio de Janeiro como também investiu na construção e administração de museus. No entanto, no âmbito municipal na época do crime, um representante de uma das concorrentes da TV Globo administrava a cidade. O prefeito Marcelo Crivella, do PRB – Partido Republicano Brasileiro - é bispo e sobrinho de Edir Macedo, fundador da igreja Universal do Reino de Deus, proprietária da Record TV. Salientamos que a presença de opositores políticos em qualquer esfera da administração pública representa menos verbas de publicidade governamental. Em 2017, no primeiro ano de sua gestão, o prefeito do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella, reduziu 25% do saldo do contrato de publicidade com a Rede Globo, justificando que estava corrigindo distorções porque o grupo de comunicação da família Marinho havia recebido 91% das verbas publicitárias municipais no último ano da gestão anterior, enquanto as demais mídias ficaram com apenas 9%. A média de investimento da administração de Eduardo Paes, prefeito anterior, no grupo Globo foi de 21,2 milhões de reais, o que equivalia a 52% da verba publicitária total.³⁷

³⁵ Disponível em <http://g1.globo.com/principios-editoriais-do-grupo-globo.html> Acesso em 22/11/2019.

³⁶ Disponível em <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/maioria-continua-apoiando-intervencao-no-rio-mas-nao-percebe-melhora-na-seguranca-diz-pesquisa-datafolha.ghtml> Acesso em 20/07/2020.

³⁷ Disponível em <https://prefeitura.rio/cidade/prefeitura-reduz-gastos-com-publicidade-ao-longo-desta-gestao/> Acesso em 21/12/2020.

Além da disputa na política local, as duas emissoras também vieram a se tornar opositoras na abordagem das questões que envolviam a política federal. Ambas exibiram até reportagens contendo denúncias contra a concorrente. Ao mesmo tempo em que a Rede Globo enfrentava críticas do então aspirante à Presidência da República, Jair Bolsonaro, em 2018, o bispo Edir Macedo, ligado à Record TV, declarava apoio ao candidato que acabou eleito.

Esse amplo contexto levou o Jornal Nacional a respaldar-se no público, procurando uma relação de maior proximidade com a audiência, exercendo o ‘humanismo solidário’ (BECKER, 2020), que consiste na defesa do cidadão, identificando-se com os valores da sociedade brasileira. “Assim, o Jornal Nacional investe em uma mediação da vida social, ancorada na defesa dos direitos humanos e aparentemente apartidária, angariando legitimidade do público [...] (BECKER. idem, p.221). Acrescentamos que dessa maneira, o telejornal buscava manter-se líder de audiência, freando a contínua queda dos índices registrada nas duas primeiras décadas do século XXI, e consequentemente garantia os investimentos dos anunciantes.

Vale destacar que a Rede Globo foi indicada ao prêmio Emmy Internacional de Jornalismo em 2019 na categoria notícia com a cobertura do assassinato da vereadora. Contribuíram para essa indicação reportagens do Jornal Nacional e do programa Fantástico com a exibição de imagens de câmeras de segurança que indicaram ter sido um crime premeditado, as provas de que a munição usada nos homicídios foi roubada da Polícia Federal e a primeira entrevista com a assistente parlamentar de Marielle Franco, única sobrevivente e testemunha do atentado. Contudo, uma emissora de televisão do Reino Unido venceu com uma cobertura do escândalo envolvendo a empresa de análise de dados Cambridge Analytica que colaborou com a campanha de Donald Trump à Presidência dos Estados Unidos utilizando ilegalmente informações dos perfis do Facebook. Em 2020, o Grupo Globo lançou em *streaming* no Globo Play uma série documental produzida pelo telejornalismo da emissora de TV sobre o caso da vereadora carioca: ‘Marielle, o documentário’, cuja chamada foi exibida no Jornal Nacional em formato de reportagem.

4.2 Análise Quantitativa

As seis categorias sugeridas pelo método Análise Televisual para a etapa quantitativa são aplicadas às 21 edições do Jornal Nacional que fazem parte do *corpus* da presente pesquisa, o que representou um total de 16 horas, 20 minutos e 43 segundos de notícias. Para melhor visualização das combinações dos elementos da linguagem audiovisual, optamos pela decupagem de todas as notícias sobre o assassinato da vereadora carioca, separando por

colunas o texto verbal, a descrição das imagens e dos sons. Na intenção de esclarecer o procedimento, demonstramos abaixo um exemplo de decupagem realizada como etapa anterior à AT de uma reportagem exibida pelo JN em 15 de março de 2018 (Quadro 01).

Quadro 01 – Exemplo de decupagem de reportagem JN

OFF	IMAGENS	SONS
Foram muitos os sentimentos que levaram esta multidão ao velório na Câmara de Vereadores no Centro do Rio // Os corpos de Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes foram recebidos com muita emoção //	Imagem aérea dos caixões chegando à Câmara Municipal do Rio de Janeiro cercado por multidão	Som do helicóptero ao fundo
Sobe som	Vídeo amador feito com telefone celular mostra multidão gritando	“Marielle presente hoje e sempre”
Depois, todos foram até o cemitério do Caju, na zona portuária do Rio, para a última despedida //	Caixão rodeado por muitas pessoas. entre elas, Mônica Benício, companheira de Marielle.	
Sobe som	Padre de costas falando para a multidão	“Vida tirada, vida ceifada, mas a luta continuará.”
Sobe som	<i>Take</i> em plano fechado na companheira de Marielle chorando ao lado do caixão. movimento de câmera abrindo a imagem e mostrando a multidão ao redor.	“Pai nosso que estás no céu, santificado seja seu nome...”

Fonte: A autora (2020)

4.2.1 Estrutura do texto

No período de observação, as edições do telejornal apresentaram tempo de produção que variou entre 34 minutos e 58 minutos. A estrutura narrativa é dividida da seguinte maneira: escalada com as manchetes dos principais assuntos de cada edição, seguida de três a cinco blocos, sendo que os dois primeiros compostos pelas principais notícias anunciadas na escalada, e o encerramento com a trilha sonora tema do JN. Quanto aos formatos das notícias, observamos reportagens extensas com detalhes dos fatos, notas cobertas mais curtas em que a notícia foi lida pelos apresentadores enquanto as imagens foram exibidas, notas secas com notícias sem imagens lidas pelos apresentadores, entrevista, sonoras (só um trecho de uma entrevista editada) e entradas ao vivo de repórteres. O telejornal exhibe editoriais (temáticas) relativamente constantes, como política, internacional, polícia, economia, tempo e esportes.

A partir do interesse do presente estudo na cobertura do assassinato da vereadora Marielle Franco, observamos como as notícias relacionadas ao acontecimento foram

apresentadas nessa estrutura textual do JN. Em março de 2018, o homicídio da parlamentar e seus desdobramentos ocuparam duas escaladas inteiras e foram citados em outras sete, ou seja, foram manchete de nove das 15 edições que foram ao ar logo depois do fato. Já em março de 2019, na semana em que os acusados dos disparos na emboscada foram presos, o assunto foi manchete em duas edições. Sendo assim, Marielle Franco foi citada em 11 das 21 escaladas, pouco mais da metade do total analisado. O mesmo destaque foi observado na organização dos conteúdos nos blocos. O crime e as investigações policiais foram noticiados por 15 dias nos blocos de maior relevância do telejornal, o que representa 71,4% do total examinado, sendo 11 vezes no primeiro bloco, quatro no segundo, uma no terceiro e uma no quarto. A notícia sobre a morte da vereadora também foi construída em diferentes formatos: 38 reportagens, sendo que o assunto foi citado em outras duas, e comparativamente, este foi o formato de notícia mais completo na exposição dos fatos. O telejornal também tratou do acontecimento em três entradas ao vivo, duas notas cobertas e 12 notas secas.

4.2.2 Temática

Como nosso interesse é o tratamento da notícia sobre a execução de Marielle Franco, destacamos estrategicamente este tema, listando-o separadamente. Com isso, percebemos que esta notícia foi o segundo tema mais presente no Jornal Nacional em março de 2018. As primeiras edições logo após o assassinato da vereadora foram praticamente temáticas. No dia 15, o crime em questão ocupou 75% do tempo total de produção e no dia 16, ocupou 60.2%. Destacamos ainda outras três edições: no dia 17, o JN dedicou 33.6% do tempo às informações sobre a execução da parlamentar carioca, no dia 19, foram 46.7% e no dia 20, 41.8%. A importância que a emissora deu ao assunto foi demonstrada logo na manhã seguinte ao assassinato. As equipes de repórteres e produtores escaladas para a cobrir o fato para o Jornal Nacional foram acionadas e tiveram de chegar à redação antes do horário previsto.

Eu me lembro que nesse dia todo mundo chegou na redação cedo, uma loucura, meu Deus do Céu, como é que a gente vai fazer essa cobertura? [...] Eles dividiram uma força-tarefa na redação, vários repórteres ‘tavam’ em função dessa cobertura naquele dia. Aí, já começa: “você faz isso, você faz aquilo, você vai fazer o crime até não sei onde, você vai fazer o crime não sei onde, você vai fazer isso”. E aí eu tinha já um editor escalado ‘pra’ trabalhar comigo, um editor de texto, e a gente começou a buscar, né. Algumas já vinham: “olha, parece que teve isso, teve aquilo.” Vamos ver o que que teve no resto do país. Aí começa a acionar as praças pra ver o que que tem. Vamos ver como é que tá a rede social. Aí a gente foi buscando isso ao longo do dia, né, vendo o que que tinha de mais forte (REPÓRTER B – informação verbal).

O homicídio foi tratado em 21% do tempo total das edições de março de 2018, o que significou o segundo tema do JN, ficando pouco atrás da editoria de política, que teve 23.4%. Apenas a edição do dia 31 de março não exibiu notícia relacionada à morte da parlamentar. O evidente destaque concedido ao tema chegou a ser alvo de questionamentos aos profissionais da Rede Globo.

Eu me lembro até que ouvi comentário, [...] conversando assim com as pessoas, as pessoas: ‘pra’ que, né? Pessoas próximas ou amigos ou pessoas que não são jornalistas e tal que ficavam questionando: mas por que tanto espaço ‘pra’ isso? Ninguém nem sabia quem era essa vereadora. Cheguei a ouvir isso algumas vezes. E eu acho que a questão principal é essa assim, eu entendo isso como um ataque à democracia num país onde as feridas de uma ditadura ainda são muito recentes, ainda ‘tão’ abertas. Então, eu entendo isso como um crime gravíssimo porque não foi um crime, ao que tudo indica, ‘pra’ onde a investigação aponta até agora, não foi um assalto, não foi um crime inadvertido, sem saber quem era a vítima. Foi um crime proposital, com alvo escolhido. O alvo era uma política que defendia determinadas bandeiras. Isso torna esse crime gravíssimo, gravíssimo (REPÓRTER B – informação verbal).

Outros profissionais envolvidos na cobertura justificaram o espaço de destaque dado ao assunto pelo principal telejornal do país.

Primeiro, por ser no Rio de Janeiro, falando de Rio de Janeiro qualquer crime pouco mais relevante pode se tornar uma matéria (do JN) porque você ‘tá’ falando de uma capital, uma das capitais mais importantes do país, [...] por ser mulher negra, gay, por ser uma mulher defensora das minorias, pela forma como aconteceu, pela forma audaciosa como o crime aconteceu, e sem dúvida nenhuma pela repercussão que teve nas redes sociais. [...] Eu acho que isso aí foi uma série de circunstâncias, mas eu acho que o fato principal foi ela ser uma mulher defensora de minorias. É um momento crucial, um momento em que essas bandeiras são muito importantes (REPÓRTER A – informação verbal).

O jornalista D editou diversas reportagens sobre o crime para o Jornal Nacional no mês de março de 2018. Seu crédito aparece inclusive nas reportagens. Em entrevista à essa pesquisa, o profissional destacou critérios que nortearam a seleção do fato para virar notícia no principal telejornal da Rede Globo de Televisão: interesse público, repercussão nacional e relevância política.

O caso era tão forte, você matar um vereador no Centro da cidade, às nove horas da noite, a vereadora mais votada do Rio que é uma mulher negra, que veio da Maré. Não precisa nem de rede social, isso é um fato. Além do aspecto jornalístico, o fato por si só é super relevante. Ela conseguiu sair da Maré, vira a vereadora mais votada e leva um tiro na cara. Marielle não era conhecida antes do assassinato, Marielle ficou conhecida por causa do assassinato. Apesar de ela ser a quinta vereadora mais votada, pouca gente sabia quem era. E aí virou um caso porque ela é mulher, porque ela é negra, porque ela é lésbica, virou um caso de super repercussão. Foi um crime bárbaro, cheio de interrogações, cheio de intrigas [...] houve comoção nacional. E o Jornal Nacional não é burro, né? (EDITOR D – informação verbal).

No período de 11 a 16 de março de 2019, o assassinato de Marielle Franco foi o terceiro tema que mais ocupou o tempo de produção do Jornal Nacional, com 14,7% do total.

A editoria com maior quantidade de notícias no telejornal foi polícia (violência) com 23,6%. Percebemos assim que, mesmo um ano após o crime, o fato e seus desdobramentos ainda receberam espaço de destaque no telejornal.

Somando todo o período de análise, ou seja, as 21 edições com mais de 16 horas e 20 minutos de produção de notícias, observamos que a morte da vereadora ocupou a segunda posição entre os assuntos mais noticiados pelo JN, com 3 horas 6 minutos e 25 segundos, o que correspondeu a 19%, ficando atrás em tempo de produção apenas da editoria de política, que ganhou um espaço de 3 horas 48 minutos e 50 segundos, representando 23,33% do total. Sendo assim, a cobertura do crime contra a parlamentar carioca teve ênfase no principal noticiário da Rede Globo de Televisão. A editoria de polícia veio na terceira posição com 13,33%, seguida de internacional com 7,95%, previsão do tempo com 4,55%, a enquete “O Brasil que eu quero” ficou com 3,29%, esportes com 2,85%, desastres naturais com 2,43%, meio ambiente com 2,06%, cultura com 1,64%, saúde com 1,36%, economia com 1,13% e prestação de serviço com 1,01%. Os demais temas não alcançaram 1%, conforme Quadro 02 a seguir.

Quadro 02 - Incidência de temas no JN

TEMA	TEMPO
Política	03 h 48 min 50 seg
Marielle Franco	03 h 06 min 25 seg
Polícia	02 h 10 min 47 seg
Internacional	01 h 18 min 03 seg
Tempo	44 min 40 seg
Enquete	32 min 19 seg
Esportes	27 min 59 seg
Desastre natural	23 min 55 seg
Meio ambiente	20 min 16 seg
Cultura	16 min 07 seg
Saúde	13 min 23 seg
Economia	11 min 07 seg
Serviço	10 min
Acidentes	09 min 25 seg
Chamada	06 min 36 seg
Educação	04 min 59 seg
Eleição	04 min 21 seg
Cidades	04 min 06 seg
Religião	04 min 02 seg
Servidor público	03 min 11 seg
Curiosidade	02 min 19 seg

Fonte: A autora (2020)

Os resultados quantitativos da aplicação das categorias estrutura de texto e temática reforçam a percepção de que o Jornal Nacional deu significativa importância à cobertura jornalística da morte de Marielle Franco, tanto na seleção quanto na hierarquização das notícias.

[...] não adianta alegar: ah, é um assassinato como outro qualquer. Não, não é um assassinato como outro qualquer, não é gente. Ela era uma vereadora, ela fazia parte do poder. Essa foi uma das grandes críticas que a gente recebia: poxa, mas só fica falando dela e o Anderson? Por que não se fala tanto do Anderson? Tanto que a gente passou até a falar mais do Anderson exatamente por uma cobrança, tanto que hoje quando a gente fala em Marielle, a gente fala de Anderson também. A gente não pode falar meramente de Marielle, você ‘tá’ entendendo, porque a gente é muito cobrado por isso. Mas não dá para comparar Marielle com Anderson. [...] o atentado não foi contra Anderson, o atentado foi contra a Marielle. O Anderson acabou morrendo porque ‘tava’ no lugar e na hora errada, né, aquela coisa. Ela dava voz a uma minoria e ela ocupava o poder (REPÓRTER A – informação verbal).

4.2.3 Enunciadores

Em todas as edições em que a execução da vereadora foi notícia, os âncoras sentados à bancada do Jornal Nacional leram os textos diante da câmera, com entonação de voz e fisionomia que expressaram seriedade. Participaram da apresentação das notícias os jornalistas: William Bonner, Renata Vasconcelos, César Tralli, Ana Paula Araújo, Giuliana Morrone, Alexandre Garcia e Ana Luiza Guimarães. Os repórteres também mantiveram postura clássica diante das câmeras tanto nas reportagens quanto nas entradas ao vivo. O enquadramento usado na maioria das “passagens” (quando o repórter aparece falando no vídeo) foi o plano americano, mais tradicional, que mostra a imagem dos jornalistas da cintura para cima. A exceção foi o repórter Danilo Vieira, que apareceu sentado nos degraus da Câmara Municipal do Rio de Janeiro e caminhou em direção à câmera em uma reportagem do dia 16 de março de 2018. Neste caso específico, o repórter adotou uma postura menos conservadora para apresentar um texto diferenciado por uma certa licença poética.

Com relação aos atores sociais, percebemos que o telejornal ouviu 38 autoridades, 14 representantes de entidades da sociedade civil como, por exemplo, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Associação dos Magistrados, além de 8 artistas e intelectuais que comentaram o crime e a relevância das atividades da parlamentar executada. Ao todo, foram 60 entrevistados que já costumam ser fontes dos meios de comunicação. Em menor número, o Jornal Nacional ouviu os relatos de outros 11 entrevistados que eram os parentes das duas vítimas, amigos e moradores do complexo de favelas da Maré. Mais seis pessoas, selecionadas nas ruas de forma aleatória para as entrevistas de “povo-fala”, também participaram da narrativa (Quadro 03).

Quadro 03 - Entrevistados do JN

AUTORIDADES	REPRESENTANTES SOCIEDADE CIVIL	ARTISTAS	PARENTES E AMIGOS	POVO-FALA
38	14	8	11	6
chefe de polícia	2 advogados	artista plástico Cris Rodrigues	2 amigos de Anderson	assessora parlamentar
coordenadora do Gaeco do MP RJ	coordenador do Disque-Denúncia	atriz Zezé Motta	2 assessoras de Marielle	ativista social
comandante geral do Exército	diretora Anistia Internacional	cantor Caetano Veloso	filha de Marielle	funcionária pública
3 delegados	diretor da Associação Brasileira de Segurança	cantora Katy Perry	irmã de Marielle	mãe de policial
2 deputados estaduais RJ	diretor da FGV	cantora Maria Gadú	mãe de Marielle	2 moradores da Maré
3 deputados federais	diretor Fundação Ford	compositor Chico Buarque	mulher de Anderson	
deputado português	diretor da Human Rights Watch	escritora Carolina Rocha	mulher de Marielle	
ex-chefe Estado Maior da PM	fundador da ONG Rio de Paz	escritora Conceição Evaristo	pai de Marielle	
2 governadores do RJ	membro do Fórum de Segurança		professor de Marielle	
ministro da Justiça	presidente da OAB RJ			
ministro da Segurança Pública	representante do Instituto Sou da Paz			
5 ministros do STF	representante do Movimento Negro Unificado			
prefeito do Rio de Janeiro	socióloga			
presidente da Associação Magistrados				
presidente da Câmara Federal				
2 presidentes da República				
presidente da União de Vereadores				
presidente de partido político				
presidente do Senado				
procuradora geral da República				
3 promotores de justiça				
secretário de segurança pública				
senador				
vereadora de Niterói				
vereadora do Rio de Janeiro				

Fonte A autora (2020)

Constatamos, assim, que o Jornal Nacional abriu espaço para vozes frequentemente ausentes na mídia, o que representa um avanço em direção à pluralidade. Os jornalistas envolvidos na cobertura mostraram-se satisfeitos com a oportunidade de dar voz às minorias sociais.

[...] a Globo deu voz a todos, a essas minorias todas, os negros, os gays, sabe, os religiosos, eu acho que a gente acabou abordando tudo. Assim... de uma maneira respeitosa, 'né', de uma maneira delicada. [...] não é porque você vai falar sobre preconceito, sobre gay, sobre negros que você não pode falar a verdade. Você pode falar a verdade, mas eu acho que tem que ser delicado, tem que ser justo, vamos dizer assim. É dessa maneira assim que eu enxergo e que eu acho que foi a nossa cobertura (REPÓRTER A – informação verbal).

Como Marielle Franco se descrevia nas mídias sociais como “mulher, negra e cria da Maré”, buscamos as vozes destas minorias sociais nas reportagens exibidas. Encontramos 44 homens, 23 mulheres, sendo uma delas a companheira da vereadora e uma transsexual. Também no total dos entrevistados, foram 56 brancos e 11 negros, conforme Quadro 04.

Quadro 04 - Incidência de gênero e raça dos entrevistados do JN

HOMENS	MULHERES	BRANCOS	PRETOS
44	23	56	11

Fonte: A autora (2020)

Logo, os relatos das minorias ainda foram em menor quantidade. O abismo aprofunda-se quando se trata da cor da pele. Foram ouvidos cinco vezes mais brancos do que negros. Mesmo quando a cobertura jornalística se referia a uma mulher negra, essas vozes não prevaleceram na narrativa do telejornal. Apesar da expressiva diferença numérica, os jornalistas acreditam que as minorias foram representadas.

[...] embora a gente não tenha talvez dado voz diretamente na matéria com uma sonora, com uma entrevista, porque eu acho que a cobertura era menos de entrevista e mais de uma matéria mais investigativa, mas eu acho que essas... que essas comunidades, eu acho que de alguma maneira se viram representadas ali quando se conta a história de quem era Marielle (REPÓRTER B – informação verbal).

4.2.4 Visualidade

Consideramos a maneira como cenários e recursos visuais foram construídos, assim como as imagens usadas para contar a história. As reportagens foram anunciadas em estúdio, onde os âncoras sentados à bancada tinham ao fundo do cenário a projeção de fotografias das duas vítimas, fazendo com que o telespectador identificasse de imediato o tema tratado, antes mesmo do início da leitura da notícia (Figura 03).

Figura 03 – Apresentação de notícia sobre Marielle e Anderson.



Legenda: O âncora William Bonner na bancada do JN em 15/03/2018
 Fonte: Globo Play <https://globoplay.globo.com/v/6583001/programa/>

Verificamos também que o Jornal Nacional não utilizou imagens gravadas pelos profissionais da emissora para mostrar a vereadora Marielle Franco, pois não possui em seus arquivos. O telejornal recorreu a vídeos do acervo da própria parlamentar, imagens cedidas pela TV Rio Câmara, vídeos disponibilizados na internet e fotografias. O trabalho dos repórteres-cinematográficos da emissora foi exibido nas reportagens e entradas ao vivo sobre as investigações policiais e as manifestações populares, incluindo as imagens aéreas feitas pela câmera acoplada ao helicóptero.

Para compor a narrativa do crime, o telejornal utilizou ainda imagens captadas por celulares, vídeos de câmeras de segurança e de monitoramento de trânsito, imagens de arquivo, desenhos em simulações e recursos gráficos feitos em computador, além da reprodução de documentos. Os jornalistas da emissora relataram dificuldades em realizar uma grande cobertura para televisão com poucas imagens.

[...] o que a gente tinha de imagem para a cobertura na verdade eram as câmeras, as câmeras da rua que mostravam o percurso do carro, fachada lá do local onde foi a última reunião, imagem lá do lugar e fora isso documento. A partir daí era tudo documento e destaques da investigação, relatório do Ministério Público. Mas realmente é pouco material se você for pensar na quantidade de reportagens que a gente teve que produzir nesse período, 'né', muito pouco realmente (REPÓRTER B – informação verbal).

Observamos a frequência de *fade* em *black* (tela preta) na montagem das reportagens por apenas algumas frações de segundo no corte de uma imagem para outra. Ainda que pouco perceptível aos olhos do telespectador, tal recurso visual imprimiu dramaticidade às imagens da narrativa. Vale destacar as imagens exclusivas que a produção conseguiu com momentos da perseguição ao carro da vereadora e da emboscada, o que permitiu ao telejornal adotar a retórica de crime premeditado.

O JN também recorreu à internet e às redes sociais, exibindo transcrições de postagens e textos de sites, mapas computadorizados com a base do Google Earth e *hashtags* publicadas em redes sociais. Os jornalistas A e B fizeram reportagens para o JN e revelaram durante suas respectivas entrevistas à essa pesquisadora que os profissionais na redação da Rede Globo buscaram não somente imagens da parlamentar na internet, mas também dados para traçar o perfil, principalmente nas páginas da própria vereadora nas redes sociais.

[...] as redes sociais elas de fato ajudaram a gente a conhecer a Marielle. E a gente foi perceber que ela era conhecida entre o público jovem. Exatamente por ela ser muito atuante nas redes sociais. [...] a gente recorreu muitas vezes ao Face (Facebook), ao Insta (Instagram), ao Youtube, ‘pra’ gente poder ter elementos ‘pra’ contar a história dela, ‘pra’ contar quem era essa mulher. A gente também não tinha imagem nenhuma. A gente não tinha imagem dela. Eu acho que sem as redes sociais a gente teria um prejuízo imenso ‘pra’ contar a história detalhada dessa mulher, entendeu? De tudo que ela defendeu, tudo que ela vinha fazendo, as movimentações dela, o que ela pensava, o que ela defendia (REPÓRTER A – informação verbal).

[...] as redes sociais são como uma fonte de informação e como uma fonte de repercussão do que acontece. Hoje já virou uma das fontes nossa. Se antes a gente ligava um a um para ver a repercussão e tal, hoje antes que a gente pegue o telefone para ligar ‘pra’ uma personalidade ‘pra’ repercutir ou ‘pra’ uma entidade ‘pra’ repercutir alguma coisa, aquilo já ‘tá’ lá na rede social. Então, faz parte do nosso trabalho hoje monitorar as redes sociais. O jornalismo não pode ignorar isso, até porque hoje a gente tem um Presidente que se comunica basicamente pelas redes sociais, ‘né’. Eu acho que isso tem que ser levado em consideração. Acho que a importância da rede social é inquestionável (REPÓRTER B – informação verbal).

A atenção dos profissionais da Rede Globo às redes sociais não se restringiu apenas às imagens da parlamentar assassinada. Uma das reportagens chegou a apresentar uma *hashtag* sobreposta a uma imagem (Figura 04) na edição de 15 de março de 2018, associada ao seguinte texto verbal: Repórter Mônica Teixeira - “O complexo da Maré, onde Marielle nasceu e foi criada, estava de luto.”

Figura 04 – Favela da Maré.



Legenda: A imagem aparece sobreposta por hashtag em reportagem do JN em 15/03/2018

Fonte: Globo Play <https://globoplay.globo.com/v/6583001/programa/>

A novidade na tela da TV surgiu de uma ideia conjunta de repórteres e editores na redação da Rede Globo a partir do monitoramento do comportamento e reações de usuários das redes sociais. É o que revela o repórter B durante a entrevista.

Foi o que a gente observou durante o dia em postagens e em muitas delas, Maré de luto, Maré de luto, Maré de luto, e a gente reproduziu isso na reportagem. [...] Eu acho que essa ideia da hashtag, parece que a hashtag virou um sinônimo assim de... sabe quando aquilo ganha uma dimensão gigantesca ao ponto de virar uma hashtag? Quando se cria uma hashtag com uma expressão, com uma frase, e aquilo começa a viralizar, aí você tem a noção de que o assunto, ele extrapolou, ele realmente virou um assunto... é... gigante. A Maré que é um território que é difícil a gente conseguir entrar, é difícil a gente conseguir ter acesso, ouvir essas pessoas frente a frente é muito difícil, 'né'. Então, assim, nesse caso a rede social expôs o sentimento de uma comunidade inteira. E a gente percebeu como aquilo, como aquela comunidade 'tava' comovida porque a gente viu a repercussão na rede social. E a gente tinha que mostrar isso (REPÓRTER B – informação verbal).

A apropriação de elementos da linguagem da internet nas imagens indica não somente o processo de hibridação, mas também a interação do telejornal com as mídias sociais. Como mencionamos anteriormente, Bruns (2011) defende que na contemporaneidade o jornalismo deve buscar nas plataformas digitais subsídios para a produção de notícias que mereçam destaque. Tal aspecto evidencia que o Jornal Nacional estava atento ao comportamento da sociedade, que se manifestou nas ruas e nas redes sociais.

[...] você vê quando um assunto, quando um tema, ele realmente toca a sociedade como aquilo extravasa pelas redes sociais. A mesma coisa que aconteceu com a morte do George Floyd (nos EUA) e o *Black Lives Matter* (movimento antirracista) e todo mundo colando uma postagem totalmente preta, negra, 'né', no Instagram e nas redes sociais (REPÓRTER B – informação verbal).

Entretanto, a redação do JN não possui um setor ou profissional responsável por acompanhar as manifestações da sociedade nas redes sociais. A tarefa fica a cargo de um esforço individual ou de uma determinada equipe.

É uma percepção de cada um, uma percepção nossa de como esses assuntos vão chegando. E aí vem um e fala: olha, eu vi isso aqui. Outro: eu vi isso aqui, não sei quem se manifestou. É uma busca que vai pingando ali na redação e a gente vai juntando essas informações. Não existe um setor específico 'pra' isso (REPÓRTER B – informação verbal).

[...] não tem um monitoramento específico. São os produtores mesmo da rede (nacional), repórteres também dependendo da matéria. É um trabalho conjunto. Editores também. Assim, hoje em dia as pessoas metem muito a mão na massa [...] não há um setor voltado 'pra' isso, por enquanto não. Não sei se mais à frente em razão de todas essas mudanças aí... (REPÓRTER A – informação verbal).

Com a prisão dos acusados de terem executado a vereadora e o motorista em 12 de março de 2019, o JN destacou a diferença entre criminosos e vítimas, adotando a distinção de cores: preto e branco para as fotos de Marielle e Anderson, transmitindo uma sensação de luto

enquanto as fotos dos presos Ronnie Lessa e Élcio de Queiroz mantiveram as cores originais (Figuras 05 e 06).

Figura 05 – Anderson e Marielle



Legenda: Fotos das vítimas em preto e branco no JN de 12/03/2019.

Fonte: Globo Play <https://globoplay.globo.com/v/7451036/programa/>

Figura 06 – Acusados do crime



Legenda: Fotos dos acusados em cores no JN de 12/03/2019.

Fonte: Globo Play <https://globoplay.globo.com/v/7451036/programa/>

4.2.5 Som

Nesta categoria, relacionamos os elementos sonoros que participaram da construção de sentidos do grande texto audiovisual, incluindo sons ambiente, palavras, ruídos, trilha sonora e até o silêncio. O encerramento da primeira edição após o crime foi em silêncio, sem a tradicional trilha sonora tema do Jornal Nacional, o que demonstrou respeito às vítimas. O silêncio também foi um recurso usado no final de algumas reportagens.

O sobe som de manifestantes gritando palavras de ordem como “Marielle, presente” e de aplausos reforçou a ideia de homenagem à vereadora. Já os sobe sons de um padre rezando no cemitério em reportagem do dia 15 de março de 2018 e rajadas de tiros associadas à imagem de uma submetralhadora na edição de 19 de março do mesmo ano imprimiram certo impacto à ideia da morte. Aumentando ainda mais o tom dramático da narrativa, reportagens exibiram uma música sobre tristeza entoada pelo cantor Caetano Veloso e poemas recitados tanto pelo pai de Marielle quanto por uma amiga escritora.

Em março de 2019, o sobe som do diálogo entre um policial civil e um suspeito de colaborar com os atiradores presos, guardando caixas com armas em um imóvel, transmitiu a sensação de que o telejornal estava ‘em cima do fato’, ou seja, apresentou um flagrante:

Policial - “Você tem ciência do que a gente tá achando aqui? O que é isso aqui?”

Suspeito - “Eu não tenho ideia do que é. Tava tudo lacrado, cara. Eu não abri. Ele falou que ia vir buscar isso no mês seguinte, cara. Você pode ver que estava tudo lacrado. Eu não meti a mão em nada. Eu confiei nele, cara, acreditei nele.”

4.2.6 Edição

Buscamos compreender como as combinações entre o texto verbal e a imagem produziram sentidos. A primeira edição do Jornal Nacional após o crime apresentou a repercussão da morte da defensora dos Direitos Humanos. A notícia de abertura no primeiro bloco destacou a mobilização popular. O âncora leu a notícia diante das câmeras, demonstrando mais uma vez que o telejornal estava atento à opinião pública:

Apresentador William Bonner - “[...] os brasileiros foram tomados por um sentimento de indignação de tal ordem que, no fim do dia, milhares de pessoas estavam nas ruas para deixar muito claro: os cidadãos de bem deste país exigem a investigação rápida e a punição exemplar dos assassinos.”

A combinação das imagens e palavras na montagem das reportagens salientou a deferência do Jornal Nacional à trajetória da parlamentar e o reconhecimento da gravidade do crime. A cobertura do fato foi organizada em torno de pontos centrais do tema como: o crime em si, os enterros das vítimas, o perfil de Marielle Franco, o perfil de Anderson Gomes, a comoção social, incluindo as manifestações populares e a repercussão internacional, as investigações policiais e a prisão dos atiradores. No entanto, o JN também trouxe à baila a discussão sobre os Direitos Humanos para todos. Em uma reportagem da edição de 20 de março de 2018, o ex-chefe do Estado Maior da PM do Rio de Janeiro e a mãe de um policial

morto em confronto elogiaram o trabalho da vereadora e sua equipe na defesa também das famílias dos policiais:

Mãe de policial - “No início que fiquei assim meio desconfiada, né. Pôxa vida, logo Direitos Humanos, que não gosta de policial? Eu tinha aquela visão errada, né, dos Direitos Humanos. Os Direitos Humanos são isso aí, ajuda família de polícia [...]”

No entanto, os jornalistas da Rede Globo não entenderam a abordagem dos Direitos Humanos como um aspecto novo, pois ressaltaram que o processo de mudança do Jornal Nacional nos últimos anos, visando aproximação com a audiência, incluiu pautas mais humanistas na rotina produtiva, atendendo a uma demanda da própria sociedade brasileira.

Não foi com Marielle que o Jornal Nacional passou a tratar de temas como esses, como por exemplo, a questão do gênero, a questão de Direitos Humanos, eu acho que esses já eram assuntos que já eram retratados. Eu acho que o Jornal Nacional, ele tem, claro que de uma forma muito mais lenta que os outros telejornais que a gente tem, aqui inclusive no Rio de Janeiro, mas ele tem se adequando à sociedade, à maneira como as pessoas hoje se comunicam, o que elas querem ver. Ele tem que se libertar um pouco, tem que ser um jornal cada vez mais solto assim, mas claro que isso é bem devagar no Jornal Nacional. Mas se tiver uma mudança acontecendo, eu acho que é mais uma mudança que reflete uma mudança da sociedade (REPÓRTER B – informação verbal).

Dessa forma, o JN aproxima sua linha editorial das diretrizes traçadas pelo Grupo Globo, como relatamos no início deste capítulo. A tendência ao “humanismo solidário”, identificado por Becker (2020), foi percebida pelos jornalistas.

Eu associo muito, por exemplo, no passado (2019) o JN registrar todos os dias qualquer caso de feminicídio, por mais que tenha sido em algum lugar mais afastado dos grandes centros, por mais que tenha sido um ato contra uma pessoa e não contra um grupo de mulheres, eu associo muito essa decisão do JN a um movimento nas redes de denúncia e de posição das mulheres em relação a como essa violência precisa ser enfrentada (REPÓRTER C – informação verbal).

Quanto às características do crime, a primeira edição que foi ao ar após o assassinato, em 15 de março de 2018, já indicou que se tratava de um atentado:

Repórter Bette Lucchese - “Os assassinos não agiram de forma improvisada. planejaram a ação.”

Entre os profissionais da emissora existe a convicção de que o crime teve motivação política, o que ficou expresso nos depoimentos.

Eu penso que de cara se percebeu do que se tratava, ‘né’, um crime de execução, não apenas uma situação de violência urbana como essas que a gente vê com frequência na sociedade violenta em que a gente vive. Mas eu acho que houve uma percepção de cara que era um crime, uma execução, encomendado contra um representante de um poder parlamentar. E aí as outras questões que se seguiram: uma mulher, uma mulher negra, atuante em sua comunidade, representante de sua comunidade, uma

voz marginal no sentido de vida à margem da sociedade, ‘né’, nas favelas (REPÓRTER C – informação verbal).

Na mesma edição, a reportagem de Paulo Renato Soares apresentou o perfil da vereadora e valorizou a história da mulher que venceu na vida, exibindo as luzes da favela à distância:

Repórter Paulo Renato Soares - “Se a morte de Marielle teve a intenção de calar a mulher que *se fez ouvir além dos muros da favela*, a partir de hoje a voz dela vai estar ainda mais presente” (grifo nosso – Figura 07).

Figura 07 – Passagem do repórter



Legenda: Repórter com favela ao fundo no JN de 15/03/2018

Fonte: Globo Play <https://globoplay.globo.com/v/6583001/programa/>

As frentes de luta da parlamentar foram apresentadas na reportagem do JN com imagens de vídeo da própria equipe de trabalho da vereadora combinadas às frases do texto verbal:

Repórter Paulo Renato Soares - “Mulher, negra, cria da maré, defensora dos Direitos Humanos. era assim que Marielle se descrevia nas redes sociais. Era assim que ela vivia. [...] Marielle era a voz forte em *defesa dos jovens, das mulheres, dos negros, dos homossexuais*” (grifo nosso).

Os aspectos identitários da vereadora, portanto, foram citados nas reportagens do Jornal Nacional. O jornalista D, responsável pela edição de diversas reportagens, salienta que a questão da homossexualidade da vítima do homicídio motivou uma determinação interna na emissora.

Lá na Globo passa muito mais pelo interesse político do que pela moral. [...] a única orientação que eu tive desse caso Marielle, aliás, foi chamar a Mônica (Benício) de viúva. Ela não é companheira, ela não é namorada, ela é viúva. Essa foi uma orientação que a gente recebeu (EDITOR D – informação verbal).

Outras profissionais da Rede Globo salientaram, no entanto, a independência que tiveram para traçar o perfil de Marielle Franco nas reportagens.

A gente tem uma liberdade, apesar das pessoas acharem que a gente não faz muito texto, que a gente segue um roteiro, não pelo contrário. A gente faz sim a matéria. Lógico que a matéria é discutida com o editor e depois passa ‘pra’ mão de um ou dois chefes, dependendo do negócio, mas assim, não há uma censura. Eu participei das reuniões que definiam as pautas, que definiam as matérias, então não havia assim: ah, não podemos dizer que ela era homossexual, não podemos dizer... não, pelo contrário, era uma defensora das minorias. A gente só delineava realmente as matérias, os tipos de matérias, o que a gente tinha que abordar naquele dia (REPÓRTER A -informação verbal).

Ainda em 15 de março de 2018, a reportagem de Mônica Teixeira exibiu a comoção social e chegou a exagerar a capacidade de luta da vereadora, sem sequer mencioná-la no texto verbal, pois a imagem na tela era de Marielle, o que transmitiu ao telespectador a mensagem de que a parlamentar exercia tal papel exacerbado: Repórter Mônica Teixeira - “Uma voz contra *todo tipo de desigualdade e injustiça*, calada violentamente” (grifo nosso - Figura 05).

Figura 08 – Marielle Franco.



Legenda: JN em 15/03/2018

Fonte: Globo Play <https://globoplay.globo.com/v/6583001/programa/>

Embora as palavras que definiram Marielle Franco nessa reportagem tenham exaltado os feitos da vítima de maneira excessiva, o texto da repórter passou por muitas revisões. Além do editor responsável pela matéria, todos os textos escritos para o JN são avaliados pelo chefe de redação do núcleo de rede (nacional), o jornalista Márcio Sternick. Uma prática relatada nas quatro entrevistas realizadas com jornalistas da Rede Globo.

O texto todo tem que ser aprovado. A não ser que seja matéria, assim, que não tem muita implicação, entendeu? Uma matéria mais corriqueira você faz, agora as matérias que são mais delicadas, a gente sempre precisa de aprovação. [...] Nunca recebi nenhuma orientação nesse sentido: olha, temos de transformar Marielle numa mártir (REPÓRTER B – informação verbal).

Escrevo meu próprio texto, vou batendo a bola com o editor, principalmente quando factual porque às vezes têm apurações que tão acontecendo não apenas no local onde você ‘tá’, né [...] o que eu não sei o editor vai colocando, se tem uma informação errada, corrige, se a informação que surge muda a estrutura do texto, a gente faz alteração também. Uma matéria do JN passa às vezes pelos olhos de três editores: o editor da matéria, o diretor da editoria Rio e o chefe de redação de rede (REPÓRTER C – informação verbal).

Outros jornalistas que participaram da cobertura do crime ratificaram não ter havido qualquer orientação direta da emissora para exaltar a parlamentar nas reportagens.

Eu acho que a gente não enalteceu, mas a gente traçou o perfil dela realmente, entendeu? É... sem tingir demais a tela, e sem tonar a coisa muito neutra porque não é, você tá entendendo? Ela realmente era uma defensora de minorias (REPÓRTER A – informação verbal).

[...] não houve nenhum pedido nesse sentido de precisamos glorificar Marielle. Mas eu ouvia sim precisamos explicar quem era ela, o que ela defendia e no que ela acreditava. Havia uma preocupação da gente dizer quem era a personagem Marielle, apresentar postumamente a Marielle ao Brasil, que nem no Rio de Janeiro ela era conhecida do grande público [...] dizer a origem dela, quem ela representava, uma jovem criada no Complexo da Maré que depois cursou vestibular comunitário, defendia projetos em relação ao direito de moradia, direito de habitação de pessoas de periferia, um pouco isso, contar a história dela (REPÓRTER C – informação verbal).

Os profissionais reconhecem, no entanto, que os interesses políticos e econômicos da emissora permeiam a construção das notícias, mesmo que por muitas vezes não sejam evidentes.

[...] não teve assim: “olha, vamos enaltecer a Marielle. Não existe isso. Óbvio que é uma empresa que tem interesses políticos, se vê que é... tudo que fala de Bolsonaro é extremamente... delicado. Por exemplo, o episódio do porteiro, que chegou perto do Bolsonaro, a gente tinha orientação de dizer: ‘Bolsonaro estava em Brasília’. Mas como você vai tratar Marielle não. A gente não recebe isso assim, não é essa coisa aberta desse jeito (EDITOR D – informação verbal).

Outra matéria do JN traçou o perfil do motorista Anderson Gomes como um trabalhador que lutava para sustentar a família. Assim, a reportagem de Ari Peixoto provocou a identificação com a audiência, conforme mencionada por Vaz, Cardoso e Félix (2012).

Repórter Ari Peixoto - “[...] trabalhava há dois meses para a vereadora Marielle Franco em substituição ao motorista oficial da parlamentar que se acidentou. Era um bico, um dinheiro extra que ganhava para dar uma vida melhor para a mulher Ághata e pro filho Arthur de um ano de idade.”

No dia seguinte, em 16 de março, o JN reafirmou a premeditação do crime ao exibir as primeiras imagens de câmeras de segurança que registraram o carro dos acusados à espera da vereadora que participava de um evento. Na mesma edição, a reportagem de Danilo Vieira reforçou o tom de seriedade, usando uma figura de linguagem no texto verbal (personificação)

associada à imagem da bandeira nacional: Repórter Danilo Vieira - “A democracia a meio mastro hoje veio pagar sua penitência” (Figura 09).

Figura 09 – Bandeira brasileira a meio mastro



Legenda: JN em 16/03/2018

Fonte: Globo Play <https://globoplay.globo.com/v/6586260/programa/>

Exercendo a função de mediação do jornalismo, o Jornal Nacional serviu de intermediário entre a audiência e o poder público, cobrando a elucidação do crime através da linguagem verbal e não verbal, como nessa reportagem de Danilo Vieira.

Repórter Danilo Vieira - “Em Buenos Aires, um dos cartazes em volta do obelisco perguntava: quem matou Marielle? (Figura 10).

Figura 10 – Cartaz com cobrança pela elucidação do crime



Legenda: JN em 16/03/2018

Fonte: Globo Play <https://globoplay.globo.com/v/6586260/programa/>

O JN também criticou as falhas na gestão da segurança pública no estado do Rio de Janeiro, como na reportagem de Carlos de Lannoy, na mesma edição do dia 16 de março de 2018, com imagens de cápsulas de balas ao redor do carro onde as vítimas foram executadas:

Repórter Carlos Lannoy - “As cenas de um crime sempre deixam pistas pra investigação. mas no Rio, na maioria das vezes, elas não levam a lugar nenhum” (Figura 11).

Figura 11 – Projéteis no asfalto



Legenda: JN em 16/03/2018

Fonte: Globo Play <https://globoplay.globo.com/v/6586260/programa/>

Observamos que a cobrança pelo esclarecimento do assassinato se repetiu em praticamente todas as edições analisadas. Em março de 2018, textos verbais e imagens exigiam saber quem tinha cometido o assassinato da parlamentar. Já em março de 2019, com a prisão de dois acusados pelo Ministério Público do Rio de Janeiro de terem efetuado os disparos contra o carro de Marielle e Anderson, o telejornal passou a cobrar das forças policiais a prisão de possíveis mandantes, como será detalhado adiante.

Foi um trabalho de jornalismo investigativo muito grande, envolveu uma equipe inteira assim. E muitas vezes, informações chegavam, essa equipe conseguia informações até que a polícia não tinha, entendeu? Então, eu acho que foi justamente por esse trabalho que essa investigação continua na pauta. Assim, não foi um crime esquecido porque acho que a Globo tem um papel grande nisso, o jornalismo da Globo, de não deixar ser esquecido (REPÓRTER B – informação verbal).

Em 17 de março de 2018, a reportagem de Paulo Renato Soares contextualizou o crime e a posição da vereadora morta diante do cenário político do Rio de Janeiro.

Repórter Paulo Renato Soares - “O assassinato de uma líder política promissora é mais um desafio para a intervenção federal na segurança pública do Rio, que completou um mês. Marielle foi contra a intervenção por temer que os mais pobres, moradores de comunidades, pudessem ser prejudicados.”

Em 19 de março, mais uma vez a questão dos Direitos Humanos foi tratada nas reportagens de Lilia Telles e de Bette Lucchese:

Repórter Lilia Telles - “*A luta pela democracia e pela igualdade* já era uma das bandeiras de Marielle desde os tempos do curso pré-vestibular na favela da Maré há vinte anos” (grifo nosso).

Repórter Bette Lucchese - “Ao mesmo tempo em que acusava a má conduta de PMs, a vereadora também atuava em favor de policiais vítimas da violência no Rio.”

O Jornal Nacional também reforçou o papel de mediador entre os fatos e a audiência ao exibir reportagens sobre as consequências de *fake news*. Para o jornalista A., tal estratégia serviu para corroborar o valor da própria atividade informativa.

[...] reforçar a importância do telejornal, da informação confiável, você ‘tá’ reafirmando a importância: oh, cara, quando você tá vendo um negócio aí, se você tá na dúvida consulta lá ou o nosso *site* ou nosso jornal. [...] O que ajudou a causar uma indignação maior, que causou até guerra na internet foi exatamente aquelas... *fake news* que surgiram tentando destruir a imagem da Marielle (REPÓRTER A – informação verbal).

O jornalista B considera que a circulação de notícias falsas na internet representa uma ameaça ao jornalismo.

Na verdade, as pessoas passaram a se informar pelas redes sociais, uma mudança de comportamento, passaram a se informar. Agora quem é que ‘tá’ por trás dessa informação e se essa informação é fiel ou não, como é que as pessoas vão fazer? Então, eu acho que isso acabou sendo uma certa ameaça ao jornalismo sério, ao jornalismo que tem uma investigação por trás, tem todo um trabalho de apuração. [...] Então, isso não é uma preocupação do Jornal Nacional em si, mas é uma preocupação do jornalismo como todo e de qualquer jornalista, né, porque a gente checa, checa de novo e depois fala mais uma vez só ‘pra’ poder botar a informação mais precisa possível no ar. E aí a gente vê que as pessoas estão se alimentando de informações que a gente não sabe sequer de onde vieram (REPÓRTER B – informação verbal).

Misturando o tom de denúncia com orientação ao público, o telejornal demonstrou como as notícias falsas, disseminadas por redes sociais, podem ser prejudiciais, exibindo a história de personagens reais que sofriam com *fake news*. Entre elas, uma professora da Região Nordeste do Brasil portadora de Síndrome de Down, que também sofreu difamação por meio da internet, o que supostamente sensibiliza a audiência. O JN revelou ainda as notícias falsas mais compartilhadas sobre a vereadora Marielle Franco e divulgou nomes de um delegado de Pernambuco, Jorge Ferreira, do deputado federal Alberto Fraga, do Distrito Federal, e da desembargadora do Tribunal de Justiça do Rio, Marília Castro Neves, que espalharam tais calúnias, como na reportagem de Mônica Teixeira em 19 de março de 2018:

Repórter Mônica Teixeira - “Uma postagem que se multiplica pelas redes sociais na velocidade de um simples toque dos dedos. E cria uma onda de boatos, informações falsas e calúnias”.

Em contraponto às notícias falsas, as edições analisadas salientaram o jornalismo investigativo, apresentando imagens e detalhes inéditos sobre o crime e as investigações policiais. O investimento no jornalismo investigativo foi evidenciado na exclusividade do depoimento da única sobrevivente do atentado, na revelação de que a munição usada pelos atiradores foi desviada de um lote pertencente à Polícia Federal e na exibição em primeira mão de imagens de câmeras de segurança e de trânsito que gravaram a perseguição ao carro das vítimas (Figura 12). Portanto, ao mesmo tempo em que demonstrou o perigo das notícias falsas, o JN valorizou o chamado “furo” de reportagem.

Figura 12 – Perseguição ao carro da vereadora



Legenda: JN em 19/03/2018

Fonte: Globo Play <https://globoplay.globo.com/v/6592532/programa/>

Em março de 2019, a estratégia editorial do Jornal Nacional se repetiu. Além de apresentar reportagens sobre as prisões dos dois acusados do crime, o jornalismo da Rede Globo investiu na apuração dos detalhes e dos bastidores da investigação policial. O JN exibiu reportagens sobre o patrimônio dos acusados e afirmou que obteve imagens exclusivas, como na matéria de Paulo Renato Soares em 15 de março de 2019.

Repórter Paulo Renato Soares - “O vídeo que a TV Globo *obteve com exclusividade* mostra o momento em que Ronnie Lessa chega ao caixa ao lado do filho, que está com uma mochila” (grifo nosso).

Dessa forma, o Jornal Nacional contribuiu para reforçar a credibilidade do jornalismo da Rede Globo de Televisão e da própria imprensa. No entanto, os profissionais da emissora revelaram durante as entrevistas semiestruturadas que o sigilo de Justiça impediu o JN de divulgar todos os detalhes do inquérito policial.

A gente teve acesso à câmera, a gente teve acesso à linha de investigação... A Globo foi proibida de divulgar o conteúdo do inquérito, a gente tem o inquérito e

judicialmente a Globo foi impedida, entraram na Justiça ‘pra’ gente não divulgar (EDITOR D – informação verbal).

4.3 **Análise Qualitativa**

O estudo qualitativo é o segundo momento da análise televisual, com a aplicação de três princípios de enunciação: fragmentação, dramatização e definição de identidade e valores.

4.3.1 Fragmentação

Observamos a sequência das notícias no “espelho” (roteiro) do telejornal, verificando de que forma a distribuição dos conteúdos interferiu no entendimento da complexidade da execução de uma defensora dos Direitos Humanos. Percebemos que os textos verbais trataram o crime como um fato político, com a “intenção de calar a voz de Marielle” (reportagem de 15 de março de 2018). O depoimento do secretário de segurança pública do Rio de Janeiro, general Richard Nunes, na reportagem de Lilia Telles, em 29 de março de 2018, confirmou a hipótese de motivação política.

Secretário de Segurança Pública do RJ - “Não há dúvida de que a atuação política dela, o que ela representa politicamente, não só no momento, mas até no futuro o que ela poderia representar, indica que a gente deve ter um olhar mais apurado nessa direção. Isso é inegável. Na área pessoal, isso não tem nada a ver.”

No entanto, dez dias antes, em 16 de março do mesmo ano, uma reportagem de Mônica Teixeira, na editoria de polícia apresentou a notícia do aumento de homicídios no Rio de Janeiro, fazendo um compilado de crimes e incluindo o assassinato da parlamentar, misturou-o com casos de violência urbana. Além disso, o ordenamento do “espelho” das edições examinadas expôs em sequência a cobertura da morte de Marielle Franco e notícias da intervenção federal militar no estado ou de tiroteios. Portanto, apesar do tratamento da cobertura do crime como fato político na maior parte das edições, a fragmentação acabou por associá-lo à temática da violência urbana no Rio de Janeiro, dificultando a compreensão com clareza das questões relacionadas ao assassinato.

Tal confusão acentuou-se com as reportagens sobre a prisão dos dois acusados do crime no ano seguinte, pois o telejornal explicitou as ligações de ambos com grupos paramilitares, as milícias, ou seja, uma questão de segurança pública. Simultaneamente,

informou que um dos presos morava em um condomínio em frente ao mar, onde políticos têm casas, conforme matéria de 12 de março de 2019:

Repórter Paulo Renato Soares - “Ronnie Lessa mora na Barra da Tijuca, no mesmo condomínio onde o presidente Jair Bolsonaro tem casa.”

Além disso, a sonora editada de um entrevistado exibida em 14 de março de 2019 salientou o aspecto político do crime: Deputado estadual Luiz Paulo Corrêa - “Ela lutava muito frequentemente por justiça social e pela defesa dos Direitos Humanos. E seguramente contrariava muitos interesses.”

Portanto, a fragmentação dos temas no ‘espelho’ do JN assim como em algumas reportagens acabou sendo prejudicial à compreensão da motivação do crime, embora reconheçamos que o telejornal tenha se dedicado a explicar os fatos em detalhes. Nesse sentido, Becker (2012, p. 244) esclarece que o caráter enxuto dos produtos televisivos e a organização do conteúdo em blocos muitas vezes “dificultam que o telespectador tenha a noção do todo ou o aprofundamento, por exemplo, de questões relevantes [...]”

4.3.2 Dramatização

Neste princípio enunciativo, verificamos os aspectos que aproximaram a narrativa do telejornal ao texto da ficção, despertando sensações e emoções. “Esse processo é acentuado pelo uso da técnica e de recursos audiovisuais empregados na construção do produto audiovisual, gerando um apagamento das fronteiras entre a realidade e a ficção.” (BECKER, 2012, p. 244). O jornalista C do Jornal Nacional mostra-se consciente da potência da linguagem audiovisual no apelo à dramatização e na produção de sentidos.

Não existe linguagem que seja totalmente neutra, precisa de certa forma interpretar os fatos, ‘né’. Eu não ‘tô’ dizendo assim dar sua opinião nos fatos, mas interpretar alguma coisa, alguma uma imagem, interpretar, no caso da televisão, principalmente a imagem. Você não precisa dizer que o céu amanheceu azul porque isso a imagem já vai ‘tá’ mostrando. Ou que em homenagem à Marielle, os manifestantes depositaram uma rosa num jardim. A imagem provavelmente vai ‘tá’ mostrando, mas o que aquele ato significa? Você precisa transcender um pouco a obviedade da imagem para que aquilo ali seja um pouco mais agradável, que seja até mais informativo porque você dá outro senso, outra direção à imagem que ‘tá’ sendo mostrada no vídeo. Então, eu acho que eu sempre tenho ‘pra’ mim, o importante não apenas repetir a imagem, mas dizer mais alguma coisa além disso (REPÓRTER C – informação verbal).

Imagens dos rostos de manifestantes chorando e se abraçando expressaram a tristeza provocada pelas mortes. Tal sentimento foi reforçado por textos verbais, como na reportagem de Danilo Vieira em 16 de março de 2018:

Repórter Danilo Vieira - “Hoje à tarde, amigos e colegas dela se reuniram para um aperto de mão, um abraço forte, algumas palavras. Qualquer coisa capaz de oferecer algum conforto num momento agudo de tristeza” (Figura 13).

Figura 13 – Manifestantes emocionados



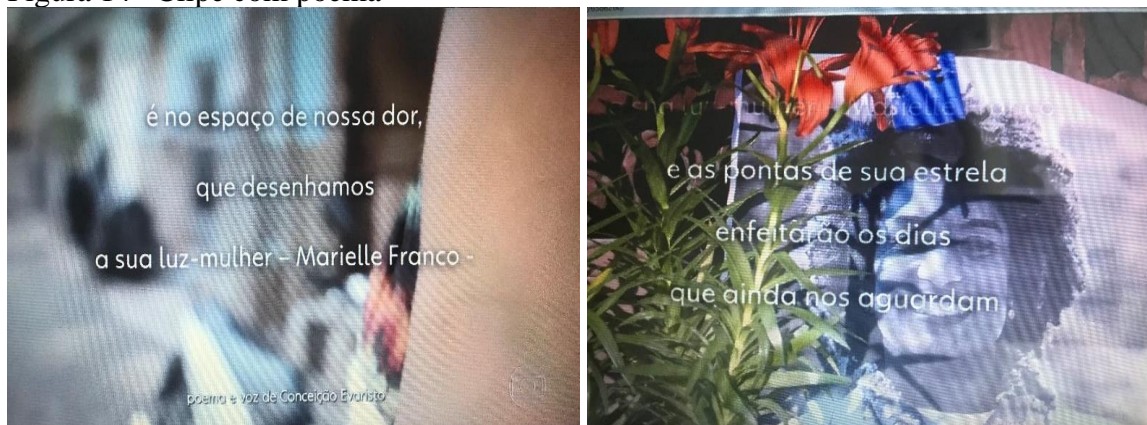
Legenda: JN em 16/03/2018

Fonte: Globo Play <https://globoplay.globo.com/v/6586260/programa/>

A mesma reportagem encerrou com um videoclipe de imagens cuidadosamente selecionadas, o que remeteu à linguagem poética das imagens, e caracteres do texto de poema enquanto foi recitado pela escritora Conceição Evaristo:

Escritora - “É no espaço de nossa dor que desenhamos a sua luz-mulher, Marielle Franco, as pontas de sua estrela enfeitarão os dias que ainda nos aguardam” (Figura 14).

Figura 14– Clipe com poema



Legenda: Imagens sobrepostas por poema em JN de 16/03/2018

Fonte: Globo Play <https://globoplay.globo.com/v/6586260/programa/>

Ainda na edição citada acima, a transcrição de uma postagem de rede social em uma reportagem voltou a apresentar a figura de linguagem da personificação, mais usada no gênero literário.

Repórter Mônica Teixeira - “A Maré perdeu uma *filha*. O conjunto *sangra*, com suas 16 favelas e seus 147 mil moradores” (grifo nosso).

Em 30 de março de 2018, o pai de Marielle lê um poema acróstico de própria autoria enquanto os versos aparecem na tela no encerramento de uma reportagem de Pedro Paulo Bassan:

Pai de Marielle - “Mulher, filha, mãe maravilhosa.

Amada, amigona, aclamada.

Rainha, realmente radiante.

Irmã sempre presente.

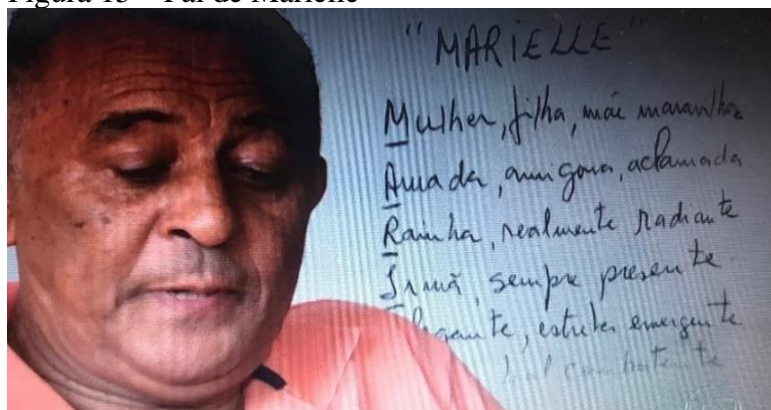
Elegante, estrela emergente.

Linda, leal combatente.

Laboriosa diferente.

Executada covardemente.” (Figura 15)

Figura 15 – Pai de Marielle



Legenda: Imagem do pai de Marielle e poema ao fundo em reportagem do JN em 30/03/2018.

Fonte: Globo Play <https://globoplay.globo.com/v/6624612/programa/>

A aproximação ao discurso poético tanto no tratamento das imagens quanto na forma verbal incorpora ao grande texto do telejornal o caráter emocional das funções poética e emotiva da linguagem, aquelas que são centradas na elaboração cuidadosa da mensagem e na transmissão de sentimentos. Ao recorrermos aos estudos da Linguística, entendemos que a função emotiva indica a capacidade que a linguagem tem de expressar o sentimento do emissor e a função poética contempla as significações (JAKOBSON, 2010). A função

emotiva foi trabalhada conscientemente pelos jornalistas que participaram da cobertura do caso Marielle.

Uma matéria por exemplo em que se trata de uma homenagem, em que se trata de um sentimento, em que se trata de uma reflexão sobre algo brutal que aconteceu, (é) preciso trazer as pessoas mais ‘pra’ perto, ‘pra’ que elas se solidarizem com aquele acontecimento também, ‘pra’ que aquele acontecimento, aquelas homenagens, toquem as pessoas também (REPÓRTER C – informação verbal).

4.3.3 Definição de Identidades e Valores

Buscamos as marcas enunciativas que indicaram os valores relacionados às notícias e o modo como os conflitos foram avaliados. A composição dos elementos da narrativa audiovisual expressou a importância da elucidação do crime e cobrou das autoridades. Enumeramos os exemplos dos textos verbais das reportagens.

16 de março de 2018: “Nós procuramos as autoridades pra saber o que está sendo feito.”

17 de março de 2018: “Quem teve a ousadia de calar Marielle Franco?”

20 de março de 2018: “[...] até agora a polícia não apresentou nenhuma resposta sobre quem matou, quem mandou matar e quais foram os motivos”.

21 de março de 2018: “A família tem vivido dias de muita emoção e expectativa. Estão todos preocupados com os poucos resultados apresentados pela investigação até agora.”

22 de março de 2018: “São oito dias de dor, de cobranças, de espera por justiça.”

23 de março de 2018: “Quem matou, quem mandou matar e por que ela foi assassinada?”

24 de março de 2018: “As famílias esperam que a polícia esclareça: quem são os assassinos, quem mandou matar e quais os motivos.”

26 de março de 2018: “E as principais perguntas sobre o crime estão sem resposta.”

27 de março de 2018: “Até agora a polícia do Rio não divulgou nenhuma informação sobre os responsáveis pelos assassinatos da vereadora.”

28 de março de 2018: “A polícia não dá qualquer declaração sobre o andamento das investigações.”

12 de março de 2019: “Mas ainda é preciso saber quem mandou matar e por quê.”

14 de março de 2019: “Ainda faltam algumas perguntas a serem respondidas, por exemplo, quem mandou e porque mataram Marielle” (sonora do pai de Marielle).

Os jornalistas ouvidos por essa pesquisa acreditam que a cobrança ao poder público consiste em uma das funções da imprensa.

Eu acredito que o jornalismo serve ‘pra’ isso. A gente sabe que empresa de comunicação é uma empresa, a gente sabe que tem interesses econômicos envolvidos e tudo isso, mas eu tento seguir essa trilha assim... acho que a missão é essa, entendeu? Eu acredito nisso (REPÓRTER B – informação verbal).

Para os profissionais da Rede Globo, instituições como a polícia funcionam melhor quando há pressão da imprensa por resultados. Deste modo, o jornalismo opera como salvaguarda do interesse público e da justiça.

Se não tivesse sido, vamos dizer assim, as matérias bem contundentes, a cobrança que nós fizemos, eu acho que esse caso tinha ficado pelo meio do caminho, quer dizer, meio do caminho ele está, mas eu acho que ele não teria saído daquela zona lá de conforto que a polícia costuma atuar. A imprensa, não só o Jornal Nacional, eu acho que a imprensa, como um todo, o papel da imprensa foi fundamental. [...] crimes que envolvem a política, envolvem uma organização criminosa maior, que envolvem pessoas mais poderosas, na maioria desses crimes não chega ao fim a investigação (REPÓRTER A – informação verbal).

Esse papel de interlocutor da sociedade ficou ainda mais explícito quando os apresentadores do telejornal conversaram informalmente na bancada depois de uma reportagem sobre outro tema na edição de 16 de março de 2018, em que o assassinato da vereadora ocupou 60,2% do tempo de produção do JN:

Apresentadora Renata Vasconcellos - “O jornalismo serve ‘pra’ isso também, né? Cobrar às autoridades.”

Apresentador William Bonner - “É ‘pra’ isso que a gente tá aqui.”

Também foi possível notar que o telejornal empreendeu uma defesa do jornalismo como fonte crível de informações ao combater *fake news* em diversas reportagens. O assunto foi tratado em três reportagens e uma nota coberta, que mostraram os responsáveis pela disseminação de notícias falsas desculpando-se ou sendo punidos. Dessa forma, o JN reforçou a veracidade e a credibilidade de suas informações em comparação com as publicações de redes sociais.

O Jornal Nacional ainda valorizou a história de superação da vereadora. Em 16 de março de 2018, o repórter Danilo Vieira apresentou texto verbal que associava a trajetória de Marielle Franco aos contos de ficção, enquanto a imagem mostrava ao fundo o prédio da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, conhecido como Palácio Pedro Ernesto, onde uma faixa ostentava os dizeres “Marielle gigante”.

Repórter Danilo Vieira - “A menina pobre que entrou no Palácio. Parece ficção, mas a verdade é que a menina pobre em questão entrou nesse Palácio não para viver uma fantasia, mas para exercer o seu mandato. Alguns podem dizer que agora essa história terminou. Mas há razões para acreditar que quando certos valores se espalham, quem lutava por eles não morre, apenas passa a existir de uma outra forma” (Figura 16).

Figura 16– Passagem do repórter com faixa ao fundo



Legenda: JN em 16/03/2018

Fonte: Globo Play <https://globoplay.globo.com/v/6586260/programa/>

A valorização da trajetória da vereadora contou com a aquiescência dos próprios profissionais da emissora, que enxergaram o mérito da jovem negra e pobre da favela em superar obstáculos socioeconômicos.

Eu acho que prevaleceu a imagem de uma mulher corajosa, uma mulher nascida na periferia e que não teve medo de lutar contra as forças policiais, não teve medo de lutar contra a milícia, que não teve medo de expor as bandeiras. Guerreira que não tinha medo de levantar bandeiras que são polêmicas e que no Rio de Janeiro, como é o caso de uma polícia extremamente agressiva e a milícia, são bandeiras que talvez possam, talvez, a gente não sabe, possam ter colocado a vida dela em risco, 'né'. Eu me lembro que em todas as reportagens esse perfil da Marielle era o perfil recorrente. A mulher negra que nasceu na periferia, que nasceu na comunidade, uma mulher que batalhou, que virou vereadora, uma das vereadoras mais votadas (REPÓRTER B – informação verbal).

Marielle foi percebida pelos jornalistas que participaram da cobertura do crime como uma parlamentar que morreu em prol de determinadas causas sociais.

O editor-chefe não pensou assim: precisamos mostrar, pintar as cores de uma heroína ao grande público. A gente sabendo que era uma moça de origem muito humilde, que tinha uma atividade parlamentar que 'tava' começando, mas que eram bandeiras nobres, socialmente justas, e que de repente é vítima de um assassinato brutal, tudo apontava naquele momento em função daquilo que ela defendia, do lugar político em que ela se colocava, tudo naquele momento apontava para sua atuação política. É difícil você fugir da imagem de que alguém morreu numa resistência, numa luta. E isso implica obviamente num papel de heroísmo, de bravura, de cumprimento de dever. Então, acho que é um pouco difícil escapar desse lugar (REPÓRTER C -informação verbal).

4.4 Interpretação dos resultados do JN

Nas edições do Jornal Nacional analisadas, os elementos de enunciação indicaram a atenção do noticiário ao comportamento da audiência diante do crime. O espaço de destaque ocupado pela cobertura do assassinato e o reconhecimento do trabalho da vereadora,

percebidos durante as pesquisas quantitativa e qualitativa da Análise Televisual, podem ser atribuídos tanto aos critérios de noticiabilidade inerentes ao fato quanto à tentativa de aprofundamento do vínculo do telejornal com a audiência. Como o telejornalismo fala para um certo público, a audiência presumida (VIZEU, 2005), entendemos que esse telespectador também orienta as decisões dos jornalistas na seleção, na hierarquização e no tratamento das notícias. Nesse caso específico da execução de Marielle Franco, a “expectativa da audiência” (GUERRA, 2014) funcionou no JN como valor-notícia, interferindo no julgamento dos jornalistas sobre o fato. As diversas manifestações populares e a grande repercussão do crime nas redes sociais, observadas no contexto em que a narrativa do Jornal Nacional foi produzida, evidenciaram o envolvimento do público com o assassinato da parlamentar e chamaram a atenção dos profissionais da emissora, conforme eles mencionaram nas entrevistas semiestruturadas.

Mesmo identificando outros parâmetros para a seleção do fato, como tragédia (morte), raridade, surpresa (inesperado), interesse público e localidade (Rio de Janeiro), todos os jornalistas da Rede Globo que participaram dessa pesquisa citaram a repercussão do crime na sociedade brasileira como um expressivo critério para a cobertura do acontecimento pelo principal noticiário do país.

Além de tal aprofundamento do vínculo, constatamos que o Jornal Nacional valorizou sua função de mediação ao orientar o público sobre as consequências de *fake news*, tomando para si a função pedagógica (VIZEU) de explicar o que era verdade ou mentira e reforçando a credibilidade do próprio jornalismo, como explicitou o repórter A: “reforçar a importância do telejornal, da informação confiável, você ‘tá’ reafirmando a importância.” Outra característica que contribui para esse reforço é o ‘furo’ de reportagem. A cobertura da Rede Globo investiu no chamado jornalismo investigativo e exibiu novidades sobre o crime, muitas vezes até mesmo pautando a polícia. Dessa forma, o Jornal Nacional manteve o ‘contrato de comunicação’ com a audiência. Segundo Charaudeau (2006), os veículos de comunicação precisam ser capazes de preservar a credibilidade e, com isso, garantir a autorização do público para falar, ou melhor, garantir o direito de produzir sentidos.

A utilização de elementos da linguagem da internet nos enunciados estabeleceu ainda um diálogo com os usuários das redes sociais, descartando uma perspectiva antagônica entre os meios e indicando uma relação complementar. Assim como defendido por Bruns (2011), os jornalistas da Rede Globo buscaram subsídios nas redes sociais para contar a história de Marielle Franco, tanto imagens quanto informações. E até *hashtags*.

A partir do contexto de uso das plataformas digitais como espaço de disputas argumentativas, o Jornal Nacional buscou também maior participação na produção de sentidos em torno da execução de uma defensora dos Direitos Humanos, construindo uma narrativa em que a motivação política para o crime prevaleceu. Ponto de vista evidenciado pelos jornalistas, como o repórter B que considerou um ataque à democracia: “Foi um crime proposital, com alvo escolhido. O alvo era uma política que defendia determinadas bandeiras. Isso torna esse crime gravíssimo.”

Da mesma maneira, o JN apresentou-se como um interlocutor indispensável junto ao poder público para cobrar a elucidação do crime. Constatamos que telejornal da Rede Globo explicitou tal papel tanto no texto verbal como nas imagens selecionadas. Os próprios jornalistas revelaram que enxergam esse papel de intermediação e cobrança como uma responsabilidade social da atividade informativa. Para o repórter A, “se não tivessem sido as matérias bem contundentes, a cobrança que nós fizemos, eu acho que esse caso tinha ficado pelo meio do caminho.”

Portanto, compreendendo que o jornalismo produz sentidos, deixa de ser mero reproduzidor do mundo real e passa a construir a realidade em sua narrativa. Foi o que verificamos na história contada sobre a trajetória da vereadora. O JN abordou as principais frentes de luta da parlamentar. Dedicou tratamento específico ao tema dos Direitos Humanos, explicando-o em reportagens de forma abrangente. Também citou a diversidade de gênero, mencionando a opção sexual da vítima, dando voz à Mônica Benício, companheira de Marielle, e a uma assessora parlamentar transexual. Atento às recentes transformações sociais, o Jornal Nacional compôs uma narrativa que funcionou como um código negociado ao abandonar o discurso hegemônico dominante e valorizar uma representante de minorias sociais, uma mulher negra, homossexual, nascida na periferia que alcançou a Câmara dos Vereadores. A determinação da emissora de estabelecer laços matrimoniais entre Mônica Benício e Marielle Franco resulta da maior aceitação da sociedade das uniões homoafetivas. Segundo o editor D, as preocupações e interesses em jogo são outros: “Lá na Globo passa muito mais pelo interesse político do que pela moral.”

No entanto, o telejornal não havia dado espaço à vereadora antes de sua morte e sequer possuía nos arquivos da emissora uma única imagem de Marielle Franco. O destaque conferido à parlamentar após o crime se inseriu em uma narrativa de reconhecimento do mérito da vereadora e de superação das dificuldades enfrentadas na juventude pobre. Uma moradora da favela que venceu na vida. Conforme vimos no referencial teórico do terceiro capítulo, a partir dos estudos de Dardot e Laval (2016), Marielle foi um modelo neoliberal do

“governo de si”, assumindo os riscos de suas escolhas. O mérito, portanto, foi somente da parlamentar e não de todos que com ela se identificavam, de toda uma classe que se empenha para ascensão social e econômica. Marielle foi apresentada na narrativa como um símbolo, alguém que merece reconhecimento, um tipo de heroína capaz de combater “todo tipo de desigualdade e injustiça” (JN, 15/03/2018) e até mesmo de transcender à própria morte, “passando a existir de uma outra forma” (JN, 16/03/2018) como uma “Marielle gigante”. Ainda que esta representação simbólica não fosse uma intenção, conforme declararam os jornalistas envolvidos na cobertura, notoriamente ela esteve presente em toda a narrativa. O repórter C admitiu a construção de tal imagem: “É difícil você fugir da imagem de que alguém morreu numa resistência, numa luta. E isso implica obviamente num papel de heroísmo, de bravura, de cumprimento de dever.”

Essa forma de representação da vereadora nos remete à literatura cuja criação discursiva do herói possui traços semânticos como a imortalidade, a superação do conflito moral e ético (MAGALHÃES et al, 2007). A narrativa construída pelo Jornal Nacional, carregada em poesia, reproduzindo inclusive poemas, e buscando despertar emoções na combinação de imagens, sons e frases elaboradas em estilo poético, aproximou-se da ficção e demonstrou que a jovem negra da favela superou desafios, conflitos, tornando-se até imortal ao multiplicar sua voz, como os heróis da literatura. Porém, essa representação estabelece dubiedade porque todo herói deixa de ser real. Para os humanos do mundo real, fica um recado ambíguo: Marielle serve de exemplo para outros integrantes das minorias sociais, porém seguir seus passos também pode significar risco, como sugeriu o repórter B: “prevaleceu a imagem de uma mulher corajosa, uma mulher nascida na periferia e que não teve medo de lutar contra as forças policiais, não teve medo de lutar contra a milícia, que não teve medo de expor as bandeiras [...] que talvez possam, talvez, a gente não sabe, ter colocado a vida dela em risco.” Da mesma maneira, o editor D resumiu: “Ela conseguiu sair da Maré, vira a vereadora mais votada e leva um tiro na cara.”

Sendo assim, compreendemos que ao mesmo tempo em que a narrativa do Jornal Nacional valorizou Marielle Franco representando-a como uma mártir ou heroína, acabou também por reprimir possíveis seguidores ou seguidoras do seu exemplo, como bem sintetizou um morador da favela da Maré em entrevista à reportagem do telejornal em 15 de março de 2018: “Quando nós vamos ser ouvidos, calam as nossas bocas, calam as nossas vozes.”

5 ZOOM NO JORNAL DA RECORD

Assim como demonstramos no capítulo anterior, a metodologia da Análise Televisual, com seus princípios e categorias das etapas qualitativa e quantitativa, foi utilizada para o exame minucioso da narrativa do Jornal da Record na segunda emissora com maior índice de audiência no país ano de 2018. No decorrer das observações das enunciações do telejornal, os depoimentos dos jornalistas que participaram da cobertura do assassinato de Marielle Franco na Record TV e colhidos nas entrevistas em profundidade, ilustram e complementam a aplicação da AT.

5.1 Descrição do objeto: o Jornal da Record

O principal telejornal de rede da Record TV é gerado da cidade de São Paulo e exibido atualmente às 19h 45min com uma hora de duração, sendo o segundo colocado na audiência nessa faixa de horário. A mudança do horário de exibição em dezembro de 2019 contribuiu para o crescimento da audiência. Segundo o Ibope, o telejornal no antigo horário de 21h 30min registrou até novembro do ano de 2019 uma média de 5,4 pontos e 7,6% de *share*, mas com a antecipação do horário passou para 8,1 pontos e 12,2% de *share*.³⁸ O Jornal da Record vai ao ar de segunda-feira a sábado na TV aberta e disponibilizado na plataforma de *streaming* Play Plus desde 2019. Os vídeos das reportagens também podem ser assistidos no *site* R7. O telejornal está presente nas redes sociais Facebook, Instagram e Tik Tok.

O Jornal da Record estreou em 1974 sob o comando do apresentador Hélio Ansaldo. Atualmente, é ancorado pelos jornalistas Celso Freitas e Christina Lemos, que substituiu Adriana Araújo em junho de 2020. Assim como seu principal concorrente, o JR só alterna os apresentadores aos sábados, feriados e na época em que os âncoras saem de férias. A emissora foi criada em 27 de setembro de 1953 pela família Machado de Carvalho. No período de 1964 a 1970, a Record exibiu aquele que já foi o principal telejornal do país, o Repórter Esso. Depois de dois grandes incêndios que destruíram os estúdios em São Paulo e um período de decadência, as ações da empresa foram vendidas ao empresário e apresentador de TV, Sílvio Santos. Mas em 09 de novembro de 1989, o controle total da Record foi repassado para a Igreja Universal do Reino de Deus, do bispo Edir Macedo, representada pelo advogado Alberto Felipe Haddad Filho, sua esposa Flávia Haddad e o pastor e empresário Odenir

³⁸ Disponível em <https://tvefamosos.uol.com.br/noticias/oops/2020/03/18/novo-horario-faz-jornal-da-record-disparar-50-no-ibope.htm> Acesso em 07/07/2020.

Laprovita Vieira. A Record investiu no mesmo ano, então, na reestrela do Jornal da Record com os apresentadores Paulo Markun e Silvia Poppovic.³⁹

A transferência da Record para os novos proprietários foi assunto na imprensa, que revelou uma transação política para efetivar o negócio. Segundo reportagens dos jornais brasileiros, o pastor, empresário e deputado federal Laprovita Vieira recorreu à ajuda do então chefe da Casa Civil do governo Itamar Franco, Henrique Hargreaves. A pedido do ministro, o Ministério das Comunicações desengavetou o processo que estava parado devido a investigações de possíveis irregularidades na compra da emissora. Hargreaves também convenceu o então Presidente da República a assinar a autorização definitiva para a transferência. Em troca, a bancada evangélica composta na época por 30 deputados apoiou a aprovação do Fundo Social de Emergência no Congresso.⁴⁰

Após assumir a empresa com apenas três emissoras, o bispo Edir Macedo construiu um dos maiores grupos de comunicação do Brasil. Na década de 1990 adquiriu os estúdios da Line Records, a Universal Produções, responsável pela impressão do jornal Folha Universal, pela programação dos canais de televisão Rede Família, Rede Aleluia e Rede Mulher, que se tornou o canal 24 horas de notícias Record News em 2007. Edir Macedo ainda fundou a Record Internacional e o portal R7 na década de 2000. Na disputa pela audiência, a emissora Record TV transmite uma imagem totalmente desvinculada da IURD – Igreja Universal do Reino de Deus, uma das maiores instituições evangélicas do país. Essa postura busca legitimar e dar credibilidade às produções televisivas e principalmente à linha editorial adotada pelo seu telejornalismo. No entanto, o jornalista Chico Pinheiro, que comandou o JR no período de maio a outubro de 1995, ao deixar a emissora declarou à imprensa que era proibido abordar assuntos que não interessavam à IURD (MAIA, 2007).

Em junho de 1996, foi contratado o jornalista Boris Casoy - que apresentava o telejornal TJ Brasil no SBT desde 1988. O âncora mantinha independência editorial e selecionava a própria equipe. Com a saída de Boris Casoy, a emissora reformulou o Jornal da Record, utilizando como modelo o principal concorrente, o Jornal Nacional. A reformulação foi anunciada no *site* da emissora.

A nova versão do principal telejornal da Record vem para oferecer aos telespectadores uma opção informativa cujas principais características são a agilidade na apresentação das notícias, o dinamismo na cobertura dos principais fatos, a produção de reportagens especiais, a elaboração de matérias exclusivas e investigativas e a credibilidade de profissionais experientes e consagrados no jornalismo brasileiro. Editorialmente, foram feitas mudanças na forma, no ritmo e na

³⁹ Disponível em <http://www.tudosobretv.com.br/histortv/tv80.htm> Acesso em 07/07/2020.

⁴⁰ Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/1/14/brasil/27.html> Acesso em 22/07/2020.

paginação do JR. As matérias são mais curtas – em geral um minuto e meio, o que deu mais dinâmica ao andamento do programa (Rede Record. Comunicado oficial em 2006).⁴¹

Pouco antes, em 2004, a Record TV criou o slogan ‘a caminho da liderança’, estabelecendo como meta a conquista da primeira posição na disputa pela audiência e começou a contratar profissionais da concorrente Rede Globo. A linha editorial do JR passou a basear-se no conceito de ‘jornalismo verdade’ da emissora, posicionando-se mais próximo ao telespectador, exibindo grandes reportagens e séries de matérias especiais.

A transição do Jornal da Record para multiplataformas só ocorreu em 2019, quando as edições passaram a ser disponibilizadas na internet. Também foram criados cinco boletins diários de 10 a 15 minutos de duração com o nome do telejornal que, além da TV aberta, são exibidos na TV por assinatura e em outras plataformas do grupo de comunicação como o portal R7, o *streaming* PlayPlus e nas redes sociais.

A IURD com o apoio da Record TV traçou um projeto político de ocupar cargos nas diversas esferas do poder legislativo. Depois de tentar inúmeras vezes sem sucesso, a Igreja Universal do Reino de Deus também conseguiu eleger um representante para o poder executivo. Nas eleições municipais de 2016, Marcelo Crivella, sobrinho do bispo Edir Macedo, elegeu-se prefeito da cidade do Rio de Janeiro. A vitória nas urnas ocorreu no segundo turno em uma disputa com o candidato do PSOL, e principal liderança do partido no Rio de Janeiro, o deputado federal Marcelo Freixo. O derrotado nas eleições foi ‘padrinho’ político da socióloga e vereadora Marielle Franco.

A IURD demonstra possuir uma posição política bem definida, que não somente busca aumentar o alcance do campo religioso, mas também defender os interesses mercadológicos e políticos, transmitindo uma determinada visão de mundo e imprimindo opiniões éticas, morais e políticas (FIGUEIREDO, 2012). O conservadorismo de tal visão de mundo se reflete na negação da homossexualidade, na valorização do sistema patriarcal, no apoio às forças policiais etc. Tal posição conservadora serve de base para a linha editorial de todo o jornalismo da emissora de televisão, com maior ênfase nas praças (afiliadas), onde a Igreja Universal tem maior ingerência e cargos executivos são ocupados por membros da IURD. Em 2018, os noticiários da emissora apoiaram a intervenção federal na segurança pública do estado do Rio de Janeiro, o que foi abertamente expresso em comentários dos âncoras regionais. Às vésperas das eleições para Presidência, a chefe de redação do Jornal da Record, a jornalista Luciana Barcellos, pediu demissão por discordar da condução editorial em favor

⁴¹ Disponível em: www.rederecord.com.br Acesso em 07/07/2020.

de um dos candidatos. O bispo Edir Macedo havia declarado apoio ao candidato, que mais tarde tornou-se Presidente da República eleito, Jair Bolsonaro.

5.2 Análise Quantitativa

Esta etapa do método Análise Televisual foi aplicada às 21 edições do Jornal da Record no mesmo período de observação do Jornal Nacional, isto é, 15 dias de março de 2018 e uma semana de março de 2019. Ao todo foram 19 horas, 30 minutos e 21 segundos de produção do JR analisadas, tempo total maior que do Jornal Nacional porque as edições do Jornal da Record são mais extensas.

5.2.1 Estrutura do texto

O telejornal da Record TV apresentou um intervalo maior de variação no tempo de suas edições, sendo a mais curta com 42 minutos e a mais extensa com 01 hora e 23 minutos de duração. Portanto, como afirmamos acima, trata-se de um produto informativo mais longo. Assim como o concorrente JN, a estrutura narrativa do JR é dividida em escalada e blocos, que variam de três a cinco. A paginação (ordenamento) do ‘espelho’, no entanto, mostra-se difusa, seguindo parâmetros diferentes dos percebidos no Jornal Nacional. Embora, o primeiro bloco seja composto pelos principais assuntos do dia, os demais blocos, inclusive o último, também contêm notícias anunciadas na escalada e matérias especiais de temas considerados densos como violência e drama. A estratégia visa ‘prender’ a atenção do telespectador até o encerramento do telejornal. Destacamos que uma característica identitária do Jornal da Record consiste em abrir as edições com factuais de polícia, demonstrando a insegurança nas maiores cidades do país como Rio de Janeiro e São Paulo.

Quanto aos formatos das notícias, observamos a frequência de séries especiais cujo tempo de duração das matérias é maior, chegando até a 10 minutos. As notícias também são apresentadas nos formatos de reportagens, notas cobertas, notas secas, sonoras separadas (só um trecho de uma entrevista editada) e entradas ao vivo de repórteres. Apesar da produção de matérias especiais mais extensas, a maioria das reportagens é curta, tendo em média tempo de um minuto e meio. Outra característica específica do Jornal da Record constitui-se no grande número de notas cobertas, o que permite ao telejornal cobrir maior quantidade de acontecimentos. A centralidade da estrutura narrativa está na quantidade e variedade de notícias. O JR tem como estratégia cobrir o maior número possível de acontecimentos e dispõe de diversas editorias como polícia, política, internacional, economia, saúde, educação,

esportes, previsão do tempo, comportamento etc. Tal estratégia é conhecida pelos profissionais da emissora.

Eles querem dar o máximo de notícias possíveis, o máximo de notícia possível. Então, eles acabam reduzindo o tempo. Em média, um assunto quando tem muita relevância a gente consegue dois minutos, que é o tempo do VT mais a cabeça do apresentador, o texto lido pelos apresentadores. Mas isso aí é sempre objeto de discussão porque como a gente quer oferecer o melhor, a gente sempre briga ‘pra’ ter mais tempo (EDITOR G – informação verbal).

Assim como a leitura crítica da narrativa do JN foi realizada a partir do interesse do presente estudo na cobertura do assassinato da vereadora Marielle Franco, também observamos como as notícias relacionadas a tal acontecimento foram apresentadas pelo Jornal da Record. O tema não chegou a ocupar a escalada por completo em nenhuma edição do noticiário, mas foi manchete em seis edições. Quanto à organização dos conteúdos nos blocos, observamos que o crime e as investigações policiais foram apresentados prioritariamente no primeiro bloco, o mais relevante do telejornal, o que ocorreu em nove edições. Na noite seguinte ao assassinato, o JR estendeu a cobertura do fato aos demais blocos. Em apenas uma edição, o tema foi tratado no último bloco. A notícia sobre a morte da vereadora também foi construída em diferentes formatos, prioritariamente em reportagem que contém mais detalhes do acontecimento. Foram 18 reportagens, 2 entradas ao vivo, 2 sonoras separadas, 4 notas cobertas e 3 notas secas.

5.2.2 Temática

Conforme foi feito anteriormente na análise da narrativa do Jornal Nacional, deixamos o assunto relacionado à execução de Marielle Franco separado das editoriais para que pudéssemos avaliar o espaço que ocupou no principal telejornal de rede da Record TV. Dessa forma, foi possível observar que tal notícia representou o sétimo tema mais presente no Jornal da Record em março de 2018. Apenas a primeira edição logo após o assassinato da vereadora dedicou espaço considerável ao assunto, ou seja, no dia 15 de março de 2018 o crime ocupou 36,3% do tempo total da produção. Contudo, 9 das 15 edições do ano de 2018 que foram ao ar após o fato em questão sequer trataram do assunto, ou seja, a cobertura no mês em que a execução aconteceu não correspondeu nem à metade das edições do JR. Porém, alguns profissionais envolvidos na tarefa de noticiar o assassinato consideraram que o tempo das reportagens foi maior que aquele comumente disponível para as demais matérias policiais.

Matéria de um minuto e 40 era quase que diária na rotina. No caso da Marielle a gente vivia tendo mais tempo. Primeiro porque teve uma comoção dos grupos que a sustentavam e a apoiavam no poder e que a colocaram no poder, que foi genial

porque a gente deu voz ao negro, à mulher e a quem vive na periferia. Porque esses são os grupos que a colocaram no poder e a mantiveram no poder. Acho que a coisa ganhou por si essa repercussão e a imprensa teve que ir no bonde, teve que mostrar porque você imagina: quantos negros, negras, mulheres e assalariados morreram e morrem todo dia no Brasil? Por que não tem a mesma repercussão? Teve por que ela era representante de toda essa massa (REPÓRTER F – informação verbal).

As entrevistas com os jornalistas revelaram que na redação da Record TV havia diferentes formas de enxergar a relevância do assassinato da quinta vereadora mais votada na segunda maior cidade do país.

Acho que a redação do Jornal da Record, ao menos naquela época, ‘né’, a equipe de fazer o Jornal da Record, e aí eu me refiro mais aos editores... com todos os seus defeitos e qualidades, é uma equipe de viés muito crítico, o que é bom. É um embate todo dia porque você... teria que convencer os editores porque que você ‘tá’ dando aquele peso ou não ‘tá’ dando, porque as pessoas realmente te questionam, porque são editores experientes, e quanto mais você tem editores experientes numa equipe, mais o embate é forte. E teve alguns momentos ali, hoje, puxando pela memória... em que ficava claro sim que os editores achavam que a repercussão no mundo extra redação era maior do que a que a gente ‘tava’ dando no espelho. Isso eu lembro com clareza que era um movimento (EDITOR H – informação verbal).

Os jornalistas que atuaram diretamente com a etapa de edição das reportagens e com o planejamento do Jornal da Record ressaltaram os critérios para o fato transformar-se em notícia do principal telejornal da emissora:

O critério principal é a relevância nacional. mais até que redes sociais são os *sites* jornalísticos que meio que dão assim um panorama, servem como mais um elemento, e o bom senso mesmo editorial, a gente discute entre si e tudo. Quando é um crime de repercussão nacional como no caso específico da Marielle, era uma vereadora, quer dizer, tinha um cargo político, aí sim vira notícia (EDITOR G – informação verbal).

Acho que o critério ‘pra’... basicamente são dois critérios, ou eram naquela época, ‘pra’ ser notícia do Jornal da Record. Acho que tem um critério de audiência que, ‘pra’ ser notícia do Jornal da Record, tem que ter um apelo de público. Nesse período pelo menos, você tinha um noticiário policial forte. Aí por uma questão de audiência, às vezes com assuntos que não são tão relevantes do ponto de vista macro, mas que entram ali, e isso não é uma exclusividade do Jornal da Record, isso acontece com outros jornais de rede aí das grandes emissoras, mas que é a questão da audiência. Então, o que é um dos critérios são os assuntos que, de acordo com o que a gente avalia ou de acordo com o que tem de dado disponível de pesquisa, indicam o que são assuntos que têm aderência com o público e que vão trazer público. Eu acho que isso talvez seja um critério principal. Eu acho que têm notícias que são notícias de varejo, certo? Que você dá ali porque a imagem é boa, porque é interessante, porque aquilo desperta o interesse do público. Eu não sei até que ponto isso funciona de fato, ‘tá’? Hoje eu já não sei mais. Tipo, você escolhe aquilo ali ‘pra’ um jornal de rede na faixa das oito da noite porque aquilo ali supostamente vai nos alavancar como audiência. O segundo critério é relevância. São as notícias que são manchetes do dia. Agora, a grande relevância, e eu acho que essa é uma característica do Jornal da Record, vem pelos fatos que têm repercussão, que têm desdobramentos a partir de um fato X, que pode ser local, que pode ser nacional, vai ter desdobramentos ‘pro’ noticiário. Acho que o Jornal da Record é um jornal que provoca pouca notícia, mas ele tem a obrigação por ser um horário... um jornal de *prime time*, ‘né’, de horário nobre, de repercutir ali os assuntos que tão nas manchetes do dia. E claro que num caso como um crime que envolve uma vereadora

do PSOL do Rio de Janeiro, uma mulher, negra, com suspeita de envolvimento de milícia desde o início, de um crime político, ele ganha relevância por esse critério (EDITOR H – informação verbal).

Apesar da forte repercussão do assassinato nas redes sociais, as equipes de reportagem e a própria redação do JR no Rio de Janeiro e em São Paulo não deram considerável atenção às manifestações da sociedade nessas mídias. Desse modo, ‘a expectativa da audiência’ sequer foi monitorada pelos jornalistas.

A Record tinha em 2018 uma configuração muito segmentada, dividida, não sei como... qual é a melhor palavra ‘pra’ isso, em relação ao site, que é o R7, ‘né’, e redes sociais. A Record engatinhava muito na questão redes sociais. A forma como as coisas reverberavam em 2018 já era forte, mas certamente hoje é muito maior. Hoje, não só na Record como nas demais, o peso das redes sociais é maior do que era em 2018. Assim... eu digo as redes sociais como referência do que você vai dar destaque é muito maior do que era três anos atrás. Não tinha, ao menos nessa época, esse monitoramento como uma rotina, sabe? É muito mais uma temperatura de redação, do que uma estratégia da emissora (EDITOR H – informação verbal).

No ano seguinte, o assassinato de Marielle Franco perdeu ainda mais a relevância no quadro temático do noticiário da Record TV. Mesmo com a prisão dos acusados do crime em março de 2019, coincidindo com o aniversário de morte, a notícia ocupou a oitava posição entre os assuntos trabalhados pelo JR. Após a divulgação do homicídio, em 15 de março de 2018, o telejornal ocupou-se do caso apenas quando emergiram revelações no decorrer do inquérito policial. O jornalista G. explicou que “quando o tempo avançava e não aparecia um culpado, não acontecia nada, aí realmente o tempo (da cobertura) foi diminuindo”. Detalhe confirmado pelo jornalista H.

Aí tem uma outra equação que é mais ideológica, digamos assim, (risos) que é qual tempo você quer dar para aquele assunto, qual é o tempo que a casa e o departamento querem dar para aquele assunto. Então, em casos como esse, como por exemplo o da Marielle, você tem uma carga muito maior nos primeiros dias e a tendência, à medida que a cobertura vai se estendendo, à medida que as coisas não têm desfecho, é esse tempo ir diminuindo. É cobrir bem, mas não supervalorizar. E a outra é de que é uma cobertura que é importante, mas que ela já vem num momento de uma polarização, ‘né’, ali do país, em que se pressupõe que parte do público não ‘tá’ tão preocupado assim, e que não tem os quesitos... é... do ponto de vista da cobertura televisiva, que eu acho que a Record entra, os quesitos que tornam a cobertura super atraente para o público, por mais que seja uma tragédia, uma morte e tal, ela não tem esse quesitos da espetacularização, ou de transformar aquilo ali num enredo que as pessoas vão acompanhar dia a dia os desdobramentos e tal. Eu acho que isso acabou limitando ou diminuindo a cobertura precocemente (EDITOR H – informação verbal).

Somando todo o período corresponde ao *corpus* da análise, com as 21 edições nos dois anos observados, totalizando 19 horas, 30 minutos e 21 segundos, a cobertura da morte da vereadora, incluindo as investigações policiais, foi o quinto tema do JR com 47 minutos do tempo total, sendo 4,01% do tempo de produção total. A principal editoria do telejornal no período analisado foi polícia (com destaque para violência urbana) com 17,02 % do total. Os

outros assuntos apresentaram a seguinte distribuição: internacional teve 13,15%, política ficou com 8,52%, economia com 6,31%, saúde com 3,97%, cultura com 3,92%, prestação de serviço com 3,59%, desastres naturais com 3,24%, comportamento com 2,69%, as chamadas de outros programas da emissora ocuparam 2,35%, previsão do tempo ficou com 2,1%, esportes com 1,85%. Educação e meio ambiente não alcançaram 1% (Quadro 05).

Quadro 05 - Incidência de temas no JR

TEMA	TEMPO NO JORNAL DA RECORD
Polícia	3h 19min 18seg
Internacional	1h 54min 49seg
Política	1h 39min 45seg
Economia	1h 13min 57seg
Marielle Franco	47min
Saúde	46min 33seg
Cultura	45min 58seg
Serviço	42min 03seg
Desastre natural	37min 59seg
Comportamento	31min 30seg
Chamada	27min 36seg
Tempo	24min 37seg
Esportes	21min 45seg
Educação	8min 58seg
Meio Ambiente	1min 59seg

Fonte: A autora (2020)

Sendo assim, o crime cometido contra a vereadora da segunda maior cidade brasileira mereceu a atenção do Jornal da Record, porém não ganhou destaque na narrativa como observado no quadro temático do principal concorrente. Em um primeiro momento, tal aspecto contrapõe-se à prioridade do telejornal em valorizar acontecimentos de violência como forma de preservar o telespectador acostumado a acompanhar a programação da emissora e os produtos jornalísticos regionais focados em notícias de crimes. No entanto, um olhar mais atento leva à percepção de que a cobertura do caso Marielle Franco no JR visou exatamente um ângulo de abordagem que realçou os desdobramentos da investigação policial, atendendo assim a linha editorial da emissora. Ressaltamos também que foi espaço maior ao assunto em questão nesta pesquisa do que às demais notícias da editoria de polícia se forem percebidas isoladamente.

Mas assim, nos primeiros dias, nas primeiras semanas, com certeza sim. Teve um bom espaço de tempo que eu imagino... puxando pela memória, sem o dado objetivo, menor do que o espaço do Jornal Nacional, por exemplo. E provavelmente menor, em termos de tempo, do que o Jornal da Band. Mas, certamente, dentro da composição de espelho normal do Jornal da Record, um tempo considerável, que foi diminuindo à medida que a cobertura foi se estendendo. E quanto mais não virar um enredo, 'né', que todo dia tem uma reviravolta ou todo dia tem um fato novo, mais se prolonga e mais ele vai perdendo tempo no espelho (EDITOR H – informação verbal).

5.2.3 Enunciadores

Em todas as edições do JR, os âncoras sentados à bancada leram os textos diante da câmara com entonação de voz e fisionomia que expressaram seriedade. Revezaram-se na apresentação do telejornal no período analisado os jornalistas Celso Freitas, Adriana Araújo e Eduardo Ribeiro. Embora o telejornalismo da emissora tenha uma proposta mais informal em que os repórteres aparecem no vídeo na maioria das vezes em ‘passagens’ participativas ou caminhando para intensificar o efeito de realidade da narrativa, tal estratégia não foi empregada nas reportagens e nas entradas ao vivo sobre o assassinato da vereadora carioca. Os profissionais adotaram postura clássica, parados diante das câmeras. O enquadramento usado foi o plano americano, mais tradicional, que mostra a imagem dos jornalistas da cintura para cima. A exceção ocorreu na data de 15 de março de 2018 em que a repórter Adriana Rezende gravou a ‘passagem’ caminhando ao lado do carro da vítima para explicar a posição em que a vereadora estava sentada dentro do veículo no momento do atentado.

Quanto às fontes de informação sobre o caso, o telejornal ouviu 16 autoridades e 5 representantes de entidades da sociedade civil que comentaram o crime. Também foram entrevistados 4 parentes e amigos das duas vítimas, além de 6 pessoas selecionadas aleatoriamente nas ruas para o ‘povo-fala’. Ao todo, foram 21 entrevistados que fazem parte das fontes que comumente são ouvidas pelos meios de comunicação tradicionais. Em menor número, estavam os 10 parentes das duas vítimas e o “povo-fala” (Quadro 06).

Quadro 06 - Entrevistados do JR

AUTORIDADES	REPRESENTANTES SOCIEDADE CIVIL	PARENTES E AMIGOS	POVO-FALA
16	5	4	6
chefe de polícia civil	representante da ong Mulheres de Atitude	amigo de Anderson	educadora social
Delegado	diretor do Observatório dos Direitos Humanos	viúva de Anderson	dois homens não identificados
deputado federal	diretora da Anistia para as Américas	irmã de Marielle	médica
ministro da Segurança Pública	sociólogo	mãe de Marielle	duas mulheres não identificadas
ministro da Justiça	presidente da ong Rio de Paz		
presidente da República			
presidente da Câmara Federal			
presidente do Senado			
ministro do TSE			
3 ministros do STF			
procuradora geral da República			
prefeito do Rio de Janeiro			
2 promotores			

Fonte: A autora (2020)

A prevalência das fontes tradicionais, ligadas a instituições como polícia, justiça e governo, é explicada pelos jornalistas por tratar-se de uma cobertura com ênfase policial e como um recurso de credibilidade, entendendo que tais fontes encontram-se respaldadas pela própria sociedade.

O que acontece é que ‘pra’ gente divulgar uma matéria em qualquer que seja o veículo e qualquer que seja o alcance, local ou rede (nacional), a gente tem de ter credibilidade, a gente tem de se resguardar porque a imprensa também recebe processo, o jornalista, a empresa. E como é que você vai embarcar na história do Joãozinho que mora lá na... qual é o respaldo que ele tem ‘pra’ te dar depois de que aquele fato, aquela história realmente aconteceu? Sem que ele tenha fotos, vídeos que depois você possa até levar ‘pro’ Tribunal. Agora, o Ministério Público, o delegado, o juiz, eles têm fé pública. Eles têm fé pública (REPÓRTER F – informação verbal).

Em relação às características identitárias de Marielle Franco e às minorias sociais que representava, percebemos que o JR deu voz a 19 homens, 12 mulheres, 22 brancos e 8 negros. Sendo assim, o telejornal também abriu espaço para vozes frequentemente ausentes na mídia como fez o concorrente JN, contudo, foram em menor quantidade. Chama a atenção o fato de o telejornal não ter entrevistado a companheira e viúva da vereadora nem qualquer representante de gênero diverso como homossexuais e transsexuais. Também destacamos que a maior diferença no espaço dado à pluralidade de representações sociais refere-se à cor da pele, como observamos no Quadro 07 abaixo.

Quadro 07 -Incidência de gênero e raça dos entrevistados do JR

HOMENS	MULHERES	BRANCOS	PRETOS
19	12	22	8

Fonte: A autora (2020)

Assim como os profissionais da Rede Globo, os jornalistas da Record TV consideraram que a representatividade dos pretos e outras minorias sociais estava presente nas reportagens devido à figura da parlamentar, com seus aspectos identitários.

Essas pessoas que eram pequenas, que eram os eleitores de Marielle, eu acho que naquele momento, durante aquele período, aquela fase de cobertura intensa, eu acho que eles se sentiram grandes. Porque na figura dela eles se viram representados, eles se sentiram notados. Não é que a gente tenha entrevistado eles, mas quando você mostra alguém deles, eles se sentem representados (REPÓRTER F – informação verbal).

5.2.4 Visualidade

As reportagens foram anunciadas em estúdio, onde os âncoras sentados à bancada tinham ao fundo o cenário da redação, sem qualquer referência visual ao tema tratado (Figura 17).

Figura 17 –Apresentação do JR



Legenda: Celso Freitas e Adriana Araújo na bancada do JR em 16/03/2018

Fonte: Play Plus <https://www.playplus.com/History/Play?m=86154>

O Jornal da Record também não utilizou imagens gravadas pelos profissionais da emissora para mostrar a vereadora Marielle Franco, pois não possuía em seus arquivos. Da mesma maneira que a concorrência, o telejornal recorreu a vídeos do acervo da própria parlamentar, vídeos disponibilizados na internet e fotografias. As imagens gravadas pelos profissionais da emissora restringiram-se à cena do crime, às operações e movimentação policiais e às manifestações populares nas ruas, incluindo as imagens aéreas feitas pela câmera no helicóptero da emissora. Para compor a narrativa do crime, o telejornal utilizou ainda imagens captadas por celulares, vídeos de câmeras de segurança e de monitoramento de trânsito, imagens de arquivo, desenhos em simulações, mapas com auxílio do Google Earth e reprodução de documentos. Os profissionais da Record TV, da mesma forma que as equipes da Rede Globo, recorreram às redes sociais para contar a história de Marielle.

Ela de verdade, ela representava um grupo pequeno. Então, assim... como tem um vereador que ele é representante... hã... dos transportes alternativos e você não tem imagem de arquivo dele. Eu acho que isso também não é politizar a Marielle, entende? Ah, por que a emissora não tinha? Porque não era um grupo... uma representante, vamos dizer, forte (REPÓRTER F – informação verbal).

Aquelas reuniões que antecederam... isso aí foi tudo através de rede social porque é... até duro e triste dizer isso, mas antes dela ser assassinada, ela não era uma política tão conhecida assim, era mais de quem acompanhava o Rio de Janeiro, e mais assim da turma da esquerda mesmo, porque ela não era assim um nome... na verdade ela virou um nome nacional depois que foi assassinada. Então, dependeu muito de... foi muito importante essa contribuição das redes sociais até 'pras' imagens dela (EDITOR G – informação verbal).

A dificuldade de conseguir boas imagens para narrar o acontecimento na televisão interferiu na avaliação dos profissionais da Record TV na hora de decidir sobre o tratamento e hierarquização da notícia.

Não é uma cobertura de imagens. Eu acho que isso na Record, mais talvez do que na Globo, é... essa preocupação da imagem certa, da imagem correta, de como construir a narrativa do ponto de vista audiovisual, ela é muito maior nas coberturas de

grandes imagens, e eu acho que isso é uma das dificuldades da cobertura da Marielle do jeito que a gente faz TV hoje, ‘né’, como se faz TV, a cobertura da Marielle não é uma cobertura de grandes imagens. E porque não é visual e, é uma coisa horrível de se falar, mas que é uma visão que as emissoras e que os departamentos têm, e a Record talvez mais do que as outras, é... a preocupação de não fazer uma cobertura, entre aspas, chata. Talvez esse seja o ponto mais central, sabe? Assim... não é uma cobertura em que o editor de conteúdo, ou de texto, o editor de imagem, sejam orientados a buscarem uma linguagem X ‘pra’ valorizar o fato. A preocupação maior é não transformar aquilo numa cobertura chata (EDITOR H – informação verbal).

Nenhum efeito especial de tratamento de imagem foi observado. A edição das imagens seguiu o padrão diário em corte ‘seco’, ou seja, sem efeitos entre os *takes* (cenas) durante a montagem. Porém, o JR elaborou uma vinheta que antecedeu sonoras de povo-fala separadas das reportagens e distribuídas ao longo da edição de 15 de março de 2018 (Figura 18).

Figura 18 – Vinheta Marielle Presente



Legenda: JR em 15/03/2018

Fonte: Play Plus <https://www.playplus.com/History/Play?m=111154>

Imagens exclusivas, embora em menor quantidade e menos reveladoras, foram exibidas para narrar a perseguição ao carro da vereadora, o que explicitou a premeditação do crime. Apesar da grande repercussão nas redes sociais, com manifestação de artistas, da população e de representantes da sociedade civil em postagens, o JR não recorreu a tais publicações, nem mesmo reproduziu essas páginas das plataformas digitais. A única menção à rede social foi em uma reportagem que citou uma postagem da própria vereadora Marielle Franco criticando o batalhão da Polícia Militar de Irajá, subúrbio do Rio de Janeiro.

5.2.5 Som

Os elementos sonoros estiveram presentes em poucas reportagens ou notas cobertas que compuseram a cobertura do assassinato da parlamentar realizada pelo Jornal da Record. Tal recurso restringiu-se ao noticiário de 15 de março de 2018, dia seguinte ao crime. Assim como o noticiário não empregou tratamento nas imagens, também não dispôs de elementos

sonoros ou trilha musical. Entretanto, a própria ausência de sons ou espaços de respiro do áudio ambiente nas reportagens já interfere na produção de sentido, reduzindo o tom emotivo que envolveu as manifestações populares e os enterros das vítimas.

Ainda que pouco utilizados, alguns elementos foram observados no grande texto audiovisual. Um exemplo foi quando o telejornal dispensou sua tradicional trilha sonora, optando pelo silêncio no encerramento da primeira edição após o crime. Contudo, esse recurso não evidenciou com clareza uma referência de respeito à Marielle Franco e ao motorista Anderson Gomes, embora o assunto tenha sido o tema principal daquela edição. A dificuldade de compreensão justificou-se na medida em que as reportagens apresentadas no último bloco trataram de diversos acontecimentos, inclusive uma matéria de série especial sobre violência urbana foi exibida imediatamente antes do encerramento com um minuto de silêncio.

Na mesma edição do noticiário, os sons de manifestantes gritando palavras de ordem como “Marielle, presente” e de aplausos contribuíram para demonstração do apreço popular à vereadora, principalmente quando associados ao texto verbal como em reportagem de 15 de março de 2018:

Repórter Carolina Novaes - “Tantas manifestações se justificam pela trajetória da vereadora.”

No entanto, a trajetória citada na frase verbal não chegou a ser explicitamente trabalhada pelo JR, que deixou a definição do perfil da parlamentar muito generalizada.

5.2.6 Edição

A cobertura jornalística do Jornal da Record foi organizada em torno das seguintes abordagens: o crime em si, os enterros das vítimas, a repercussão no Brasil e no exterior, as investigações policiais e a prisão dos atiradores. Percebemos que não foram realizadas reportagens específicas para apresentar o perfil de Marielle e de Anderson. Portanto, não houve a humanização do tema através da apresentação das vítimas como personagens reais. A descrição dos perfis foi incluída em parte da narração sobre os enterros e a comoção social. Como explicado anteriormente, dentre os pontos de abordagem do tema, as reportagens concentraram-se principalmente nas questões que envolveram as investigações da polícia.

É... muito como pano de fundo, em nenhum momento do Jornal da Record as frentes de luta da Marielle foram o mote. A cobertura foi factual em cima do crime. Foi uma cobertura policial, com... em alguns momentos, obviamente, você tem ali, como pano de fundo, uma questão política, por ter sido uma vereadora, ‘né’? Mas não houve, no Jornal da Record, uma cobertura em cima das bandeiras ou frentes de luta.

Então, não é que tenha havido uma cobertura crítica ou uma cobertura não crítica, é... não houve (EDITOR H – informação verbal).

Uma característica editorial do Jornal da Record consiste em ‘cabeças’ (textos lidos pelos âncoras para anunciar as reportagens) mais extensas e divididas entre os dois apresentadores, que narram parte da notícia. Destacamos como exemplo uma ‘cabeça’ lida em 15 de março de 2018:

Apresentadora Adriana Araújo - “O Brasil está em choque com a notícia de uma barbárie. E exige uma resposta. Quem executou a vereadora Marielle Franco e o motorista Anderson Gomes, no Rio de Janeiro? O crime mobilizou autoridades e repercutiu no mundo.”

Apresentação Celso Freitas - “A procuradora geral da República pediu que a polícia federal investigue os assassinatos, mas o ministro da defesa disse que confia na polícia civil para apurar o crime.

Apresentadora Adriana Araújo - “Marielle e o motorista foram perseguidos na noite de ontem, depois dela participar de uma reunião com mulheres negras.”

O telejornal empregou em diversos momentos a palavra ‘ativista’ para se referir à vereadora assassinada tanto nas reportagens quanto nos textos verbais lidos pelos âncoras. Cabe ressaltar ainda que o JR só mencionou a expressão ‘Direitos Humanos’ em um único texto e em duas sonorais na primeira edição logo após o crime, sem trabalhar a questão. Assim como no Jornal Nacional, da Rede Globo, os textos das reportagens do caso Marielle Franco eram revisados e avaliados por profissionais em cargos estratégicos no jornalismo da Record TV.

Assim, matérias do dia a dia, o editor de texto aprova... sei lá, um caso policial, uma questão do dia a dia, uma matéria sobre mudança de hábitos do uso de máscara, por exemplo, o editor aprova [...] Quando tem alguma implicação política na matéria, e isso em todas as matérias do Jornal da Record, tem que passar também pelo chefe de redação e se a matéria for muito sensível à casa, considerada, no linguajar do dia a dia, muito estratégica, aí sim tem que passar também pela direção [...] mas algumas matérias da Marielle, eu lembro de que tive que passar por aprovação do diretor de conteúdo da época (EDITOR H – informação verbal).

Ao descrever a parlamentar, o texto verbal da passagem na reportagem de Carolina Novaes gravada no cemitério em 15 de março de 2018 omitiu a informação sobre a defesa dos Direitos Humanos, conforme podemos observar abaixo:

Repórter Carolina Novaes - “Mulher, negra, mãe e cria da comunidade da Maré. Era assim que Marielle Franco se apresentava. Ativista, ela também presidia a comissão de defesa da mulher. Pouco antes de morrer, Marielle participou de um evento voltado para jovens negras.”

(Figura 19).

Figura 19 – Passagem da repórter no cemitério



Legenda: JR em 15/03/2018

Fonte: Play Plus <https://www.playplus.com/History/Play?m=111154>

Entendemos que todas as frentes de luta da vereadora se inserem no conceito de Direitos Humanos. No entanto, não houve preocupação do JR em explicar tal conceito. Em diferentes momentos, o telejornal citou as lutas de Marielle de forma generalizada, conforme texto lido pela âncora Adriana Araújo e a reportagem de Carolina Novaes em 15 de março de 2018, que mencionaram as causas da vereadora sem dizer quais eram essas causas:

Apresentadora Adriana Araújo - “A atuação da vereadora em causas sociais e as denúncias contra a truculência da polícia nas comunidades podem ter relação com o crime” (grifo nosso).

Repórter Carolina Novaes - “Mulheres que lutam pelas *mesmas causas* vieram se despedir de Marielle” (grifo nosso).

Embora, as enunciações tenham omitido ou minimizado certas frentes de luta da parlamentar carioca, somente os profissionais que ocupavam cargos estratégicos receberam orientações da direção de Jornalismo da emissora quanto ao tratamento a ser dado ao perfil de Marielle. Três jornalistas ouvidas nesta pesquisa afirmaram não ter havido interferência no trabalho desenvolvido, o que costuma ser uma prática da emissora quando o tema se relaciona aos valores e interesses defendidos pela Igreja Universal do Reino de Deus.

A gente até sofre isso algumas vezes, mas nesse caso específico não teve não. Tratamento normal de um político assassinado e dando espaço ‘pras’ investigações e tudo. Não teve nenhuma interferência não. O que eu posso te dizer é o seguinte: eu acho que a cobertura do Jornal da Record foi bem isenta, não houve essa coisa de transformá-la em heroína e tudo. Eu não lembro assim de nenhuma matéria falando dos projetos sociais que ela fazia... de cabeça não me lembro não. Eu acho que o tratamento do Jornal da Record sempre foi do factual, de uma morte de um político sendo investigada (EDITOR G – informação verbal).

Eu não recebi orientação, mas eu já conheço a casa, eu sei como a Record gosta de tratar determinados assuntos, eu conheço os ‘caras’. Cada emissora tem seus meandros. Já trabalhei em concorrentes e sei exatamente como cada uma funciona.

Então, já faço o meu trabalho de jeito que agrada a casa (REPÓRTER E – informação verbal).

Em uma das entrevistas, o profissional da Record TV revela o nível de ingerência da IURD no jornalismo da emissora no Rio de Janeiro.

Na cobertura da Marielle, eu não recebi nenhuma orientação de nenhuma instância. Nem do meu diretor, nem do meu coordenador, nem do editor, não. Não recebi nenhuma orientação nesse sentido como eu já recebi outras várias de outras reportagens de outros vários temas. Mas, por exemplo, a gente sabe que tem a igreja evangélica por trás da emissora. Eu fui fazer um incêndio uma vez na Nossa Senhora de Copacabana e o editor cortou Nossa Senhora de Copacabana. Aí eu falei: eu não posso como jornalista dizer que houve um incêndio sem dizer onde foi. Eu não posso dizer só Copacabana porque é um bairro enorme (REPÓRTER F – informação verbal).

Entretanto, o jornalista que ocupava um cargo estratégico na edição do JR revelou ter recebido orientação da emissora para não valorizar o assunto nem a figura da parlamentar carioca.

Eu nunca recebi de ninguém a orientação: “diminui a cobertura e tal”. Mas é sempre nesse sentido assim: “cuidado pra não carregar”, “não exagera”. É nesse sentido. Porque tem toda uma questão política envolvida, o PSOL era o inimigo da Record no Rio de Janeiro, ‘né’? Então, é o fato de ser o PSOL, que já no caso do Rio de Janeiro especificamente era uma grande questão ‘pra’ Record. Até porque, sabe, isso não podia chegar ‘pra’ mim e dizer: “não dê espaço”. Então, a coisa acontece de uma forma um pouco mais sutil, certo? Então, assim...: “não vamos glamourizar, espetacularizar ou crescer a cobertura, não vamos tornar... transformar em heroína e tal, mas... opa, fica feio não ter na cobertura a maior liderança do PSOL.” Então, paga-se o preço de colocar (o deputado federal Marcelo Freixo) na cobertura no Jornal da Record (EDITOR H – informação verbal).

As edições do JR acentuaram, sobretudo, o aspecto da desigualdade racial. Esse destaque ocorreu tanto no texto verbal quanto nas imagens. A repetição em reportagens, notas cobertas e em diversas edições do telejornal fez transparecer ser esta a principal causa social defendida pela vereadora executada. Somente em 15 de março de 2018, tal aspecto foi repetido inúmeras vezes, como exemplificamos a seguir.

Na reportagem de Carolina Novaes que descreveu o perfil da vereadora ao narrar o enterro enquanto as imagens mostravam a parlamentar cercada por mulheres negras em seu último evento: Repórter Carolina Novaes - “Marielle Franco era socióloga, *defensora dos direitos das mulheres negras* e moradoras de comunidade.” (grifo nosso - Figura 20)

Figura 20 –Reunião de mulheres negras



Legenda: Imagem de Marielle Franco cercada por mulheres negras no JR de 15/03/2018

Fonte: Play Plus <https://www.playplus.com/History/Play?m=111154>

A mesma reportagem exibiu um sobe som da parlamentar lendo para as mulheres negras do evento o texto da escritora feminista norte-americana Audri Lorde:

Marielle Franco - “Não sou livre enquanto outra mulher for prisioneira, mesmo que as correntes dela sejam diferentes das minhas.”

A causa racial também foi realçada nas sonoras de povo-fala com pessoas pretas, exibidas separadas das reportagens na edição de 15 de março de 2018.

Povo-fala 1 - “São as *mulheres negras* que não têm direito à vida” (grifo nosso - Figura 21)

Figura 21 – Mulher negra em povo-fala



Legenda: Entrevistada chora durante entrevista ao JR de 15/03/2018

Fonte: Play Plus <https://www.playplus.com/History/Play?m=111154>

Povo-fala 2 - “Cala a *sociedade negra*. a gente não tem direito mesmo” (grifo nosso – Figura 22).

Figura 22 – Segunda mulher negra em povo-fala



Legenda: JR em 15/03/2018

Fonte: Play Plus <https://www.playplus.com/History/Play?m=111154>

Observamos a repetição do aspecto racial em uma nota coberta sobre as manifestações, que foi lida em *off* pela apresentadora do telejornal. Chama a atenção a falta de coincidência entre o texto verbal e as imagens que mostram pessoas brancas em primeiro plano.

Apresentadora Adriana Araújo - “Os participantes levantaram a bandeira contra a *morte de negros* no país, uma das causas de luta da vereadora.” (grifo nosso - Figura 23)

Figura 23 – Passeata



Legenda: Manifestantes brancos em reportagem do JR em 15/03/2018

Fonte: Play Plus <https://www.playplus.com/History/Play?m=111154>

Também na reportagem de Diana Rocha em 17 de março de 2018 que percorreu sobre a inauguração de uma escola no Complexo da Maré com o nome da parlamentar assassinada, o telejornal insistiu no enfoque racial enquanto reexibiu as imagens de Marielle Franco no evento com mulheres negras.

Repórter Diana Rocha - “Com a *defesa dos direitos das mulheres negras*, foi a quinta vereadora mais votada na eleição municipal do Rio” (grifo nosso).

Quanto à origem periférica, as reportagens contaram que Marielle nasceu no Complexo da Maré e relataram as denúncias feitas pela vereadora sobre a violência policial

nas favelas, apresentando-a como uma defensora dos moradores da periferia. Entretanto, o Jornal da Record só exibiu imagens de favela três dias após o crime. Em um produto audiovisual, as imagens integram o discurso e são dotadas de significação, associadas ao texto verbal. Por isso, a demora em exibir imagens de favelas do Rio de Janeiro de certa forma enfraqueceu o debate sobre as condições dos moradores da periferia.

Situação semelhante ocorreu com a questão da homossexualidade. O JR mencionou a companheira de Marielle uma única vez no texto verbal da reportagem de Sylvestre Serrano ao informar que Mônica Benício prestou depoimento à polícia em 20 de março de 2018. Embora o telejornal tenha exibido a imagem da companheira de Marielle chorando sobre o caixão em 15 de março de 2018, dia do enterro, não contou de quem se tratava. Somente o telespectador que conhecia a companheira da vereadora poderia reconhecê-la. Para os jornalistas que evitaram expor a viúva da parlamentar durante a cobertura, o conservadorismo na linha editorial da emissora já serve de parâmetro para o tratamento de questões humanistas mais progressistas.

A gente sabe que eles não... eles nunca avançam por esses meandros assim. Quando a coisa tem um pouquinho de viés de ser mais progressista, eles já cortam. Isso já é orientação da casa, nunca fazem isso (EDITOR G – informação verbal).

Eu recebi orientações bem específicas assim... não crescer o papel da companheira da Marielle além do necessário, não vamos dar espaço ‘pra’ companheira da... esposa da Marielle e tal. A orientação é nesse sentido (EDITOR H – informação verbal).

Quanto à motivação do homicídio, desde a primeira edição que tratou da cobertura do fato, o noticiário da Record evidenciou um crime premeditado, como na reportagem de Adriana Rezende e na entrada ao vivo do repórter Sylvestre Serrano, ambos em 15 de março de 2018.

Repórter Adriana Rezende - “A vereadora não tinha o hábito de sentar no banco de trás. Mas ontem decidi mudar a rotina e os assassinos pareciam saber desse detalhe. Tanto que, apesar do carro ter os vidros escuros, eles encostaram a dois metros da janela onde estava Marielle e atiraram.”

Repórter Sylvestre Serrano - “O fato da vereadora ter sido seguida e os tiros disparados na mesma direção, concentrados em único ponto e por trás, indicam planejamento da ação.”

Em 16 de março de 2018, imagens gravadas por câmeras de vigilância reforçaram que o assassinato foi planejado ao mostrarem a parlamentar entrando no carro e sendo seguida pelo veículo dos atiradores. No ano posterior, o telejornal apresentou ainda entrevista de uma promotora afirmando que o homicídio teve motivação política em reportagem de 12 de março de 2019, quando os dois acusados de terem feito os disparos foram presos.

Promotora - “Foi motivação torpe decorrente de uma abjeta, de uma repulsa, de Ronnie Lessa à atuação política de Marielle na defesa de suas causas.”

Na mesma data, a reportagem de Sylvestre Serrano relatou que o principal acusado residia próximo a políticos e citou o presidente da República.

Repórter Sylvestre Serrano - “O militar, que mora no mesmo condomínio do presidente Jair Bolsonaro no Rio de Janeiro, teria usado uma touca ninja.

Entretanto, outros entrevistados ouvidos pelo telejornal relacionaram o crime à violência urbana.

Povo-fala - “Carioca tá cansado de ver esse tipo de violência.”

Ministro da Justiça - “Foi uma tragédia, mais uma tragédia diária no Rio de Janeiro.”

Sendo assim, o Jornal da Record não deixou claro o caráter político do crime. Contudo, tal estratégia atendeu aos interesses da emissora, como relatou o profissional da edição de conteúdo.

Uma vereadora do Rio de Janeiro. E, portanto, o assassinato de uma vereadora do Rio de Janeiro é grave. Isso é dito. Isso é mostrado no Jornal da Record. Mas não como uma defensora das mulheres ou uma defensora da... da questão do gênero ou uma pessoa que se coloca ali como um elemento anti-milícias. Não nessa forma. Eu acho que, assim..., é uma vereadora, uma autoridade, como é que o Jornal da Record coloca: uma autoridade do Rio de Janeiro, vítima de um crime brutal, político etc. Possivelmente, político. Mas não pela... em nenhum momento, eu acho que o Jornal da Record coloca que a Marielle foi morta em função das posições, ou das causas, ou do discurso, do que ela defendia. Em nenhum momento é colocado assim. É uma cobertura policial, de um Rio de Janeiro extremamente violento. É isso. Eu acho que toda cobertura do Rio de Janeiro, isso no Jornal da Record, ‘né’, sempre é associada à questão do Rio de Janeiro. Tem alguns estereótipos do Rio de Janeiro que são muito fortes na cobertura nacional. Não é que se diga textualmente: “Ah, a Marielle foi uma vítima da violência desenfreada do Rio de Janeiro.” Não é dessa forma. Mas, de certa (maneira), tudo se acomoda ali, tudo faz parte de um Rio de Janeiro que o Brasil enxerga, um Rio de Janeiro sem controle. Assim..., você não fala acintosamente isso só porque seria no Rio de Janeiro, mas isso perpassa toda a cobertura, embora ali o país já estivesse, né... é o começo dessa polarização e dessa loucura que a gente ‘tá’ vivendo, mas ali eu acho que o caso da Marielle ainda entra um pouco na cota, sabe, “ah, da loucura que é o Rio de Janeiro” (EDITOR H – informação verbal).

A partir de 19 de março de 2018, as notícias sobre o acontecimento focaram apenas nas investigações policiais. A escalada da edição de 12 de março de 2019, dia em que os acusados foram presos, cobrou através dos caracteres os nomes dos possíveis mandantes (Figura 24), embora o texto verbal não tenha mencionado qualquer pormenor sobre crime encomendado.

Figura 24 – Casa do acusado



Legenda: Imagem sobreposta por tarja durante escalada do JR em 12/03/2019

Fonte: Play Plus <https://www.playplus.com/History/Play?m=111154>

Para o jornalista G., que editou reportagens sobre o homicídio, mesmo a cobrança pelo mandante na tarja em 2019 atendeu a uma demanda da sociedade, assim como ocorreu no ano anterior, quando o JR atribuiu à sociedade a exigência da elucidação do crime.

Eu não vi preocupação em mostrar o legado que ela... que ela buscava e tudo. Eu vejo mais como a necessidade de buscar o culpado, de ter um esclarecimento em torno da investigação do crime. E de certa forma refletindo o que a opinião pública sempre quis, ‘né’ (EDITOR G – informação verbal).

5.3 Análise Qualitativa do JR

Aplicamos nesse segundo momento da análise televisual os três princípios de enunciação previstos na descrição do método, conforme realizamos também no primeiro noticiário observado.

5.3.1 Fragmentação

Observamos que a fragmentação do Jornal da Record mostra-se mais acentuada. A distribuição das notícias no “espelho” (roteiro) do telejornal não respeita necessariamente as editorias, mostrando-se difusa. No exemplo abaixo (Figura 25), o JR abriu a edição de 23 de março de 2018 com a editoria de polícia abrangendo duas reportagens, a segunda sobre mortes no Rio de Janeiro, que incluiu as investigações do caso da vereadora. Contudo, a sequência da ‘paginação’ mostra uma reportagem sobre os riscos nos banheiros escolares, outra sobre briga no trânsito, embora também possa ser entendida como violência, outra reportagem sobre planos de saúde, uma notícia sobre as onças do Pantanal e a última tratava do consumo de cigarros entre os adolescentes. Portanto, observamos no “espelho” dessa

edição que a temática policial misturou-se com saúde, economia, meio ambiente e comportamento no primeiro bloco.

Figura 25 – Espelho do JR

Págr	Assunto da História	Segm ento	Media Time	OK	Exibicao	Fraça	Rep	Ita	Editor	Âncora	Selo	Situaç ão	Aprovaçã o	Aprova JR	Apr Final	Tempo Prev	Início	Tempo Real	Ficat	MOS Statu
1	SHOW OPEN		0:00							=====						0:00	21:39:40	0:00		
2	ESCALADA		0:28	okp	VT	SPO	Vários		Octavio			IMP	LUC		✓	0:28	21:39:40	0:28		
3	VIOLÊNCIA MENSAGENS	+MIDI A	1:42	okp	VT	RJO	S.Serra no		Claudia	AJC 3AB		IMP	LUC	LUC	✓	2:00	21:40:08	2:00		
36	MORTES MANIFESTAÇÕES	+	1:47	okm	VT	RJO	V.Liberi o		Everton	C4	VIOLÊ NCIAR J	IMP	LUC	PAT	✓	1:56	21:42:08	1:56		
4	BANHEIRO ESCOLAS	+pav	2:37	okp	VT	SPO	D.Belini		Vinicius	A3		IMP	PAT			2:50	21:44:04	2:50		
5		PE	0:00		Nota		=====		Vinicius	A3 C2		IMP	PAT		✓	0:23	21:46:54	0:23		
9	AGRIDE MOTORISTAS	+	1:56	okm	VT	SPO	A.Sattler		Everton	ajc 3ab		IMP	OCT		✓	2:10	21:47:17	2:10		
25	SEM PLANOS	+	1:32	okl	VT	SDR	R.Loures		Angela	C4	PLANO SAÚDE	IMP	PAT		✓	1:46	21:49:27	1:46		
8	ONÇA PANTANAL	+MIDI A	1:32	okm	VT	CGE	W.Fran co		Cloris	AJC 3AB		IMP	PAT		✓	1:44	21:51:13	1:44		
6	ALUNOS CIGARRO		1:31	okm	VT	GNA	C.Magn o		Rosana	A3		IMP	PAT		✓	1:40	21:52:57	1:40		

Legenda: JR em 23/03/2018 Fonte: Arquivo Pessoal

Esta forma de ordenamento faz parte de uma estratégia editorial para assegurar os índices de audiência, mas pode agravar a dificuldade de compreensão do encadeamento dos fatos. O jornalista H explicou como o ‘espelho’ do Jornal da Record é planejado em ocasiões de notícias muito relevantes: “Então, mesmo quando você tem uma cobertura grande, normalmente você oferece a cobertura, mas com a preocupação de não ficar como um tema único, e aí, muitas vezes você dilui ao longo do espelho (EDITOR H – informação verbal).

No caso específico da cobertura da execução de Marielle Franco, o JR exibiu as reportagens sobre o crime na sequência de outros acontecimentos de violência ou de notícias sobre a intervenção federal no Rio de Janeiro, enquadrando o assunto na editoria de polícia. O entendimento da complexidade do crime contra a vereadora tornou-se mais árduo para o telespectador da Record TV quando a fragmentação ocorreu também dentro das reportagens. Em 17 de março de 2018, a reportagem de Carolina Novaes relacionou três fatos distintos: o desvio na Polícia Federal da munição usada no assassinato da vereadora carioca, a atuação dos militares da intervenção federal na prestação de serviços comunitários na favela Vila Kennedy e uma tentativa de assalto em Niterói. Assuntos distintos, encadeados como se houvesse ligação entre eles. Esquema semelhante de composição foi empregado em 23 de março na reportagem de Vanessa Libório, que elencou informações diversas: a morte de um policial militar, uma onda de violência no Rio de Janeiro, os desafios enfrentados pelos

militares da intervenção federal e as investigações sobre o assassinato de Marielle Franco. Mais uma vez, uma combinação de assuntos distintos. Essa associação reforçou a concepção policial para o crime contra a vereadora.

5.3.2 Dramatização

Embora tenha exibido imagens de manifestantes chorando e rezando, o Jornal da Record não chegou a promover uma aproximação com a linguagem ficcional. Como a cobertura concentrou-se nas informações associadas à investigação policial e limitou a abordagem do aspecto humano das vítimas, acabou por reduzir a possibilidade de identificação do público com os personagens reais. Somente na data de 15 de março de 2018, os sentimentos de tristeza e indignação foram retratados, como na reportagem de Carolina Novaes sobre o enterro da parlamentar. Contudo, não houve preocupação com a elaboração de um texto verbal mais poético ou mesmo emotivo.

Repórter Carolina Novaes - “O clima era de forte emoção” (Figura 30).

Figura 26 – Manifestante chora



Legenda: JR em 15/03/2018

Fonte: Play Plus <https://www.playplus.com/History/Play?m=111154>

Já na nota coberta sobre o motorista Anderson Gomes, foi a sonora da viúva ao lembrar do filho de um ano e sete meses sem pai que impregnou de sensibilidade a cobertura até então impassível ao aspecto humano.

Viúva Ágatha Reis - “É difícil até pensar como é que vai ser ficar sem ele e explicar isso para uma criança, fazer a criança ter uma memória do pai. É simplesmente horrível” (Figuras 27 e 28)

Figura 27 – Entrevista da viúva de Anderson



Legenda: JR em 15/03/2018

Fonte: Play Plus <https://www.playplus.com/History/Play?m=111154>

Figuras 28 – Família de Anderson



Legenda: JR em 15/03/2018

Fonte: Play Plus <https://www.playplus.com/History/Play?m=111154>

Os jornalistas da Record TV esclareceram que estão acostumados a humanizar as histórias com o objetivo de envolver o público, porém desta vez, construíram as notícias de forma que as informações fossem transmitidas sem gerar comoção.

Assim..., o que o Jornal da Record fez foi uma cobertura fria, do ponto de... pegando a forma como a TV tende a dramatizar, o que é uma tendência da TV no Brasil, ao menos... em qualquer veículo, 'né'? A dramatizar, a transformar aquilo ali num enredo, numa história e tal. No Jornal da Record, do ponto de vista da direção da casa, do ponto de vista da direção do departamento, a preocupação era justamente o contrário: se ater aos fatos, dar a cobertura que tinha que dar, mas sem carregar, sem transformar a... havia uma preocupação sim, isso dito a mim diretamente, assim... não transforme em mártir. Era isso. Cobrir, porque é necessário cobrir, porque é um assunto obviamente de gigante repercussão, de repercussão nacional, mas não carregar nas tintas, não transformar isso... coisas que a gente faz, coisa que a TV faz, que a mídia faz com outros (EDITOR H – informação verbal).

5.3.3 Definição de Identidades e Valores

A composição dos elementos da narrativa audiovisual do JR expressou a gravidade e a importância da elucidação do crime, mas, como vimos, o telejornal atribuiu à sociedade a tarefa de cobrar as respostas das autoridades, referindo-se ao clamor social.

15 de março de 2018: “Os manifestantes pediram justiça e transparência na investigação do crime.”

16 de março de 2018: “A sociedade cobra uma resposta rápida.”

Da mesma forma que os profissionais da Rede Globo, os jornalistas da Record TV consideram que é papel da imprensa pressionar as autoridades e elencar os acontecimentos mais relevantes do cotidiano.

Acho que é você jogar o holofote ali e mostrar, olha, a importância... primeiro de um pensamento, de uma ideologia ou de uma luta e a importância de se respeitar tudo e todos ou de você pelo menos temer a Justiça, que não foi completamente feita porque a gente sabe que não é todo mundo que ‘tá’ atrás das grades. Mas que foi parcialmente descoberto, ‘né’, aquilo ali. [...] você imagina na Divisão de Homicídios o volume em pleno Rio de Janeiro com índice de violência tão grande, de mortalidade tão grande, você imagina o volume de inquéritos que chegam ‘pra’ cada delegado despachar ‘pras’ suas equipes diariamente. Deve ter quantos, deve ter uns cinco, sete delegados? Que trabalham com esquema de plantão e que têm uma equipe reduzida... você imagina o tanto de material que eles têm de investigação na mesa. Por que que eles puxam o debaixo ou o do meio ou o de cima? O que que leva? Eu imagino que a força, a pressão que a imprensa tem e que sabe que tem... o bacana é isso, ‘né’, porque a gente vive numa geração que a gente sabe do poder da imprensa (REPÓRTER F – informação verbal).

Ao mesmo tempo em que explicitou a necessidade de uma solução, o Jornal da Record exaltou o trabalho investigativo das forças policiais e a validade da intervenção federal na área de segurança pública do estado, como nos exemplos verbais abaixo.

15 de março de 2018: “O caso teve forte impacto no governo e frustrou o balanço positivo da intervenção no Rio...”

15 de março de 2018: “A ordem do governo foi ressaltar a gravidade do crime, mas também a importância da intervenção no Rio de Janeiro.”

12 de março de 2019: “A investigação foi complexa e minuciosa.”

13 de março de 2019: “O novo delegado ainda não foi anunciado, mas terá o desafio de dar continuidade à segunda etapa das investigações e descobrir a motivação e os mandantes do crime.”

Embora tenha ressaltado as imagens exclusivas que conseguiu, esta atitude representou mais a exaltação do jornalismo da própria emissora do que a reafirmação da atividade informativa profissional em tempos de crescimento das redes sociais. O JR buscou, assim, mostrar-se competitivo e dispondo dos mesmos recursos da concorrência.

Eu acho que não ficou devendo e nem elevou o tom do fato em si, que é uma vereadora, mulher, negra, representante de uma classe social baixa, menos favorecida, que foi perseguida e assassinada por seus... por seus ideais, pela sua luta, por incomodar... eu acho que a gente passou isso (REPÓRTER F – informação verbal).

O Jornal da Record fez o feijão com arroz, uma cobertura correta sem grande destaque. Fez o feijão com arroz. O Jornal Nacional já colocou um bife em cima. No Rio de Janeiro especialmente, que é a casa da TV Globo, é muito difícil. Algumas instituições como a Polícia Civil e o Ministério Público priorizam passar informações exclusivas para a TV Globo. Eu falava com os ‘caras’ todo dia, ia até lá, mas a informação, a imagem exclusiva, só passavam ‘pra’ Globo. Eu cheguei a pressionar uma autoridade porque ela já tinha dado três furos para o Jornal Nacional. Depois de reclamar muito, teve um dia em que cheguei e exigi pelo menos uma informação exclusiva ‘pra’ mim. Eu ‘peitei’. Aí, consegui. Naquele dia, o Jornal da Record teve uma informação nova sobre a investigação do caso (REPÓRTER E – informação verbal).

Como se deteve prioritariamente no inquérito policial e enfatizou somente da luta de Marielle pela igualdade racial, deixando de valorizar a trajetória da parlamentar, o noticiário da Record TV não se empenhou em desmentir *fake news* a respeito da vida da vereadora.

Eu acho que o JR, acho que essa é uma das grandes questões que afligem a equipe do JR, porque o JR é, em tese, você considerando o papel que... a força que a emissora tem, a estrutura que tem, o orçamento que tem, o JR é o segundo maior telejornal do Brasil ali no *prime time*, certo? Acho que a grande questão do JR, nessa cobertura da Marielle como em outras coberturas, que é a grande discussão da equação do JR é que ele não teve um papel preponderante. Assim..., ele foi um jornal que cobriu, que deu a notícia, mas ele não lançou informações novas, não trouxe fatos ou indícios ou depoimentos ou questões novas ‘pra’ cobertura. Ele reportou. Não teve um papel de cobrar, não houve, em nenhum momento, uma intenção ou uma vontade ou uma mobilização de buscar fatos novos. Eu acho que isso é um grande ponto, assim..., para um jornal que é o segundo maior telejornal (EDITOR H – informação verbal).

5.4 Interpretação de resultados do JR

O principal telejornal da Record TV não priorizou o tema do assassinato da vereadora carioca em sua narrativa. O assunto não ocupou espaço de destaque no noticiário se levarmos em consideração o tempo destinado à cobertura no período analisado nessa pesquisa, pois representou apenas quatro por cento das notícias divulgadas. No entanto, a hierarquização do tema, que apareceu inclusive na escalada de algumas edições, indicou o reconhecimento da gravidade e da importância do fato para a sociedade brasileira. Apesar do percentual de tempo destinado ao crime ter se mostrado pequeno, os jornalistas da emissora ponderaram que ainda assim foi significativo em relação à prática do Jornal da Record de diversificar e pulverizar as notícias para apresentar-se como um noticiário mais completo, abrangente e impor ritmo mais dinâmico. Tal estrutura do ‘grande texto’ audiovisual, com notícias curtas e muito variadas, não permite o aprofundamento dos temas, mas fortalece as funções de informar e entreter, intensificando a experiência de lazer do público.

Os profissionais da emissora ouvidos na pesquisa destacaram os critérios principais para que um acontecimento vire notícia no JR: interesse público, relevância nacional e expectativa da audiência. De acordo com os relatos durante as entrevistas, a execução de Marielle Franco enquadrou-se nos dois primeiros quesitos, porém não foi avaliada como um acontecimento que atraísse a atenção do público da Record por muito tempo. As justificativas apresentadas pelos jornalistas foram a falta de imagens, os diferentes motivos que dificultaram a redação da emissora em conseguir ‘furos’ de reportagem e de transformar a notícia em um enredo com começo, meio e fim. Acrescentamos que a determinação da direção de conteúdo, mencionada nos depoimentos, em não valorizar a figura da vereadora, a própria linha editorial conservadora e os interesses políticos da Record TV também serviram de obstáculo para a construção de notícias com potencial de envolver a audiência, já que a narrativa não tinha como humanizar a vítima, provocando emoção e identificação.

Durante o período de 21 dias em que o JR foi objeto de análise, o telejornal exibiu séries e reportagens especiais com tratamento de pós-produção, ou seja, efeitos nas imagens, sobre sons e trilha sonora. Porém, o noticiário pouco explorou os sons dos ambientes que compuseram as reportagens sobre a execução de Marielle Franco, como as manifestações e os enterros. Sendo assim, a narrativa dispensou mais um recurso significativo para o despertar de emoções. Os textos verbais também se restringiram ao lugar-comum, relatando o fato com frases e expressões de uso frequente e corriqueiro em notícias policiais. Não percebemos dramatização ou intenção poética no tratamento dos elementos da linguagem audiovisual, o que deixou a narrativa ainda mais longe de ser envolvente. De acordo com o editor D, esse distanciamento configurou-se em uma estratégia enunciativa, pois “foi uma cobertura fria, do ponto de... pegando a forma como a TV tende a dramatizar, o que é uma tendência da TV no Brasil [...] No Jornal da Record, do ponto de vista da direção da casa, do ponto de vista da direção do departamento, a preocupação era justamente o contrário.” O repórter E recorreu ao prato básico da culinária brasileira para explicar a cobertura do JR: ‘fez o feijão com arroz’.

Contudo, o Jornal da Record dedicou atenção ao comportamento da sociedade, em especial às manifestações de rua, mesmo sem estabelecer diálogo com as redes sociais. Nem a narrativa nem os jornalistas que participaram da cobertura do homicídio da vereadora se preocuparam em monitorar as reações e comentários dos usuários dessas redes. A busca por tais mídias só ocorreu quando a redação da emissora precisou utilizá-las como fonte de informações e imagens para as reportagens.

Apesar dos aspectos identitários indicarem que a vereadora pertencia às minorias sociais discriminadas historicamente, as pessoas de tais grupos apareceram em menor número

na narrativa do telejornal, tanto como entrevistados quanto nas imagens. Entretanto, os jornalistas da emissora, assim como os profissionais da concorrente, consideraram que a própria apresentação de Marielle Franco aos brasileiros pela tela da TV já foi uma forma de dar voz às minorias que ela representava. Percepção esta explicitada pelo repórter F: “na figura dela eles se viram representados, eles se sentiram notados.”

A cobrança pela elucidação do crime e, posteriormente, pela descoberta de seus mandantes ocorreu de maneira ‘disfarçada’, indireta. O JR explicitou tal cobrança, porém atribuiu à sociedade a exigência do esclarecimento do assassinato, não assumindo o lugar de intermediário entre a audiência e as autoridades. Embora a maioria dos profissionais da emissora ouvidos tenha identificado essa forma indireta de cobrança, considerou que o telejornal cumpriu o papel de pressionar o poder público ao exhibir o clamor popular. Entendemos que assumir a posição de interlocutor se tornou tarefa complexa para o Jornal da Record na medida em que não investiu fortemente na cobertura e sequer deixou claras as implicações políticas e ideológicas do fato. Em um jogo de luzes e sombras, o JR foi capaz de demonstrar a motivação política do homicídio sem chamar muita atenção para tal aspecto, basicamente devido à fragmentação acentuada tanto no ordenamento das notícias no ‘espelho’ quanto na construção das reportagens. Assim como descreveu Bourdieu (1997), o noticiário da Record TV ‘mostrou escondendo’ o caráter político do assassinato, misturando-o a outros casos de violência urbana, alimentando o imaginário social em torno da cidade do Rio de Janeiro, comumente associada à criminalidade. Embora isso seja possível identificar na narrativa por meio da aplicação das categorias e princípios da Análise Televisual, o próprio editor H, que ocupava na época um cargo estratégico no telejornal, chegou a admitir em sua entrevista a essa pesquisa: “você não fala acintosamente isso só porque seria no Rio de Janeiro, mas isso perpassa toda a cobertura.”

Da mesma forma, as causas sociais defendidas pela parlamentar carioca foram insinuadas, mas não chegaram a ser contempladas pelo telejornal, como destacou o editor G: “Eu não vi preocupação em mostrar o legado que ela... que ela buscava e tudo.” Compreendemos que o JR manteve uma narrativa conservadora frente à figura liberal e progressista da vítima, preservando assim a mediação que exerce entre os acontecimentos sociais e seu público, em grande parte evangélico. O telejornal praticamente ignorou a homossexualidade da vereadora e relatou sua atuação política sem especificar quais eram suas principais bandeiras de luta. Marielle Franco foi descrita na narrativa de forma generalizada como uma ativista de causas sociais. O JR também não aprofundou o debate sobre os Direitos Humanos. Tal posicionamento pode ser entendido ainda a partir dos frequentes apoios do

jornalismo da emissora às operações de repressão policial nas periferias e à intervenção federal na segurança do Rio de Janeiro em 2018. Como vimos em Batista (2010), a mídia tornou-se protagonista das justificativas de medidas de repressão e do uso da força nas regiões marginalizadas das cidades, onde residem as camadas populares.

No entanto, o Jornal da Record realçou nas enunciações, por meio da combinação dos elementos da linguagem audiovisual, a questão da igualdade racial, como se esta configurasse a principal frente de luta de Marielle Franco. A vereadora foi repetidamente apresentada como “defensora dos direitos das mulheres negras” (exemplos do JR em 15 e 17 de março de 2018). Assim, o telejornal acabou por reduzir o espectro de atuação da parlamentar. A repetição da bandeira racial e o uso da palavra ‘ativista’ (que pode ser empregada como sinônimo de militante) ao longo da cobertura representaram, portanto, mais uma estratégia narrativa de produção de sentido. A Marielle do Jornal da Record foi sobretudo uma ativista contra a discriminação racial.

CONCLUSÃO

Com a análise quantitativa e qualitativa das narrativas dos dois telejornais e os depoimentos dos jornalistas, alcançamos o principal do objetivo da presente pesquisa, que consiste em identificar as características enunciativas que produziram sentidos em torno do assassinato da vereadora carioca a partir da combinação dos elementos da linguagem audiovisual para responder a pergunta sobre quem foi a Marielle Franco dos telejornais. A construção da representação simbólica da parlamentar está ligada à função de mediação de cada telejornal, à maneira como eles se inserem no novo contexto midiático e no cenário de polarização política da sociedade brasileira. Portanto, descobrir quem foi a Marielle dos noticiários das emissoras de maior audiência no país ajuda a entender como o próprio telejornalismo opera na atualidade.

Em um exame comparativo, constatamos que os noticiários se assemelham, pois o Jornal Nacional é uma referência para o telejornalismo brasileiro. Sendo assim, ambos os telejornais analisados apresentaram estrutura narrativa similar, com pequenas variações de acordo com o tempo de produção e com estratégias para atrair a audiência. O Jornal Nacional é mais curto e com reportagens mais extensas, conseqüentemente, possui menor quantidade de notícias. O Jornal da Record utiliza muitas notas cobertas para abarcar maior número de assuntos e preencher o tempo de produção total, que é maior. A distribuição e o ordenamento dos temas nos espelhos também atendem às estratégias editoriais de conquistar e ‘prender’ a audiência, sendo que o JR demonstra uma paginação mais difusa, o que acentua a dificuldade de compreensão da complexidade e do encadeamento dos fatos.

Com relação à cobertura jornalística do assassinato da vereadora carioca, observamos outra afinidade entre os noticiários. Nenhum deles possuía imagens de arquivo da vereadora pois o telejornalismo não havia concedido até então espaço à parlamentar. Os telejornais analisados recorreram a fotos e vídeos disponibilizados na internet, gráficos, mapas e simulações computadorizadas para compor suas narrativas.

Apesar de tais similaridades, os dois noticiários apresentaram substancial diferença na produção de sentidos em torno da vereadora. Cabe esclarecer que não fazemos aqui nesse estudo qualquer juízo de valor quanto à qualidade e capacidade do jornalismo das emissoras de TV. Entendemos que ambas as narrativas são resultado de escolhas baseadas em intenções, interesses diferentes e visões de mundo particulares. Dito isto, seguimos com a nossa exposição comparativa.

Começando pela ênfase dada à notícia do assassinato, percebemos que o Jornal Nacional valorizou o acontecimento tanto no modo de tratamento quanto na hierarquização da notícia. O JN também dedicou aproximadamente cinco vezes mais tempo para o fato do que o Jornal da Record. Proporcionalmente à média de duração de cada telejornal, essa distância entre eles em relação ao tempo destinado ao tema acentua-se, pois o JN possui menos tempo de produção diária. Embora, os 47 minutos de abordagem do assunto no JR sejam relevantes, não representaram parcela considerável do telejornal como um todo (Quadro 08).

Quadro 08 - Comparação de tempo do tema Marielle Franco

Marielle Franco	JN	JR
Tempo	03h 06min 25seg	47min
% das edições	19%	4%

Fonte: A autora

A alteridade esteve presente nas narrativas. Contudo, as minorias sociais ainda apareceram em menor número nas reportagens dos dois noticiários, reproduzindo o abismo de visibilidade existente nos meios de comunicação entre homens e mulheres, ricos e pobres, brancos e pretos. Portanto, as estratégias discursivas dos telejornais evidenciam a falta de pluralidade de vozes, que é de certo modo justificada pelos jornalistas como uma característica das coberturas com enfoque na investigação policial e como garantia de legitimação das informações, como explicou o repórter F: “‘pra’ gente divulgar uma matéria em qualquer que seja o veículo e qualquer que seja o alcance, local ou rede (nacional), a gente tem de ter credibilidade, a gente tem de se resguardar [...], o Ministério Público, o delegado, o juiz, eles têm fé pública.” Assim, como observou a socióloga Gaye Tuchman (apud SARTOR, 2016), o telejornalismo acaba participando da legitimação institucional mútua ao ratificar o *status* de verdade das informações divulgadas por fontes oficiais que pertencem a outras instituições validadas pela sociedade.

Notamos ainda que a narrativa do Jornal Nacional, com referências às mídias digitais, foi justamente a que deu mais importância à repercussão do tema, às investigações e à vítima. Foi a narrativa que se deteve na explicação da trajetória e das causas abraçadas por Marielle. Apesar do diálogo com as redes sociais ou até mesmo por causa dele, tal narrativa foi a que mais investiu na reafirmação da autoridade jornalística.

Além disso, o julgamento do fato para seleção, tratamento e hierarquização da notícia baseou-se em critérios semelhantes nas duas emissoras, como relevância nacional, interesse público, importância da cidade onde ocorreu, repercussão e expectativa da audiência. Contudo, este último estabeleceu distinções fundamentais entre as coberturas e as narrativas,

pois cada telejornal fala para um determinado público, cujas expectativas se diferenciam. Logo, a importância do acontecimento em si foi menos significativa para a construção da narrativa do que o presumido interesse do público. Essa razão surge nos depoimentos dos jornalistas, principalmente dos editores de texto e conteúdo dos telejornais. O profissional da Rede Globo definiu o fato como um crime cheio de interrogações, intrigas, com comoção nacional. “E o Jornal Nacional não é burro, né?” (EDITOR D). Já o profissional da Record TV preocupou-se com o momento de polarização política no país, “em que se pressupõe que parte do público não ‘tá’ tão preocupado assim” (EDITOR H) com aquela notícia.

Tal percepção dos jornalistas e das emissoras de televisão serve de parâmetro também para o investimento em um trabalho de investigação. Como considerou tratar-se de uma cobertura mobilizadora de audiência, a Rede Globo apostou em um forte esquema de apuração com um núcleo especial de produtores e repórteres. “Foi um trabalho de jornalismo investigativo muito grande, envolveu uma equipe inteira” (REPÓRTER B). Em contrapartida, sem o planejamento de uma cobertura aprofundada, a Record TV dependeu do esforço individual dos profissionais, comprometidos com a rotina das pautas diárias, para apresentar qualquer dado exclusivo no Jornal da Record. “Assim, ele foi um jornal que cobriu, que deu a notícia, mas ele não lançou informações novas [...] não houve, em nenhum momento, uma intenção ou uma vontade ou uma mobilização de buscar fatos novos.” (EDITOR H).

Também por meio da leitura crítica de cada narrativa, percebemos que os elementos audiovisuais foram usados de modo a reforçar ou minimizar determinadas informações sobre o crime ou certos aspectos relacionados ao perfil da parlamentar. Assim como foi definido no objetivo dessa pesquisa, interessa-nos a produção de sentidos. Sob tal perspectiva, as narrativas mostraram distinções. O contexto e a motivação política do assassinato ficaram mais evidentes no Jornal Nacional, que valorizou sua mediação quando se apresentou como interlocutor da sociedade na busca da verdade para a elucidação do homicídio e a garantia das liberdades democráticas. O Jornal da Record focado no factual e sem demonstrar atenção aos aspectos políticos, descontextualizou a morte da parlamentar, sugerindo uma associação com a violência urbana no Rio de Janeiro.

Da mesma forma, as narrativas estabeleceram enfoques distintos da trajetória e atuação de Marielle Franco. O JN assinalou as principais causas defendidas pela vereadora. “Havia uma preocupação da gente dizer quem era a personagem, apresentar postumamente a Marielle ao Brasil (REPÓRTER C). As pautas liberais e progressistas da parlamentar, sua homossexualidade e cor da pele não representaram incômodo para o mais antigo telejornal do país e que já foi considerado extremamente conservador. Compreendemos que o Jornal

Nacional se tornou mais liberal, buscando a empatia do público. Logo, o JN evidenciou a estratégia de ‘humanismo solidário’ (BECKER, 2020), que se fundamenta no modo como os brasileiros passaram a discutir as questões relativas à igualdade racial e liberdade de gênero. Entendemos que o JN “tem se adequadado à sociedade [...] uma mudança que reflete uma mudança da sociedade” (REPÓRTER B). A adoção de tal estratégia veio a se fortalecer quando a Rede Globo passou a sofrer oposição da administração municipal do Rio de Janeiro e mais tarde do governo federal, o que tornou necessário garantir o apoio da população, ampliando a audiência. No ano de 2019, o JN exibiu inúmeras reportagens condenando o feminicídio e o racismo após a vitória de Jair Bolsonaro nas eleições presidenciais cujo discurso conservador apresenta viés ideológico de extrema direita (OLIVEIRA, APINAGÉ, 2020).

Por outro lado, o JR evitou explicar as bandeiras de luta da vereadora e mencionar sua homossexualidade, atendendo dessa maneira aos interesses da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) e ao pensamento conservador do público evangélico da emissora. Consideramos também as implicações políticas, pois exibir as causas defendidas por Marielle significaria dar espaço na televisão para ideias e propostas do PSOL, principal adversário do bispo Marcelo Crivella, prefeito do Rio de Janeiro na época.

Além disso, a polarização política começava a se intensificar no Brasil em 2018, ainda com a campanha para a eleição do novo ocupante da Presidência da República. O Jornal da Record e o Jornal Nacional demonstraram naquela cobertura do caso Marielle que se posicionavam em lados opostos diante da divisão da sociedade brasileira. “É um momento crucial, um momento em que essas bandeiras são muito importantes” (REPÓRTER A). Cada telejornal fala, então, para determinada parcela da população.

Em um exame superficial dos relatos dos jornalistas pode parecer curioso como as construções discursivas e as representações simbólicas dos noticiários tenderam às diretrizes políticas e editoriais das respectivas emissoras sem que tenha havido uma veemente instrução da direção de jornalismo aos profissionais envolvidos na cobertura. Apesar dos diretores da Record TV terem de fato orientado os editores que ocupavam posições estratégicas, como revelou o editor H, tais instruções não foram dadas a todos os profissionais. No entanto, isto não se fez necessário em nenhuma das redações. Para os editores da Rede Globo e da Record TV, os interesses das emissoras estavam subentendidos.

Editor D (Rede Globo): “Óbvio que é uma empresa que tem interesses políticos, se vê que é... Mas (INSTRUIR) como você vai tratar Marielle não. A gente não recebe isso assim, não é essa coisa aberta desse jeito.”

Editor G (Rede Record): “A gente sabe que eles não... eles nunca avançam por esses meandros assim. Quando a coisa tem um pouquinho de viés de ser mais progressista, eles já cortam.”

Editor H (Record TV): “[...] é sempre nesse sentido assim ‘cuidado pra não carregar’, ‘não exagera’. Porque tem toda uma questão política envolvida [...] então, a coisa acontece de uma forma um pouco mais sutil, certo? Então, assim...’ não vamos glamourizar, espetacularizar ou crescer a cobertura [...]”

Uma observação mais atenta dos depoimentos indica que os jornalistas já haviam interiorizado as posições e retóricas das emissoras. O “tom” da cobertura no JN passou pela própria mobilização da redação, que convocou profissionais às pressas, organizou uma força-tarefa e destacou um núcleo especial para o jornalismo investigativo. Já no JR não houve uma reorganização da redação para investir no caso, tratado apenas como mais uma notícia policial. Até mesmo quem não se envolvia diretamente com as decisões editoriais, incorporou um discurso alinhado à linha editorial da respectiva emissora.

Repórter A (Rede Globo): “Eu acho que a gente não enalteceu, mas a gente traçou o perfil dela realmente.”

Repórter B (Rede Globo): “Eu acho que prevaleceu a imagem de uma mulher corajosa, uma mulher nascida na periferia e que não teve medo de lutar contra as forças policiais, não teve medo de lutar contra a milícia, que não teve medo de expor as bandeiras.”

Repórter C (Rede Globo): “É difícil você fugir da imagem de que alguém morreu numa resistência, numa luta. E isso implica obviamente num papel de heroísmo, de bravura, de cumprimento de dever.”

Repórter F (Record TV): “[...] ela representava um grupo pequeno. [...] Eu acho que (A COBERTURA) não ficou devendo e nem elevou o tom do fato em si, que é uma vereadora, mulher, negra, representante de uma classe social baixa, menos favorecida, que foi perseguida e assassinada por seus ideais, pela sua luta, por incomodar [...]”

Editor G (Record TV): “Eu acho que a cobertura do Jornal da Record foi bem isenta, não houve essa coisa de transformá-la em heroína e tudo. [...] Eu acho que o tratamento do Jornal da Record sempre foi do factual, de uma morte de um político sendo investigada.”

Portanto, por meio das combinações entre imagens e palavras escolhidas pelos jornalistas, as reportagens e transmissões ao vivo atribuíram sentido ao assassinato e à figura da vítima, concebendo uma representação simbólica da parlamentar carioca. Respondendo à pergunta central dessa pesquisa, observamos que a Marielle do Jornal Nacional virou mártir ou heroína. A Marielle do Jornal da Record foi uma ativista da igualdade racial. Logo,

confirmamos o pressuposto que as narrativas apresentaram distinções e produziram diferentes sentidos em torno do crime e da vereadora, o que corrobora a inexistência de imparcialidade. “Não existe linguagem que seja totalmente neutra” (REPÓRTER C). Da mesma forma, comprovamos a hipótese de que as narrativas elaboraram perfis distintos da vereadora amparadas na linha editorial das emissoras e nos interesses políticos de grupos que se colocaram a favor ou contra a administração municipal e ao futuro governo federal em ano eleitoral. Embora as posições opostas das emissoras evidenciem um conflito de valores, entendemos que as questões econômicas se apresentam como pano de fundo da disputa de sentidos devido às verbas públicas destinadas à mídia para publicidade.

Além disso, os sentidos produzidos em torno de Marielle Franco, distintos ou não, apresentam a vantagem de conduzir a sociedade a um debate sobre o imaginário social da mulher e do preto. No entanto, sequer chegam a ameaçar a estratificação socioeconômica. Enaltecer e homenagear a vereadora como se fosse mártir ou heroína a distancia tanto da realidade quanto limitá-la ao ativismo racial. Consequentemente, a mensagem implícita é de que não vale a pena seguir o exemplo de Marielle e correr o risco de morrer. Assim, confirmamos também a segunda hipótese da pesquisa de que as narrativas camuflam ou deixam de focar na possibilidade de mudança para as classes mais pobres, como demonstra a trajetória de Marielle. Em maior ou menor grau, ambos os telejornais preservaram o *status quo*.

Destacamos que não temos pretensão de elencar todas as intenções por trás de uma ou outra estratégia enunciativa, até porque são inúmeros os interesses das organizações informativas e de seus profissionais ao narrarem um acontecimento, tornando impossível apontar todos. Cabe aqui ressaltarmos os aspectos que envolvem a comunicação, pois o telejornalismo e o contexto midiático da contemporaneidade foram o ponto de partida para a análise dos noticiários de TV. Constatamos que os telejornais refletiram o momento histórico, político e cultural em que foram produzidos, assim como incorporaram os princípios e convicções da audiência para a qual se endereçavam, garantindo os vínculos afetivos com o público. Dessa forma, os telejornais, por meio das narrativas adotadas, continuam funcionando como importante fonte de conhecimento do cotidiano e preservam seu lugar de referência na atual diversidade de mídias.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Leonel A; BARSOTTI, Adriana. **O processo de produção da primeira página: uma perspectiva crítica a partir das teorias do jornalismo**. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, Curitiba, 2017.
- AHMED, Sarah. *The Cultural Politics of Emotion*. NY: Routledge, 2004.
- ALLAN, Stuart. **O jornalismo e a cultura da alteridade**. Brazilian Journalism Research, vol. 11, número 2, 2014
- ALSINA, Miquel R. **A construção da notícia**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2009
- AMARAL, Adriana. **Autonetnografia e inserção online: o papel do pesquisador-insider nas práticas comunicacionais das subculturas da Web**. Revista Fronteiras – estudos midiáticos, vol.11, número 1, 2009
- AZEVEDO, Celia Maria Marinho. **Onda negra, medo branco**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da Criação Verbal**. Tradução do francês Maria Ermantina Galvão G. Pereira. 2 ed. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1997
- BARRET, Lisa Feldman. *How Emotions Are Made: The Secret Life of the Brain*. Boston: Mariner Books, 2017.
- BARSOTTI, Adriana; AGUIAR, Leonel A. **Mudanças nos modos de leitura das notícias e perda de importância da home page**. Revista Alceu, vol. 18, número 36. 2018
- BARTHES, Roland. **O Prazer do Texto**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1987
- BASTOS, Rodolpho A. S. M. **Ressonâncias medievais no feminino contemporâneo: os modelos de feminilidades do medievo e sua relação com a violência contra as mulheres**. Revista Mandrágora, vol. 22, número 2, 2016
- BATISTA, Vera M. **Memória e medo na cidade do Rio de Janeiro**. O Olho da História, n. 14, Salvador, junho de 2010.
- _____. **O medo na cidade do Rio de Janeiro. Dois tempos de uma história**. Rio de Janeiro: Revan, 2003.
- BECKER, Beatriz. **A linguagem do telejornal: um estudo da cobertura dos 500 anos do descobrimento do Brasil**. 2 ed. Rio de Janeiro: Ed. E-Papers, 2005.
- _____. **Jornal Nacional: estratégias e desafios no seu cinquentenário**. Rio de Janeiro: Alceu, Revista de Comunicação, Cultura e Política. Vol. 20, número 40, 2020.

BATISTA, Vera M. **Mídia e jornalismo como formas de conhecimento: uma metodologia para leitura crítica das narrativas jornalísticas audiovisuais.** Revista Matrizes, ano 5, número 2. São Paulo, 2012.

_____. **Televisão e novas mídias: repensando o papel das audiências nos telejornais.** Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Comunicação - Compós, vol. 17, número 2. Brasília, 2014

_____. **Televisão e telejornalismo: transições.** São Paulo: Ed. Estação das Letras e Cores, 1 ed, 2016

BENETTI, Márcia. **Jornalismo e imaginário: o lugar do universal. Esfera pública, redes e jornalismo.** Rio de Janeiro: E-papers, 2009

_____. **O jornalismo como gênero discursivo.** Revista Galáxia, número 15. São Paulo, 2008

BENETTI, Márcia.; JACKS, Nilda. **O discurso jornalístico.** In Anais Compós - Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. Brasília, 2001

BENETTI, Márcia; LISBOA, Sílvia. **O jornalismo como crença verdadeira justificada.** Brazilian journalism research, vol. 11, número 2. SBPJor, 2015

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de Sociologia do Conhecimento.** Tradução Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis: Ed. Vozes, 2002

BONNER, William. **Jornal Nacional: modo de fazer.** Rio de Janeiro: Ed. Globo, 2009

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão: seguido de a influência do jornalismo e os jogos olímpicos.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997

BRUNS, Axel. **Gatekeeping, gatewatching, realimentação em tempo real: novos desafios para o jornalismo.** Brazilian Journalism Research, vol 7, número 2. 2011.

BUTLER, Judith. Gender *Trouble, Feminism and the Subversion of Identity.* London: Routledge, 2002.

CALDEIRA, Teresa P. R; HOLSTON, James. **Democracy and Violence in Brazil.** *Society for Comparative Study of Society and History*, Vol. 41, número 4. Londres: Cambridge University Press, 1999.

CARPENTIER. Nico. **Media and Participation - A site of ideological-democratic struggle.** Chicago: Intellect Bristol, UK, 2011.

_____. **O conceito de participação.** Se eles têm acesso e interagem, eles participam de fato? Revista Fronteiras – estudo midiático. Vol. 14, número 2. Unisinos, 2012.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias.** São Paulo: Contexto, 2006.

CHIARA, Lise. **Telejornalismo e mídias sociais:** interação midiática na morte de Marielle Franco. In Anais 17 Encontro Anual da SBPJor – Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo. Goiânia, 2019

CHOULIARAKI, Lillie. *The aestheticization of suffering on television*. Londres: Visual Communication, 2006.

CITELLI, Adilson. **Linguagem e Persuasão**. 25 ed. São Paulo: Ed. Ática, 2002

CLIFFORD, James. **A experiência etnográfica:** antropologia e literatura no século XX. 3 ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2008

COUTINHO, Iluska; Musse, Christina. **Telejornalismo, narrativa e identidade:** a construção dos desejos do Brasil no Jornal Nacional. Revista Alerjor, ano 1, vol. 1. São Paulo, 2010

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo:** ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Ed. Boitempo, 2016.

DELMAZO, Caroline; VALENTE, Jonas C. L. **Fake news nas redes sociais online:** propagação e reações à desinformação em busca de cliques. Media & Jornalismo, vol.18, número 32. Lisboa, 2018

DENSHIRE, Sally. *Autoethnography*. *Sociopedia*. DOI: 10.1177/205684601351, 2013

DERAKHSHAN, Hossein; WARDLE, Claire. *Information Disorder: Definitions* In: *Understanding and Addressing the Disinformation Ecosystem*. Pennsylvania: 2017

DUARTE, Elizabeth B.; CURVELLO, Vanessa. **Telejornais:** quem dá o tom? In GOMES, Itania Maria M. (org) *Televisão e realidade*. Salvador: Edufba, 2009

DUARTE, Jorge. **Entrevista em profundidade**. In DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio (org.) *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação*. 2 ed. São Paulo: Ed. Atlas S.A., 2011

FECHINE, Yvana. **Gêneros televisuais:** a dinâmica dos formatos. Revista Symposium, vol. 5, número 1. Recife: 2001

_____. **Televisão, digitalização e produção de conteúdos:** a importância dos gêneros. In: SEIXAS, L.; Pinheiro, N. F. *Gêneros – Um diálogo entre Comunicação e Linguística* (Org.). Florianópolis: Insular. 2013

_____. **Televisão e presença:** uma abordagem semiótica da transmissão direta. São Paulo: Ed. Estação das Letras e Cores, 2008.

_____. **Televisão transmídia:** conceituações em torno de novas estratégias e práticas interacionais da TV. In Anais do XXII Encontro Anual da Compós - Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. Salvador, 2013.

FRANÇA, Vera. **O acontecimento e a mídia**. Revista Galáxia, número 24. São Paulo, 2012

FREIRE FILHO, João; LEAL, Tatiane. “**Mas por que, afinal, as mulheres não sorriem?**”: jornalismo e as razões da (in) felicidade feminina. Revista Ciber Legenda, DOI: 105327/Z1519-0617201500020002, 2015.

FRIAS FILHO, Otavio. **O que é falso sobre fake news**. Revista USP, número 116. São Paulo, 2018

GOMES, Itania Maria (org.), **Gênero televisivo e modos de endereçamento no telejornalismo**. Salvador: Ed. EDUFBA, 2011

_____. **Modo de endereçamento no telejornalismo do horário nobre brasileiro**: o Jornal Nacional, da Rede Globo de Televisão. Intercom, 2005

_____. (org.) **Televisão e realidade**. Salvador: Edulba, 2009.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere**: os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, vol. 2, 2000.

GUERRA, Josenildo. In SILVA, Gislene et al. **Critérios de noticiabilidade**: problemas conceituais e aplicações. Florianópolis: Ed. Insular, 2014.

Guess, Andrew et al. *Selective exposure to misinformation: evidence from the consumption of fake news during the 2016 US presidential campaign*. European Research Council, 2018

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006

_____. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Tradução Adelaine La Guardia Resende et all. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

HIDALGO, Luísa da S. **Marielle vive**: política, violência simbólica nas redes sociais e resistência. Revista Memento, vol. 11, número 1, 2020.

JENKINS, Henry. **Cultura da convergência**. Tradução Susana Alexandria. São Paulo: Ed. Aleph, 2013.

JOST, François. **O que significa falar de “realidade” para a televisão?** In GOMES, I. M. M. *Televisão e realidade* (org.). Salvador: UFBa, 2009.

_____. **Comprender a Televisão**. Porto Alegre: Ed. Sulina, 2010

KALSNES, Bente; LARSSON, Anders O. *Understanding news sharing across social media. Detailing distribution on facebook and twitter*. Journalism Studies, 2017.

KISCHINHEVSKY, Marcelo. **Rádio e mídias sociais**: mediações e interações radiofônicas em plataformas digitais. Rio de Janeiro: Ed. Mauad X, 2016.

LEAL, Bruno S. **Telejornalismo e autenticação do real**: estratégias, espaços e acontecimentos. In GOMES, Itania Maria M. (org.) *Televisão e realidade*. Salvador: Edufba, 2009.

- LEFEBVRE, Georges. **O Grande Medo de 1789**. Rio de Janeiro: Campus, 1979.
- LIMA, Luísa A. **A linguagem do telejornal: um estudo sobre os seus modos de organização a partir dos principais telejornais da Rede Globo**. Tese de doutorado. Universidade Federal de Pernambuco, 2016
- LOPES, Maria Immacolata V. **A teoria barberiana da comunicação**. Matrizes, vol. 12, número 1, São Paulo, 2018
- _____. **Jésus Martín-Barbero e os mapas essenciais para compreender a comunicação**. Intexto, número 43, Porto Alegre, 2018
- MACHADO, Arlindo. **A televisão levada a sério**. São Paulo: Ed. Senac, 2000
- _____. **Fim da televisão?** Revista Famecos, vol. 18, número 1. Porto Alegre, 2011.
- MAGALHÃES, H. G. D. et al. **Do herói ficcional ao herói político**. Ciências & Cognição, vol. 12, 2007
- MANZINI, Eduardo José. **Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e de roteiros**. Marília: Unesp, 2003.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 7 ed. 2015
- MARTIN-BARBERO, Jesús; REY, Germán. **Exercícios do ver: hegemonia audiovisual e ficção televisiva**. Tradução Jacob Gorender. São Paulo: Ed. SENAC, 2001.
- MARTINS, Helena. **Comunicação em tempos de crise: economia e política**. 1 ed. São Paulo: Ed. Expressão Popular, Fundação Rosa Luxemburgo, 2020
- MATHEUS, Leticia C. **O medo como mídia**. Niterói, RJ: Contracampo, n. 19, 2008.
- MBEMBE, Achille. **Crítica da Razão Negra**. Ed. Antígona, Lisboa, 2017.
- MEDINA, Cremilda. **Ciência e jornalismo: da herança positivista ao diálogo dos afetos**. São Paulo: Ed. Summus, 2008
- MEDITSCH, Eduardo. **Jornalismo como forma de conhecimento**. Revista Brasileira de Ciência da Comunicação. vol. XXI número 1. São Paulo, 1998
- _____. **O conhecimento do jornalismo**. Florianópolis: EDUFSC, 1992.
- MESQUITA, Giovana B. **Intervenho, logo existo: a audiência potente e as novas relações no jornalismo**. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2014
- MOTTA, Luiz G. **Análise crítica da narrativa**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2013

NÓRA, Gabriela e D'ABREU, Patrícia. **Telejornalismo e aprisionamento do sentido: reconfigurações em tempos de mídias sociais.** Foz do Iguaçu: Intercom, 2014.

OLIVEIRA, Ana Cláudia M. de; APINAGÉ, Maria Deusa B. S. **A discursividade da 'não ideologia' no texto de posse de Jair Bolsonaro.** Revista do Sell, v. 9, número 1. Uberaba (MG), 2020.

OLIVEIRA, Maria de Fátima C., **In Memoriam. Entre Dana e Eliza: discursos, imagens e sentidos sobre a mulher.** Tese de doutorado. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2016.

OROZCO-GÓMEZ, Guillermo. *Dialéctica de la mediación televisiva: estructaración de estrategias de recepción por los televidentes.* Anàlisi, número 15, 1993

_____. **Televisão: causa e efeito de si mesma.** In Carlón, M., Fechine, Y. O fim da televisão. Rio de Janeiro: Ed. Confraria do Vento, 2014

PATERNOSTRO, Vera Íris. **O texto na TV: manual de telejornalismo.** Rio de Janeiro: Ed. Elsevier, 2006

PRIMO, Alex. **Interação mútua e interação reativa: uma proposta de estudo.** Revista Famecos, número 12. Porto Alegre, 2000.

ROCHA, Rose; CASTRO, Gisela. **Cultura da mídia, cultura do consumo: imagem e espetáculo no discurso pós-moderno.** Revista Logos Tecnologias de Comunicação e Subjetividade, ano 16, 2009

ROXO, Marco Antônio; MELO, Seane. **Hiperjornalismo: uma visada sobre fake news a partir da autoridade jornalística.** Revista Famecos, v. 25, número 3, Porto Alegre, 2018.

SARTOR, Basílio A. **A noção de interesse público no jornalismo.** Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2016

SILVA, Edna de M.; ALVES, Yago M. **Telejornalismo expandido: a apropriação de redes sociais e aplicativos pelo jornalismo televisivo.** XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Intercom –Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. São Paulo, 2016

SILVA, Gislene et al. **Critérios de noticiabilidade: problemas conceituais e aplicações.** Florianópolis: Ed. Insular, 2014.

_____. **Imaginário coletivo: estudos do sensível na teoria do jornalismo.** Revista Famecos, vol. 17, número 3. Porto Alegre, 2010

SODRÉ, Muniz. **A ciência do comum: notas para o método comunicacional.** Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2014.

_____. **A narração do fato: notas para uma teoria do acontecimento.** Petrópolis: Ed. Vozes, 2009

SOHIET, Rachel. **Formas de violência, relações de gênero e feminismo**. In MELO, Hildete P de; PISCITELLI, Adriana; MALUF, Sônia W.; PUGA, Vera Lucia (Orgs.). *Olhares feministas*, Brasília: Ministério da Educação; UNESCO, 2009

SONTAG, Susan. *Regarding the torture of others*. TNYT, 23 maio de 2004.

THOMPSON, John B. **A interação mediada na era digital**. *Matrizes*, vol. 2, número 3, São Paulo, 2018.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo: porque as notícias são como são**. Vol. 1. Florianópolis: Ed. Insular, 2 ed., 2005

WALL, S. *An autoethnography on learning about autoethnography*. *International Journal of Qualitative Methods*, vol. 5, número 2, 2006

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

_____. **Televisão: tecnologia e forma cultural**. Tradução Márcio Serelle, Mário F. I. Viggiano. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2016.

WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual**. In SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.) et al. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: 2000

WULF, Christoph **Aprendizagem cultural e mimese: jogos, rituais e gestos**. Tradução e revisão técnica de Carlos Eduardo G. Braga e Maria da Conceição Passeggi. *Revista Brasileira de Educação*, vol. 21, número. 66. 2016

_____. **Homo Pictor: imaginação, ritual e aprendizado mimético no mundo globalizado**. São Paulo: Hedra, 2013.

VAZ, Paulo; CARDOSO, Janine; FELIX, Carla B. **Risco, sofrimento e vítima virtual: a política do medo nas narrativas jornalísticas contemporâneas**. Niterói, RJ: Contracampo, n. 25, 2012.

VIZEU, Alfredo. **Decidindo o que é notícia: os bastidores do telejornalismo**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

_____. **O lado oculto do jornalismo**. Florianópolis: Ed. Calandra, 2005

_____. **O telejornalismo como lugar de referência e a função pedagógica**. *Revista Famecos*, número 40. Porto Alegre, 2009

VIZEU, Alfredo; Cerqueira, Laerte. **Telejornalismo: efeitos para o bem e para o mal**. Intercom - XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. São Paulo, 2016.

ANEXO - Roteiro de perguntas para entrevista

ROTEIRO DE PERGUNTAS PARA ENTREVISTA
1. Quais os critérios para um fato virar notícia do Jornal (Nacional ou da Record)?
2. Por que o assassinato de Marielle Franco virou notícia do principal telejornal de rede?
3. Foi debatida na redação a repercussão do crime nas redes sociais?
4. As redes sociais influenciam na seleção de notícias? Como?
5. Como é estipulado o tempo de cada assunto no telejornal?
6. A cobertura da morte de Marielle Franco recebeu espaço de destaque no telejornal?
7. Como os textos das reportagens foram redigidos e revisados?
8. De que forma a disputa argumentativa envolvendo fake news foram avaliadas na redação?
9. Qual orientação você recebeu quanto ao tratamento que deveria ser dado ao crime e à vereadora?
10. Como as frentes de luta de Marielle Franco foram abordadas?
11. Qual imagem de Marielle Franco foi transmitida pelo telejornal?
12. Qual o papel do telejornalismo na cobertura do crime?